

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

LUANA PATRÍCIA BARROSO DE CARVALHO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MERCADO CAPITALISTA: O CASO
DA “COOPERATIVA GRANDE SERTÃO”**

Montes Claros – MG
Novembro / 2020

LUANA PATRÍCIA BARROSO DE CARVALHO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MERCADO CAPITALISTA: O CASO
DA “COOPERATIVA GRANDE SERTÃO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira

Montes Claros – MG
Novembro / 2020

C331e Carvalho, Luana Patrícia Barroso de.
A economia solidária no mercado capitalista [manuscrito] : o caso da
“Cooperativa Grande Sertão” / Luana Patrícia Barroso de Carvalho. – Montes
Claros, 2020.
99 f. il.

Bibliografia: f. 89-94.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira.

1. Economia solidária. 2. Mercado capitalista. 3. Cooperativas de produção –
Cooperativa Grande Sertão – Montes Claros (MG). I. Santos, Gilmar Ribeiro. II.
Ferreira, Maria da Luz Alves. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV.
Título. V. Título: O caso da “Cooperativa Grande Sertão”.

LUANA PATRÍCIA BARROSO DE CARVALHO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MERCADO CAPITALISTA: O CASO
DA “COOPERATIVA GRANDE SERTÃO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Área de Concentração: Desenvolvimento Social

Linha de Pesquisa: Relações Socioeconômicas e Estado

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos (Orientador)
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Dra. Maria da Luz Alves Ferreira (Examinadora Interna)
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Regina Célia Fernandes Teixeira (Examinadora Externa)
Centro Universitário FIPMoc – UNIFIPMOC

Montes Claros – MG
Novembro / 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de toda inspiração e sabedoria, por não me desamparar e me fazer prosseguir, principalmente nos momentos mais difíceis. À minha mãezinha, Nossa Senhora Aparecida, por me sustentar quando as coisas não seguiram como o planejado.

À minha mãe Cleuma, pelos conselhos e principalmente pela palavra que acalma e dá força. Ao meu pai Antônio, por me incentivar a alcançar meus sonhos. Ao meu esposo Lucas, por ser compreensivo com minhas ausências e companheiro nas horas em que a ansiedade tomava conta de mim. Vocês me fizeram acreditar que era possível alcançar mais esse objetivo, apesar de todos os percalços pelos quais eu passei.

Aos meus colegas, Éder, Marielle, Luiz Filipe, Eduardo, Nadine, Jaqueline, Déborah, Thaís, Gislene e Samira, por todos os momentos que passamos juntos. Serei eternamente grata pela ajuda de todos vocês durante estes dois anos.

Agradeço à Carlos Renato Theóphilo, por ser exemplo como professor e principalmente como pessoa, e por ter me acompanhado no primeiro ano do mestrado, se fazer presente e estar disponível nos momentos em que precisei.

Ao professor Geraldo Antonio dos Reis, por ponderar minhas dúvidas e esclarecer minha ideia de pesquisa.

Aos professores Maria da Luz Alves Ferreira e Gilmar Ribeiro dos Santos por aceitarem minha orientação na reta final do mestrado e por terem me concedido um voto de confiança, quando outros não o fizeram. Maria da Luz, o seu olhar de carinho me devolveu a esperança!

À professora Edina Souza Ramos por ter sido tão atenciosa, e me disponibilizar livros que foram muito importantes para a pesquisa.

Agradeço também às minhas amigas Ada e Patrícia, cada uma a sua maneira contribuiu para que este trabalho fosse concluído. À Juliana, por ter estado comigo em mais essa etapa e compartilhar das angústias da disciplina de Metodologia da Pesquisa Quantitativa. Que sufoco passamos! Mas valeu à pena!

A todos os envolvidos nessa pesquisa. À Neucy e Luanda, ambos da Cooperativa Grande Sertão, por me receberem tão bem e pela oportunidade de realização desse estudo de caso, me fornecendo prontamente tudo o que eu precisava.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente participaram desta caminhada e torceram por minha vitória.

Obrigada!

*“A distribuição justa dos frutos da terra e do trabalho humano
não é mera filantropia. É um dever moral.”
(Papa Francisco, 2015)*

RESUMO

Pesquisas em torno da Economia Solidária tornam-se cada vez mais relevantes em um cenário onde outras formas de economia são constantemente estudadas, em detrimento ao sistema capitalista. Nesse contexto, propôs-se nesse estudo, o objetivo geral de analisar os processos de constituição e desenvolvimento da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda., no momento de inserção da mesma no contexto capitalista. Para atender ao objetivo proposto, utilizou-se da estratégia de pesquisa de estudo de caso. Os instrumentos de pesquisa utilizados envolveram análise documental, por meio da inspeção de relatórios como o Relatório Final da Assembleia Geral, Estatuto Social, Demonstrações das Sobras e Perdas e Balanço Patrimonial dos últimos anos. Os dados colhidos durante a pesquisa foram analisados quanti e/ou qualitativamente, sempre que uma ou outra forma se fez necessária. Os resultados demonstram que empreendimentos de economia solidária tem incentivos financeiros para se manter no mercado capitalista, sofrem pressões e abalos em sua estrutura a todo momento, recebem lidam com a concorrência por parte de empresas capitalistas, mas quando possuem uma estrutura calcada na solidariedade e na cooperação, conseguem preservar suas raízes e princípios constitutivos. Assim, acredita-se que as pressões exercidas sobre a Cooperativa Grande Sertão, não fez com que o empreendimento solidário se rendesse ao sistema e se transformasse em empresa capitalista. Conclui-se que a ES se traduz em resistência por parte dos trabalhadores, mesmo não podendo ser uma forma de resistência direta ao modelo capitalista.

Palavras-chave: Economia Solidária; Mercado Capitalista; Cooperativas de Produção.

ABSTRACT

Research on Solidarity Economy is becoming increasingly relevant in a scenario where other forms of economics are constantly being studied, to the detriment of the capitalist system. In this context, it was proposed in this study, the general objective of analyzing the processes of constitution and development of the Cooperative of Family Farmers and Agroextrativists Grande Sertão Ltda., At the moment of insertion of it in the capitalist context. To meet the proposed objective, we used the case study research strategy. The research instruments used involved documentary analysis, through inspection of reports such as the Final Report of the General Meeting, Bylaws, Statements of Surplus and Losses and Balance Sheet of the last years. The data collected during the research were analyzed quantitatively and / or qualitatively, whenever one or the other form was necessary. The results demonstrate that solidarity economy ventures have financial incentives to remain in the capitalist market, suffer pressure and shakes in their structure at all times, receive deal with competition from capitalist companies, but when they have a structure based on solidarity and cooperation, preserve their roots and constitutive principles. Thus, it is believed that the pressures exerted on the Grande Sertão Cooperative did not cause the solidarity enterprise to surrender to the system and become a capitalist company. It is concluded that the SS translates into resistance on the part of the workers, even though it cannot be a form of direct resistance to the capitalist model.

Keywords: Solidary Economy; Capitalist Market; Production Cooperatives.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito
ACI – Aliança Cooperativa Internacional
ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias
ASMOCONP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BCD - Banco Comunitário de Desenvolvimento
CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CGS – Cooperativa Grande Sertão
COLACOT – Confederação Latino-americana de Cooperativas de Trabalhadores
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
ES – Economia Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FRS – Fundo Rotativo Solidário
FSM – Fórum Social Mundial
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconômicas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MCC – Corporação Cooperativa de Mondragón
ML – Margem Líquida
MST – Movimento dos Sem Terra
NCG – Necessidade de Capital de Giro
ONG – Organização Não-Governamental
PACS – Instituto Políticas Públicas para o Cone Sul
PPP – Programa de Pequenos Projetos
RBSES – Rede de Socioeconomia Solidária

RIPESS – Rede Internacional para Promoção da Economia Solidária

RITCP – Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEN – Rede de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Divisão temporal da Economia Solidária	29
Figura 02: O campo de atuação da Economia Solidária no Brasil	32
Figura 03: Grupo de idealizadores da Cooperativa Grande Sertão (2003)	52
Figura 04: Mapa de localização dos cooperados da Cooperativa Grande Sertão na mesorregião Norte de Minas	53
Figura 05: Núcleos de produção da Cooperativa Grande Sertão	54
Figura 06: Mapa da localização geográfica da produção dos associados da Cooperativa Grande Sertão	55
Figura 07: Cerveja de Coquinho Azedo	59
Figura 08: Participação com exposição de produtos em Feiras e Eventos	59

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01: Entidades Nacionais de Assessoria em Economia Solidária	33
Quadro 02: Principais recursos recebidos entre os anos 2009-2020.....	67
Tabela 01: Quantidade de participantes dos EES no Brasil	40
Tabela 02: Área de atuação dos EES no Brasil	40
Tabela 03: Participação de homens e mulheres na Cooperativa Grande Sertão	57
Tabela 04: Comparação entre o número de sócios homens e mulheres nos EES	57
Tabela 05: Quadro de funcionários da Cooperativa Grande Sertão.....	58
Tabela 06: Produção no período 2017-2018	61
Tabela 07: Preço pago pelo Kg de fruta – Safra 2018/2019	70
Tabela 08: Principais desafios enfrentados pelos EES.....	81
Tabela 09: Origem da matéria-prima ou insumos	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Destinação das sobras ou excedentes	61
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	18
1.1 O quadro atual da Economia Solidária, seus princípios e conceitos fundamentais	18
1.2 As raízes do cooperativismo	21
1.3 Experiências de Economia Solidária	25
1.4 A Economia Solidária no contexto brasileiro	28
1.4.1 Entidades de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários ...	31
1.4.2 Solidariedade	36
1.4.3 A autogestão e o “empreendedorismo solidário”	37
1.5 Desenvolvimento social e a crise de sustentabilidade do modelo econômico vigente	41
1.6 O desenvolvimento local e o capital social na noção de comunidade cívica	43
1.6.1 Capital Social	44
1.6.2 Economia Solidária e desenvolvimento local	47
CAPÍTULO 2 – A COOPERATIVA GRANDE SERTÃO	51
2.1 Contexto histórico	51
2.2 Núcleos de produção	54
2.3 Qualificação dos Cooperados	56
2.4 Participação em eventos e reconhecimento dos produtos	58
2.5 Patrimônio e Estrutura	60
CAPÍTULO 3 – AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA COOPERATIVA GRANDE SERTÃO	64
3.1 A criação do empreendimento e sua relação com a Economia Solidária	65
3.2 A Economia Solidária e a concorrência capitalista	75
3.3 Percepções sobre as articulações comerciais, financeiras e produtivas	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	95

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos moldes e padrões da economia capitalista, e representa um modelo econômico pautado pela solidariedade em suas relações. Um dos questionamentos atuais acerca da ES está relacionado à inserção de empreendimentos econômicos solidários (EES) na dinâmica capitalista, desde a maneira como estes se inserem, até mesmo às consequências das articulações desenvolvidas com o sistema vigente para os trabalhadores que fazem parte dos empreendimentos.

Essa articulação entre EES e sistema capitalista requer atenção, pois ao se falar em inserção, trata-se do modo como estes empreendimentos que seguem os princípios da ES, antagônicos ao modo de produção capitalista, conseguem compartilhar relações econômicas, políticas e sociais com o capitalismo, que é o modelo econômico vigente, o qual regula e controla o mercado.

Como consequência dessa articulação, tensões econômicas são geradas, uma vez que se tratam de modelos opostos, que possuem princípios e finalidades distintos. De encontro a essa assertiva, Singer (2002) afirma que, para que exista predomínio de igualdade entre todos na sociedade, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Ou seja, seria necessário que os participantes da atividade econômica cooperassem entre si em vez de competir.

Competição é a palavra que orienta o mercado nos dias atuais. Tem-se, portanto, no mercado, o predomínio das empresas capitalistas, em detrimento das empresas solidárias, às quais são formadas por trabalhadores, empreendedores solidários, que buscam na autogestão desenvolvimento econômico e humano, por meio de atividades de produção de bens e serviços, crédito, finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário (ARROYO E SCHUCH, 2006).

A empresa solidária é definida por Singer (2002) como uma entidade na qual todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por consequência, o mesmo direito a voto em todas as decisões, sendo este o seu princípio básico. São empresas onde predominam a solidariedade e a autogestão, organizadas nas mais variadas formas: cooperativas, associações, profissionais liberais, micro e pequenos empresários, na formalidade ou não (ARROYO E SCHUCH, 2006). Singer (2002) apresenta ainda a empresa capitalista, que visa o lucro e a acumulação do capital por meio de uma competitividade que gera a cada dia mais desigualdades sociais, onde por exemplo, empregados ganham salários desiguais, conforme uma escala que reproduz

aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho, determinada pela oferta e demanda pelo mesmo no mercado de trabalho.

Em toda competição têm-se vencedores e perdedores. No mercado não seria diferente. As empresas solidárias saem em grande desvantagem em relação às empresas capitalistas, estas por sua vez, são caracterizadas pela propriedade individual, busca incessante pelo lucro, e posterior acumulação de capital, por meio de uma concorrência que gera, como já fora exposto, uma série de desigualdades sociais, divisão de classes, faz com que o crescimento e a consequente continuidade dos empreendimentos da ES sejam comprometidos, uma vez que estes não seguem os mesmos princípios.

Diante disso, algumas alternativas são possíveis: as empresas solidárias podem optar por dar continuidade às suas atividades e mantendo seus princípios, competir em desigualdade com as empresas capitalistas, podem escolher arriscar em busca de crescimento, incorrendo na possibilidade de se tornarem empresas capitalistas, ou em último caso, cessarem suas atividades, quando não mais conseguirem se adequar ao modo competitivo do mercado.

No intuito de contribuir com o debate, e procurando adentrar nesse tema tão importante para saber se os empreendimentos econômicos solidários, ou apenas empresas solidárias, conseguem se sustentar como tais num ambiente capitalista, mantendo seus princípios, bem como sua forma de gestão, este estudo tem por objetivo geral a proposta de analisar os processos de constituição e desenvolvimento da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda., no momento de inserção da mesma no contexto capitalista.

Através dos objetivos específicos buscou-se: compreender como se configura o processo de trabalho e organização das atividades e responsabilidades no empreendimento, assim como verificar de que forma os trabalhadores o organizam, analisando questões referentes à cooperação, autogestão e solidariedade; analisar os processos comerciais, financeiros e produtivos da cooperativa, e como esses contribuem para o desenvolvimento em três dimensões: econômica local, social e sustentável; compreender se a Economia Solidária representa uma estratégia de sobrevivência marginal ou um contraponto ao capitalismo hegemônico; e apreender se no cenário atual existe a possibilidade de coexistência entre capitalismo e economia solidária, e nesse sentido descrever os conflitos que permeiam essa relação.

O objeto empírico – Cooperativa Grande Sertão – foi escolhido em princípio, pelo lugar de destaque que o mesmo possui na mesorregião Norte do Estado de Minas Gerais e em razão do alto grau de aplicabilidade da pesquisa, além de a cooperativa possuir considerável

quantitativo de núcleos de produção e articulação em rede, envolvendo cerca de 24 municípios da mesorregião supracitada. Cardoso (2000) observa que o Norte de Minas é uma região peculiar no Estado de Minas Gerais, pois se assemelha ao Nordeste em suas características econômicas, sociais e culturais. A mesorregião Norte de Minas Gerais é composta por 89 municípios, e engloba 5 microrregiões, são elas: (1) Bocaiúva; (2) Grão Mogol; (3) Janaúba; (4) Januária; (5) Montes Claros; (6) Pirapora; e (7) Salinas, das quais, somente a microrregião de Pirapora não possui nenhum cooperado da Grande Sertão.

A realização deste estudo de caso só foi possível devido à colaboração voluntária dos(as) trabalhadores(as) que constroem estas experiências solidárias e ofereceram as informações necessárias ao estudo. Os instrumentos de pesquisa utilizados envolveram análise documental, por meio da inspeção de relatórios como o Relatório Final da Assembleia Geral, Estatuto Social, e Demonstrações Contábeis dos últimos anos; observação durante as visitas que foram realizadas à cooperativa para que a autora pudesse se aproximar do objeto de estudo; e as entrevistas efetuadas com três grupos de agentes que fazem o empreendimento funcionar, são eles cooperados, colaboradores e direção do empreendimento. Os dados colhidos durante a pesquisa foram analisados quanti e/ou qualitativamente, sempre que uma ou outra forma se fez necessária.

Elaborou-se para cada grupo de agentes, um roteiro de entrevistas para nortear a pesquisa, destinados a cada tipo de entrevistado, cooperados, direção e trabalhadores, os quais estão anexados ao final deste estudo.

O primeiro capítulo traz a introdução ao tema em questão, demonstrando como se apresenta o quadro atual da ES no país, que cresce a cada dia, alcançando número considerável de empreendimentos solidários, produzindo, comerciando, fazendo o movimento se expandir e demonstra como se deram as raízes do cooperativismo, mais relevante princípio dos EES, sendo aquele que molda a maioria destes. O primeiro capítulo dá lugar também às entidades de fomento e apoio aos EES, as quais desenvolvem ações de capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa para acompanhamento dos empreendimentos; expõem os princípios de solidariedade e autogestão que serão posteriormente retomados no terceiro capítulo, e apresenta noções sobre os desenvolvimentos local e social, intimamente relacionados à ES, uma vez que o que se entende por desenvolvimento está atrelado ao alcance da sustentabilidade econômica, social e ambiental, defendida pelo movimento da economia de solidariedade.

O segundo capítulo é destinado a descrição do empreendimento, a Cooperativa Grande Sertão. Nele são expostos a história da cooperativa, que foi criada em 1995 por um grupo de

agricultores familiares e que desde então está responsável pela comercialização da produção agroecológica de famílias tradicionais mineiras, principalmente advindas da zona rural do Norte de Minas Gerais. Nesse capítulo, demonstraremos também, como e onde estão concentrados seus núcleos de produção da cooperativa, de que maneira se dá a participação em eventos de ES, a qualificação dos cooperados, com a indicação do percentual de participação de homens e mulheres nas atividades do empreendimento e a exposição de dados econômico-financeiros dos últimos anos.

Por fim, o terceiro capítulo se reserva à análise dos resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os integrantes da cooperativa. Nesse capítulo, as informações são abordadas de forma qualitativa, demonstrando as impressões da autora acerca da relação mantida pela cooperativa com a dinâmica de mercado capitalista. Exibe também as dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos da ES diante da concorrência dos empreendimentos capitalistas, e expressa as percepções sobre as articulações comerciais, financeiras e produtivas vivenciadas no dia a dia do empreendimento em questão. Assim, a análise das falas, bem como do lugar de fala de cada entrevistado, foi de extrema importância para as considerações feitas ao final deste estudo.

Espera-se que os resultados e análises decorrentes desta pesquisa contribuam com o debate da Economia Solidária, que ainda carece de análises como esta. Assim, se almeja com este estudo de caso, fruto da trajetória acadêmica e pessoal dessa autora, inspirar e encaminhar novas discussões sobre o tema.

CAPÍTULO 1 – O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao passar dos anos muito se ouviu falar em Economia Solidária, um movimento que surgiu por volta do final do século XIX, à época da Revolução Industrial (mais precisamente com o advento do cooperativismo operário) e que ganha muita força na contemporaneidade. No Brasil sua expansão se deu por meio do apoio cedido por variadas instituições e entidades que ampararam as iniciativas comunitárias, e que contribuem para o aumento do número das cooperativas populares, bem como das redes de produção, comercialização, feiras de cooperativismo e de economia solidária.

Nesse capítulo trataremos do quadro atual da ES, seus princípios e conceitos, discorreremos sobre o cooperativismo, traremos exemplos de empreendimentos econômicos solidários que ficaram conhecidos nacional e mundialmente, como foram os casos do Banco Palmas no Brasil e do Complexo de Cooperativas de Mondragón na Espanha, faremos uma breve abordagem sobre a ES no contexto brasileiro, trazendo as entidade de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, e definições acerca da solidariedade, autogestão e empreendedorismo solidário, e por fim algumas noções sobre desenvolvimento local, sustentabilidade e capital social, que serão retomadas quando da análise dos resultados desse estudo no Capítulo 03.

1.1 O quadro atual da Economia Solidária, seus princípios e conceitos fundamentais

Segundo dados do Relatório de Pesquisa do Novo Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, compilados pelo IPEA (2016), no Brasil diversos grupos populares (urbanos e rurais) que apresentavam em seus pontos organizativos o cooperativismo e o associativismo, ganharam mais notoriedade no cenário político, regional e nacional por meio da ES. Para Singer (2003), ela surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, é criada e recriada periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho, e não poderia preceder ao capitalismo, mas sim, acompanhá-lo em sua sombra, em toda sua evolução.

Em consonância com o que diz o autor, está o fato de que boa parte dos empreendedores solidários optam por tal segmento como consequência da busca pela liberdade produtiva e inventiva, e o fato portanto, não está apenas atrelado ao desemprego, mas sim em razão da percepção do nível de exploração a que os mesmos estão sujeitos nas empresas capitalistas, dessa forma, se organizam coletivamente para fugir do subjugo do sistema. Singer (2002)

adverte que a ES foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo por proporcionar às pessoas que adotam seus princípios, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, uma vida melhor.

Um dos órgãos do governo responsáveis por fazer o acompanhamento da ES é o Sies, Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Criado em 2009, quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) identificaram a necessidade de se montar um sistema de informações que coletasse dados gerais sobre os empreendimentos da ES, o Sies tem a finalidade de disponibilizar uma base significativa e atualizada sobre as dimensões que caracterizam os empreendimentos, inclusive para desenvolvimento de programas e políticas públicas de apoio.

Segundo o Relatório do IPEA, foram identificados 19.708 EES, distribuídos entre os 2.713 municípios brasileiros em todos os Estados da Federação. Desse total, 11.869 (60,2%), são novos empreendimentos, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, o qual data de 2005. Quanto a proporção de empreendimentos identificados em cada região do país, a região que conta com maior número de EES registrados é a Região Nordeste, com cerca de 40,8% do total, seguida pelas regiões Sul (16,7%), Sudeste (16,4%), Norte (15,9%) e Centro-oeste (10,2%).

No que diz respeito à forma de organização desses empreendimentos, os dados indicam que a maioria dos EES estão registrados como organização (60%). Outras formas jurídicas são a cooperativa (8,8%) e as diversas formas de sociedade mercantil (0,6%). Dessa maneira, o grau de formalização dos empreendimentos é de praticamente 70%, sendo que este é um dado muito importante, pois demonstra que apenas 30,5% dos grupos declaram que atuam na informalidade.

Diante do exposto, percebe-se que a ES vem se apresentando nos últimos anos, como alternativa de geração de trabalho e renda e também como uma resposta em favor da inclusão social. Para tanto, destacam-se quatro princípios essenciais a fim de que estas atividades sejam definidas como organizações solidárias, os quais são identificados pelo Sies, tais como:

Cooperação – Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.

Autogestão – Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

Atividade econômica – Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

Solidariedade – Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores e consumidores.

O Sies identifica ainda algumas características que definem os EES, os quais possuem práticas econômicas solidárias:

1. coletivas - serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.;
2. cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
3. permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
4. que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e,
5. que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (SIES, 2013. p. 01)

Através dessas características, é possível perceber que não apenas empreendimentos constituídos como cooperativas ou associações podem ser considerados como empreendimentos da economia solidária, mas deve-se levar em consideração a essência dos mesmos, dessa maneira também englobam esse vasto campo, as lutas sociais, os movimentos feministas, e até mesmo os agricultores familiares. Por fim, cabe ressaltar que muitos empreendimentos não são formalmente registrados como cooperativas, mas movidos pelo fato de seguirem os princípios cooperativistas, assim se identificam e se definem.

Dessa forma, essa economia é plural nos sentidos, nas experiências e nas qualificações, e conforme aponta Lechat (2004), ela pode ser variavelmente denominada por economia solidária, socioeconomia solidária e economia popular solidária. Essas são algumas das definições que circulam e são analisadas nesta dissertação juntamente com os valores e princípios que veiculam.

1.2 As raízes do cooperativismo

Nesse estudo, entre as organizações que compõem a economia solidária, as cooperativas terão maior destaque. Comumente a forma que molda os empreendimentos, as cooperativas são compostas por duas qualidades essenciais: a produção de mercadorias, vinculada ao controle social e a gestão democrática (WELLEN, 2012). Como indica Paul Singer (2002), o mais famoso representante desse projeto no Brasil, a cooperativa de produção representaria o protótipo de “empresa solidária”, uma vez que nessa organização, “todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões”. Sob esse prisma, as cooperativas teriam, dentro do seu espaço interno, qualidades que as distinguiriam das empresas capitalistas, uma vez que, enquanto nestas os empresários controlam a produção e o lucro, naquelas seriam os trabalhadores os responsáveis pela organização produtiva e pela decisão coletiva do destino do excedente econômico.

Ao se tratar de cooperação, característica muito significativa dos EES, é necessário elucidar os princípios do cooperativismo, movimento no qual, trabalhadores de várias regiões do mundo, encontraram uma alternativa para as péssimas condições de trabalho, jornadas excessivas, assim como a perda da capacidade produtiva, no auge da Revolução Industrial. O movimento cooperativista mobilizou trabalhadores de forma paulatina até que se formasse a primeira cooperativa digna de menção, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, sendo considerada a precursora das cooperativas modernas (SAUCEDO E JUNIOR, 2001).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma entidade cooperativista fundada em Londres em 1895, define os princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo. Desde então, tais princípios foram compilados, e adaptados à nova realidade social, chegando aos dias atuais assim elencados:

1º - Associação voluntária e aberta: podem se associar todos aqueles que desejam aceitar as responsabilidades de associado, sem que haja discriminação de qualquer natureza, seja ela de gênero, raça, condição social, preferência política ou religiosa.

2º - Controle democrático dos membros: a participação de homens e mulheres associados se dá de forma ativa e direta, seja no estabelecimento de diretrizes políticas, ou na tomada de decisões.

3º - Participação econômica dos membros: o controle da cooperativa é feito de forma democrática, assim como a contribuição ao capital de forma igualitária, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa.

4º - Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização.

5º - Educação, treinamento e informação: para que os associados, representantes eleitos, executivos e empregados da cooperativa possam contribuir para o seu desenvolvimento de forma efetiva.

6º - Cooperação entre cooperativas: trata-se da interação entre cooperativas, em níveis local, regional e internacional, como forma de fortalecimento do movimento cooperativista.

7º - Preocupação com a comunidade: os membros das cooperativas precisam observar e aprovar políticas especiais, as quais tenham o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

Hoje estes princípios possuem suma importância, parecem óbvios, mas se estão assim elencados, foi tudo graças à criação da cooperativa de Rochdale. O primeiro princípio garante a livre associação a qualquer pessoa interessada, sem nenhum tipo de discriminação. O segundo princípio sustenta a democracia nas cooperativas, e conseqüentemente a autogestão, uma vez que todos têm direitos iguais no empreendimento por meio do voto, em assembleias e reuniões. Nas cooperativas, através do terceiro e quarto princípios, também é possível identificar o desejo de que todos os associados vivenciem o dia a dia das atividades, participando efetivamente no controle e conseqüentemente atendendo às suas necessidades econômicas, por meio de uma efetiva e eficaz administração do empreendimento.

O quinto princípio se preocupa com a continuidade das organizações, na medida em que percebe a necessidade de constante aperfeiçoamento intelectual dos sócios, para que estejam sempre preparados diante das oscilações do mercado. Os demais princípios, sexto e sétimo, estão ligados à vivência em comunidade, enquanto um se preocupa com a interação entre as cooperativas para que o movimento se fortaleça, o outro se estende ao cuidado com o meio ambiente, para que as ações implementadas nos empreendimentos visem, antes de mais nada, o desenvolvimento das comunidades de forma sustentável.

Em nível nacional, a Lei Federal nº 5.764/1971, em seu artigo 4º, contempla as características das entidades cooperativas:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971)

Essas características possuem certa semelhança com às definidas pela ACI, mas é relevante destacar que o público alvo da Lei Feral nº 5.764/1971 são as cooperativas de crédito. Tal lei foi editada numa conjuntura onde quase não se falava em cooperativas de trabalho, assim a estrutura prevista na mesma é direcionada a formação de grandes organizações.

Na América Latina a influência do cooperativismo como um processo autogerido foi tomando força em suas diferentes origens: democratas-cristãos, social-democratas, anarquistas, socialistas. Sua influência teve um peso relativamente grande no debate sobre desenvolvimento latino-americano antes do surgimento de ditaduras principalmente militares. Com as ditaduras, grande parte do cooperativismo passou a ser controlado pelo Estado ou se tornou cooperativa de fachada para obter subsídios do governo, distorcendo sua razão de ser (GOMES, CASTILLA E BERTUCCI, 2012).

Para Singer (2002, p. 09) “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar”, e considerando essas quatro características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante o desenvolvimento econômico. Mas, como desafios estratégicos para a construção da ES, Arroyo e Schuch (2006) apresentam os seguintes pontos, que também se voltam para a criação de uma sociedade justa, racional e equilibrada:

Sistemas de finanças solidárias: permitir às pessoas excluídas do sistema bancário adquirirem créditos e com isso criarem seu próprio meio de trabalho e subsistência, ou seja, a economia solidária visa à busca da democratização do acesso ao crédito popular [...].

Criação do comércio justo: estabelecer relações comerciais mais justas, entre consumidores e produtores a partir de um nível local, nacional e internacional. Seu objetivo é eliminar ao máximo o número de intermediários entre produtores e consumidores.

Economia sem dinheiro: redefinir o papel do dinheiro, assim como a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais. Tais iniciativas se dão em escala local

e buscam a articulação de redes, como organizações territoriais, visando enfrentar a exclusão social por meio de moedas sociais. Apresenta três principais características: a autoprodução coletiva, a elaboração de sistemas de trocas locais e as redes de trocas recíprocas de saberes.

Construção de um Estado político democrático: ser um projeto de desenvolvimento local integrado e sustentado que visa à justiça econômica, social, cultural, ambiental e democracia participativa. A economia solidária exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores e a responsabilidade social de empresas e cidadãos (ARROYO E SCHUCH, 2006, p. 59).

Ainda na discussão sobre as raízes do cooperativismo, Singer (2000) aponta que, nas últimas décadas a organização do trabalho mudou, fazendo com que as empresas capitalistas reduzissem seus quadros de mão de obra mediante adoção de novas tecnologias/técnicas de trabalho e da subcontratação de serviços autônomos e cooperativos. E Guimarães (2001) observa que, tais mudanças no mercado de trabalho, sobretudo na década de 1990, somadas à privatização das empresas públicas, representaram para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura causadora do desemprego e subemprego com índices jamais vistos na nossa história.

Nesse sentido, Araújo (2008) afirma que, uma das maiores motivações da ES nos setores populares, é a exclusão do mercado de trabalho, dos processos de desenvolvimento de tecnologias, dos programas oficiais (saúde, habitação, educação, aposentaria) e de distribuição de renda, ainda assim acredita-se que o país nunca viveu uma situação de pleno emprego – que ocorre quando os autorizados a trabalhar ao procurarem emprego o encontrem com pouco esforço. Segundo Pochmann (2001), o estabelecimento de novos rumos para a economia brasileira desde 1990 tem consolidado um modelo solidário com o desemprego, e isso confirma o fato de que uma das principais causas para o crescimento da ES, além da falta de empregos, é que os trabalhadores estão cientes do nível de subordinação a que estão obrigados a se sujeitar, assim buscam por melhores condições de vida e trabalho por meio da produção associada e autogerida.

Finalmente, o resultado dessas mudanças, observadas por Guimarães (2001), foi a diversificação das relações de trabalho, inserindo no mercado o trabalho assalariado informal e também o trabalho por conta própria, o individual, o coletivo e solidário que, para Gaiger (2004), trata-se da associação produtiva entre trabalhadores, que visam colocar em seu benefício a capacidade de trabalho que possuem, em lugar de aliená-la a terceiros.

1.3 Experiências de Economia Solidária

Ao se apontar na linha do tempo o momento onde se dá o efetivo surgimento da ES, a maioria dos autores concorda que foi especificamente como reação dos trabalhadores em decorrência da Primeira Revolução Industrial, mas é evidente que práticas econômicas pautadas na solidariedade existiram em todos os continentes, descaracterizando-a apenas como vertente do movimento operário. Nota-se que Singer (2002) salienta, que a ES foi, na verdade, “reinventada”, a partir do aparecimento de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países.

Nos países periféricos, sempre subsistiram práticas econômicas ancoradas em laços de reciprocidade. Na América Latina, por exemplo, ganharam forma experiências genuínas por parte dos trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes que valorizavam práticas de ajuda mútua contra a desordem introduzida pelo capital.

O Banco Palmas é um excelente exemplo, fundado há mais de 20 anos, foi o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do Brasil. A inspiração para a criação do Banco Palmas foi a seguinte pergunta: “Por que somos pobres?”, uma pergunta desafiadora e que impulsionou a mobilização dos habitantes do Conjunto Palmeira, que desenvolveram um forte e notável movimento social de resistência e luta por direitos em uma região que fora historicamente abandonada pelo Estado.

Hoje, os BCD’s estão presentes das ilhas ribeirinhas na Amazônia às periferias do Rio Grande do Sul, passando por comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos, vilas de pescadores, territórios rurais e urbanos, onde se coloca em prática diariamente um modelo de desenvolvimento territorial através da produção e do consumo local (BANCO PALMAS, 2018).

O Conjunto Palmeiras, distrito do interior de Fortaleza, à década de 1970 (ano da criação do Banco Palmas) era desprovido de infraestrutura básica como água, estradas, e eletricidade, o que o deixava vulnerável a inundações e outros problemas de estabilidade natural e econômica. Os moradores, incluindo pescadores, que ali chegaram em virtude de sua expulsão das regiões a beira-mar pelas iniciativas de remodelação da região impostas pelo governo municipal, sofreram com a falta de renda, principalmente advinda da pesca. A primeira iniciativa foi a criação da ASMOCONP (Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras).

A partir da criação da ASMOCONP, discussões, debates, assembleias, grupos focais e conversas entre os moradores foram realizados demonstrando a organização da comunidade. Em consequência das informações produzidas, principalmente relacionadas ao potencial de

consumo da comunidade é que houve a criação do Banco Palmas, que desde então estimula uma rede de produtores e consumidores no bairro, através da qual se promove uma cidadania econômica onde a capacidade de gerar riqueza a nível local é decidida pelos moradores da comunidade.

Um dos primeiros produtos lançados pelo Banco Palmas, foi o PalmaCard, que funciona como um cartão de crédito local. A moeda social¹, também conhecida como “Palma”, constitui um modelo de resistência contra o sistema financeiro, e por isso despertou o desejo do Banco Central de acabar com essa iniciativa, mas em 2003 o Banco Palmas ganhou na justiça o direito de continuar operando. Uma parceria com a Senaes, em 2005, permitiu a expansão dos Bancos Comunitários pelo Brasil, e hoje existem mais de 113 distribuídos em 20 Estados e 90 municípios.

Porém, a relação com o sistema financeiro tradicional gerou uma certa dependência e um “engessamento” às regras dos bancos comerciais, completamente antagônicas e incompatíveis ao sistema de finanças solidárias dos Bancos Comunitários que primam por serviços financeiros diferenciados, fortalecendo o poder local e garantindo um investimento na capacidade produtiva dos mais pobres. Só com instituições financeiras democráticas, de baixo para cima, com o protagonismo da comunidade será possível combater as desigualdades e promover a justiça social. Os Bancos Comunitários nasceram para ser essa alternativa ao sistema financeiro cruel e concentrador do Brasil. (BANCO PALMAS, 2018, p. 05)

Nesse tipo de comunidade, em resumo, todos os integrantes possuem papel significativo, assim como os Bancos Comunitários que emprestam dinheiro o fazendo circular, os empreendimentos (lojas, restaurantes, postos de gasolina, enfim, o comércio como um todo), que aceitam a moeda social, também possibilitam que tais ações se configurem em desenvolvimento, representando o aumento da riqueza da região e a geração de trabalho e renda para os moradores.

Hoje, tem-se a convicção de que o Banco Palmas conseguiu colocar em prática sua principal teoria, de que não existe nenhum território inerentemente pobre (teoria decorrente da pergunta feita há anos atrás pelos habitantes do Conjunto Palmeira que organizaram o banco comunitário), e que apesar do nível de pobreza, a comunidade sempre será capaz de alcançar seu desenvolvimento, desde que ele seja autônomo, de dentro, para que assim, seja sustentável.

Outro acontecimento muito importante, foi a criação do complexo de Cooperativas de Mondragón, que engloba cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um

¹ As moedas sociais são lastreadas pelo Real, logo, têm um valor equivalente ao real. Atualmente, outras moedas sociais circulam no país: Gostoso (São Miguel do Gostos, RN), Sampaio (São Paulo, SP), Justo (Justa Troca, RS), Vereda (Chapada Gaúcha, MG), Moqueio (Belém, PA) e Gavião (Umarizal, RN).

banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas. Todos os envolvidos seguem os princípios do cooperativismo e segundo Singer (2002) não empregam assalariados, a menos que seja em caráter excepcional.

As observações aqui expostas acerca do Complexo de Cooperativas de Mondragón, são frutos de pesquisas realizadas em livros, revistas, e via sites de internet, sobre a constituição e o desenvolvimento da corporação. Dessa forma, algumas observações demonstram a percepção em resumo, daquilo que essa autora obteve de compreensão sobre o tema.

A Corporação Cooperativa de Mondragón (MCC) recebeu este nome em decorrência da cidade onde está localizada, é fruto da iniciativa de um padre, José Maria Arizmendi (Arizmendi), e foi criada em 1956, na Espanha. Hoje, é considerada a maior cooperativa de trabalhadores do mundo. Sua importância se dá devido ao fato de estar responsável pela ocupação de cerca de 93 mil pessoas associados em 120 empresas sob a forma de cooperativas (sendo 87 industriais, 1 de crédito, 1 de consumo, 4 agrícolas, 13 cooperativas de pesquisa, 6 de serviços em consultoria e 8 cooperativas de educação) (CONFEBRAS, 2019).

A Caja Laboral Popular, é um banco cooperativo também proposto por Arizmendi, que foi pensado para que a independência financeira das demais cooperativas ante aos bancos no MCC fosse garantida. Foi criada em 1959 como a primeira cooperativa de segundo grau do agrupamento de Mondragón, e prestava serviços de assistência social (saúde, pensões e aposentadoria) aos trabalhadores. A Caja Laboral Popular desempenhou, também, um papel muito importante no desenvolvimento e crescimento do complexo de cooperativas, uma vez que passou a financiar o grupo tornando o cooperativismo da região/do local efetivamente independente da intermediação financeira capitalista, além de promover o fornecimento de fundos para a constituição de novas cooperativas (SINGER, 2002).

A MCC segue 10 princípios básicos, três a mais do que os definidos pela ACI, são eles: educação, soberania do trabalho, caráter instrumental e subordinado do capital, organização democrática, livre adesão, participação na gestão, solidariedade retributiva, intercooperação, transformação social e caráter universal. Tais princípios regem o funcionamento da Corporação que está dividida em 4 grupos:

1. **Área Industrial:** onde pode-se destacar várias fábricas, entre elas a Fagor e a Ulma, cada uma representada por uma cooperativa própria.
2. **Área de Distribuição:** através do Grupo Eroski.
3. **Área Financeira:** através da Caja Laboral e da Lagun Aro.

4. **Centros de Pesquisa e Formação:** como é o caso de Otalora, a Escola Politécnica, Ikerlan, Ulma, Saiolan.

Cabe ressaltar que, atualmente alguns autores fazem críticas à Corporação (SAMPAIO; FERNANDES; ETXAGIBEL; GABILONDO (2012) e IASKIO (2004)), pois acreditam que este é um exemplo de cooperativa que se desvirtuou de seus princípios, denunciando que a MCC centralizou sua administração para competir no mercado diante da abertura do mercado na Espanha, quando houve a associação do país à União Europeia, e como consequência a falência de muitas pequenas empresas e cooperativas. Somado a isso têm-se o fato de que, segundo Iaskio (2004), os princípios cooperativistas não são seguidos por nenhuma fábrica do grupo que esteja localizada fora da Espanha, ou seja, nenhuma possui a figura de cooperativa.

Ressalta-se ainda que os exemplos utilizados, servem para elucidar como é importante o movimento da ES, e quão grandioso ele vem se tornando, e que exemplos como esse, ocorrido na Espanha, demonstram que o objetivo dessa pesquisa é essencialmente relevante, tendo em vista as inúmeras pressões exercidas sobre os EES por vários atores do mercado, e que compete aos empreendimentos resistirem, e preservarem seus princípios, como forma de resistência coletiva às imposições do mercado.

Nessa ordem, faz-se necessário retratar que a ES retrata busca, dentro da realidade atual, por alternativas de desenvolvimento econômico, baseadas em valores mais humanos e sustentáveis. E conforme Sachs (2008), a ES adota uma concepção de desenvolvimento baseada em três aspectos: social, ambiental e econômico. O desenvolvimento precisa ser encarado como a efetivação das três gerações de direitos humanos: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; e direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento. O autor afirma ainda que pelo fato de todas as atividades econômicas dependerem do ambiente natural, o uso produtivo desse ambiente não deve ser destrutivo (SACHS, 2002). Assim, a economia solidária aponta para uma mudança de paradigma como ponto impulsionador de uma prática econômica mais humana e ambientalmente menos impactante.

1.4 A Economia Solidária no contexto brasileiro

No Brasil, apesar de a economia solidária ter ganhado força apenas nos últimos anos do século XX, o país vivenciou o início da divulgação de tais ideias justamente com a chegada das notícias que versavam sobre a Revolução Industrial, sendo específico desse momento, segundo Celso Furtado (1998), o fato de que a capacidade inventiva humana tenha sido canalizada para a criação de técnicas, ou seja, para abrir novos caminhos ao processo de acumulação. Também

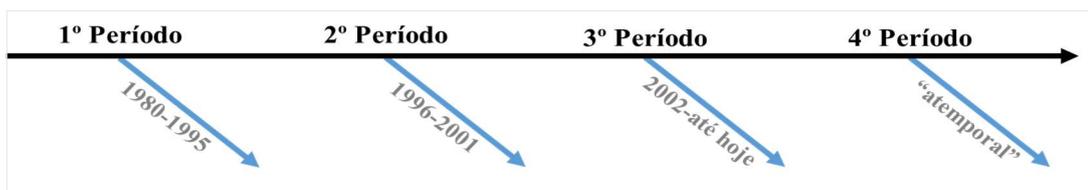
explica o potencial dominante da lógica da acumulação, pois segundo Marx, o sistema capitalista impedia os homens de desenvolverem suas potencialidades, de se tornarem seres plenamente realizados do ponto de vista emocional e intelectual, os quais à época, observavam sua capacidade produtiva ser reduzida a um mero trabalho repetitivo nas linhas de produção.

Os efeitos desse reenquadramento dos modelos de regulação do capitalismo foram rapidamente sentidos no Brasil, com forte impacto para o conjunto dos trabalhadores: fechamento de fábricas em vários setores da economia, queda da participação industrial no produto nacional, elevação dos índices de desemprego, aumento da precarização do trabalho, pressões para desregulamentação do mercado de trabalho, enfraquecimento do sindicalismo, entre outros (IPEA, 2016). Assim, houve um grande incremento no número de empreendimentos solidários – pequenos negócios na informalidade, dos quais predominavam as iniciativas por conta própria e empreendimentos familiares – em resposta às profundas mudanças do trabalho, especialmente a partir da década de 1990.

A Economia Solidária no Brasil vem tomando vários conceitos, espaços, vertentes e discussões e para entender o processo mais recente de seu desenvolvimento é importante analisar as transformações socioeconômicas ocorridas durante as décadas de 1980-1990, principalmente no que se refere às mudanças no mercado de trabalho (ARAÚJO, 2008).

Lechat (2004) divide a Economia Solidária em 03 (três) fases, a saber:

Figura 01: Divisão temporal da Economia Solidária



Fonte: Elaborado pelo autor

De forma resumida, se fará a elucidação dos principais acontecimentos ocorridos durante o período em tela. Segundo a autora, no 1º período, compreendido entre os anos de 1980 a 1995, a economia solidária surge como reação ao desemprego em massa e nova estruturação da organização do trabalho (FRANÇA FILHO, 2006). Nesse espaço de tempo surge a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias). No Brasil, a ANTEAG é a mais antiga expressão dos trabalhadores de grande parte do mundo sindical (GOMES, CASTILLA e BERTUCCI, 2012). No ano de 1992 começam a surgir as primeiras ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), que pertencem as

Universidades e surgiram para se dedicar a organização da população de baixa renda em cooperativas de produção ou de trabalho, com apoio administrativo, jurídico, de formação política e pedagógica.

O 2º período, entre os anos de 1996 e 2001, é marcado pela expansão da articulação das instituições universitárias com os movimentos sociais e do terceiro setor, assim como há expansão das atividades das igrejas na ajuda aos empreendimentos econômicos solidários. Segundo Lechat (2004), organismos como a Cáritas Brasileira continuam por acompanhar os empreendimentos econômicos solidários. Para Bargalló (2012), de diferentes ângulos, a Igreja Católica, em sua dimensão social, vem participando do processo do movimento que busca propor “uma outra economia” na América Latina, sendo a Cáritas, uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Ainda nesse período, fortaleceu-se a articulação das universidades para trocas de experiências não só entre si, mas com os movimentos e os empreendimentos econômicos solidários.

No início dos anos 2000 surge a UNISOL Cooperativas (União dos Trabalhadores da Economia Solidária), um exemplo de iniciativa que parte da força histórica dos movimentos sindicais. Porém, Lechat (2004) ressalta que anterior à criação da UNISOL, já existia o Banco Palmas, fundado em 1998, com o objetivo de suprir a demanda de crédito financeiro do Conjunto Palmas, em Fortaleza (CE), e hoje é referência no que tange a bancos comunitários.

O 3º período (de 2002 aos dias atuais), é caracterizado pelas articulações, tanto no campo político como na troca de experiências entre os agentes da economia solidária, caminho no qual se pauta a institucionalização e empoderamento dos instrumentos burocráticos necessários para alcançar e regulamentar direitos pelas vias legais reconhecidas pelo Estado. Lechat (2004) acredita que a inserção do Grupo de Trabalho de Economia Solidária no Fórum Social Mundial (FSM), de 2003, deu maior visibilidade ao movimento.

Cabe salientar que no ano de 2003, foi instituída a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), por meio da Lei nº 10.683, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; bem como, em 2004, foi aprovada a Lei nº 15.028/04 no Estado de Minas Gerais, um dos precursores na criação de uma legislação específica para o fomento à economia solidária. Essa lei institui a Política Estadual de Apoio e Fomento a Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais.

O 4º período, definido ainda como atemporal, foi exposto no estudo de Silva (2015), no qual o debate e a avaliação da institucionalização e autonomia da Economia Solidária são colocados em destaque, e seus termos postos em debate durante quase todo o período de

incidência da prática no país. Segundo Abramovay (2004), nos escritos teóricos, ao mesmo tempo em que existe um debate sobre o assunto em diversos campos sociais, também se percebe alguma intenção de avaliação do que tem sido a Economia Solidária (e isso dentro da especificidade de cada escrito).

A Economia Solidária rodeada de tantas possibilidades de expansão, nota o debate e a discussão teórica coincidirem com o aumento das comparações das experiências em diferentes locais, territórios, países, e de acordo com as demandas, costumes, hábitos, estrutura social começam a dar nova roupagem ao entendimento de como ela funciona de forma diferente em cada ambiente (SILVA, 2015).

1.4.1 Entidades de Apoio e Fomento

As entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária são organizações que desenvolvem ações nas mais variadas modalidades de apoio direto junto aos EES, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento. Como se pode perceber, a Figura 02, extraída do Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005), reflete sua abrangência no país, demonstra como seu campo é vasto, e conforme observa Araújo (2009), não é um universo separado do restante da sociedade, da cultura política, do seu contexto socioeconômico, das suas conquistas e contradições, enfim é um campo que está em construção por instâncias governamentais e não governamentais.

Ao analisar o campo da Economia Solidária no Brasil mostrado na Figura 02, França Filho (2009) distinguiu neste universo, quatro categorias de atores sociais envolvidas nas atividades que podem ser representadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários, pelas organizações ou Entidades de Apoio e Fomento, pelas Cáritas, movimento sindical, universidades e ONGs, pelas formas de organização política, a exemplo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e por fim, a SENAES vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, ou ainda, através de uma série de instâncias políticas de Estado na forma de secretarias ou mesmo diretorias ou departamentos, que estão tentando construir políticas públicas de Economia Solidária.

Figura 02: O campo de atuação da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005)

A partir da observação da figura, é possível perceber que ela demonstra claramente essa distinção entre as quatro categorias de atores já identificada por França Filho (2009), mediante a utilização de cores distintas para destacá-las. Assim, os Empreendimentos Econômicos Solidários são formados por Organizações de Finanças Solidárias, Empresas Autogestionárias, pelo Cooperativismo Popular, pelas Redes de Empreendimentos, Associações e Clubes de Troca. Já as Entidades de Apoio e Fomento são exemplificadas por meio de ONG's, da Cáritas juntamente com as Pastorais Comunitárias, das Incubadoras Tecnológicas presentes nas Universidades e também pelos Movimentos Sindicais. A Unisol, a Anteag, a Unicafes, a Ancosol e o Concrab, formam a categoria de Ligas e Uniões, os quais veremos um pouco mais detalhados no Quadro 01, a seguir. E por intermédio do FBES, quarta categoria elencada, foram criados os Fóruns Estaduais, as Redes de Gestores Públicos, Redes de Socioeconomia Solidária e a Faces do Brasil, que tem exercido papel importante no estudo e na implementação de políticas voltadas ao segmento.

O Quadro 01 apresenta o protagonismo destacável de entidades nacionais no campo da ES. Tais entidades têm papel fundamental na condução das políticas de ES, são organizações diretamente ligadas às lutas sociais dos trabalhadores brasileiros, e por esse motivo, Barbosa (2007) acredita que tal protagonismo se assemelha à conversão das ideias e perspectivas dos

sujeitos políticos fundamentais da história recente, diante de uma maior penalização do trabalho no mundo.

Quadro 01: Entidades Nacionais de Assessoria em Economia Solidária

Entidades nacionais de assessoria e fomento à Economia Solidária	Caracterização
RBSES – Rede de Socioeconomia Solidária	Criada em 2000, num encontro nacional em Mendes (RJ). A ideia de uma rede nacional surgiu em 1998, em Porto Alegre, no Encontro Latino-Americano de Socioeconomia Solidária. Lá ficou acordado que cada nação procuraria tecer laços rumo às articulações nacionais. A RBSES foi então resultado de mais de uma década de animação e articulação de várias forças envolvidas e/ou interessadas no desenvolvimento das práticas de economia solidária, e hoje reúne centenas de pessoas, empreendedores, mediadores, pesquisadores, entidades, tendo os instrumentos da internet como um dos meios de comunicação e dinamização de suas várias redes estaduais, braços locais da RBSES. A cada dois anos são realizados encontros e seminários nacionais para rever a estratégia de atuação.
Pacs – Instituto Políticas Públicas para o Sul	Entidade com 23 anos de atuação nacional e internacional e que, desde 1996, tem atuado como um dos atores na produção e reflexão de conhecimento relacionado à economia solidária e aos seus eixos transversais. O Pacs integra o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, a RGSES, a RBSES e, desde 1998, é um dos membros da equipe global de animação do Polo de Socioeconomia Solidária da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário. Há alguns anos vem promovendo grupos de trocas solidárias e trabalhando o tema das moedas sociais. No Rio de Janeiro, é um dos articuladores da Rede Estadual de Trocas Solidárias. O Pacs tem sido um dos elos principais de ligação do GT brasileiro com as diversas redes internacionais de economia solidária.
Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	Organização quinquenária de atuação junto aos movimentos populares, sindicais e ambientais, traz na sua história o apoio às ações comunitárias e desenvolveu, nos anos 1990, um banco de dados – Geração – de iniciativas de Trabalho e Renda e articula um projeto de diálogo entre pesquisadores e movimentos sobre a sustentabilidade e democracia, o PBDS. A Fase também administra um fundo de apoio a pequenos projetos nacionais e edita revista já consagrada entre as organizações dos movimentos sociais, a <i>Proposta</i> , veículo de disseminação da economia solidária.
Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão	Tem mais de 10 anos de existência e nasceu como resposta de parte do movimento sindical às situações de falência de empresas. Surge no interior do Dieese, órgão de assessoria sindical, e passa paulatinamente a ser assumida pelos próprios trabalhadores do conjunto de dezenas de empresas articuladas. Foi uma das

	principais entidades de formação para autogestão e fomento da economia solidária no governo do RS. Teve parte de seu trabalho avaliado pelo Ibase.
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconômicas	Criado pelo Betinho, no início dos anos 80, tem oferecido avaliações de programas governamentais de diferentes políticas públicas, entre elas as de Trabalho e Renda. Realizou, em meados dos anos 90, a primeira avaliação do Proger – Programa de Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho, com recursos do FAT, além de participar da coordenação internacional do FSM e ter papel protagonista no Fórum Nacional de Segurança Alimentar. Este fórum é herança da mobilização da Cidadania contra a Fome, hoje reeditada pela CNBB com o nome de Mutirão e incorporada às ações de governo do Programa Fome Zero, cuja contribuição em suas ações estruturantes é cada vez mais evidente, do ponto de vista da economia solidária.
Cáritas Brasileira	Organismo internacional que no Brasil está vinculada à CNBB, atuando fundamentalmente junto às populações excluídas, e vem, desde 1980, promovendo a organização de grupos associativos no campo e na cidade através dos seus fundos de mini-projetos ou projetos alternativos comunitários (Pacs) em quase todos os estados brasileiros com maior incidência no Nordeste e no Rio Grande do Sul, onde surge com maior peso a articulação da economia popular solidária. A Cáritas contribui também, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, com a ASA (Articulação dos Fóruns de Semiárido) no Nordeste, com as articulações e fomento das associações e em várias partes do país e com o fortalecimento do cooperativismo nos assentamentos da reforma agrária, em alguns deles junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com o MST.
Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil	A luta pelo acesso à terra e pela organização da produção rural familiar e solidária tem feito do MST um dos principais atores da resistência e transformação do campo numa perspectiva sustentável ambiental e socialmente justa. Sua presença na articulação da economia solidária é mais forte e visível nas bases estaduais.
RITCP – Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	Tem a peculiaridade de unir a pesquisa tecnológica à perspectiva da cooperação e do popular, reunindo professores, pesquisadores e universitários no apoio a iniciativas nascentes da economia solidária. Iniciada em 1998, surge para vincular as ITCPs de forma interativa e dinâmica, favorecendo a troca de tecnologias e conhecimentos entre as universidades participantes e entre os grupos populares recém-incubados e/ou já estruturados em cooperativas.
ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores	Traduz o esforço de parte do movimento sindical dos(as) assalariados(as) de buscar alternativas aos desempregados e/ou precarizados. Sua criação é recente e as agências estaduais implantadas concorrem com recursos, diagnósticos, elaboração de projetos e assistência técnica oferecidos e, em alguns casos, partilhados com outras organizações, entre elas, a Unitrabalho.
Unitrabalho – Fundação Interuniversitária de	Reúne, há mais de 5 anos, pesquisadores das universidades voltados para as questões do trabalho, tendo sido a principal organização de avaliação do

Estudos e Pesquisas sobre Trabalho	Planfor/FAT (Programa Nacional de Formação Profissional). Tem desenvolvido projetos de mapeamento das iniciativas de economia solidária no Brasil, promovido pesquisas e seminários sobre o tema e, como a ITCP, tem experiências de incubação de cooperativas. Participou recentemente do GT Brasileiro.
Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária	Composta por representantes de administrações estaduais e municipais que assumem políticas e programas de apoio à economia solidária, vinha acompanhando as articulações do GT Brasileiro, antes da sua constituição, que é, formalmente, recente. Reúne mais de duas dezenas de representações e grande parte delas teve papel fundamental no apoio às mobilizações estaduais que confluíram para a constituição do Fórum Brasileiro.
Abicred – Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito	Passou a participar do GT Brasileiro a partir da I Plenária Nacional da Economia Solidária, em dezembro de 2002. É formada por agências operadoras de crédito popular governamentais ou não governamentais e se propõe articular experiências e políticas governamentais que favoreçam as estratégias da economia popular e solidária.

Fonte: www.fbcs.org.br

Em resumo, nota-se que ao longo do tempo muitas entidades foram surgindo para que num mesmo objetivo, pudessem contribuir para o crescimento da ES no Brasil. Desenvolveram ações notórias de apoio e incentivo aos EES, e é importante destacar a atuação das instituições ligadas a Igreja Católica, como a Cáritas Brasileira e também das ITCP's, como por exemplo as incubadoras do ICA e da Unimontes. Em Montes Claros (MG) existem duas Incubadoras Tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários nas Universidades Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Federal de Minas Gerais (UFMG), mais especificamente no Instituto de Ciências Agrárias (ICA). Essas incubadoras contribuem no processo de formação e organização dos empreendimentos, são vistas como um elo entre a comunidade acadêmica e as camadas menos favorecidas. A partir das experiências das incubadoras, são desenvolvidas pesquisas de economia solidária, que de acordo com Paul Singer, em entrevista realizada pelo Centro de Psicologia Aplicada da Universidade de São Paulo, em 2003, servem tanto para forjar a teoria desse processo, como também para formar quadros capacitados a levá-lo adiante.

É importante dar destaque também à Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), uma ONG criada em 2005, e que hoje desenvolve um trabalho de formação junto à agricultores familiares com vistas ao desenvolvimento sustentável, ampliando as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, de melhorias da qualidade de vida, da preservação da biodiversidade e da diminuição das desigualdades. Está presente em 19 Estados, inclusive em Minas Gerais, e promove capacitação para a gestão de pequenas cooperativas de produção, crédito, trabalho, comércio e

infraestrutura. Estando presente em cinco regiões do país, a Unicafes possui cerca de 1.100 cooperativas associadas, e com o trabalho de apoio desenvolvido tem o objetivo de fomentar o crescimento do cooperativismo no setor.

Segundo Mendonça (2011), um dos espaços para a construção do projeto político de outro modelo de desenvolvimento é a comercialização, fundamentada nas relações de solidariedade e de justiça social. Num contexto de afirmação das políticas de ES, existe urgência em se constituírem, no campo da política pública, ações estruturantes que fortaleçam os EES, e possibilitem acesso aos mercados, além de integrarem os próprios empreendimentos. Nesse sentido, as entidades de apoio e fomento aos empreendimentos atuam para o fortalecimento de uma identidade coletiva e para a inserção social de grupos e pessoas que se reconhecem excluídas do modelo capitalista.

1.4.2 Solidariedade

Essa seção se dedica à uma breve discussão acerca do significado da solidariedade para a economia. Barbosa (2007), admite que o termo “economia solidária” apresenta duas imprecisões. Segundo ela:

O termo economia solidária já é em si objeto de controvérsia teórica na medida em que carrega duas imprecisões: uma, por supor segmentos diferenciados e autônomos de economia; outra por classificar a economia por uma categoria como a solidariedade, há muito tempo cara ao debate ético social e historicamente enraizado, mas profundamente questionável na sociedade capitalista, que precisa desgarrar os indivíduos de valores substantivos de convivência e inserção social e aproximá-los em condições ou situações políticas principalmente formalistas e instrumentais para os fins de dominação que lhe são próprios (BARBOSA, 2007, p. 29).

Na economia solidária, a solidariedade vai muito além da confiança, ela é tida como uma dádiva, e as relações de dádiva são, antes de qualquer coisa, fenômenos de reciprocidade. Quem retribui, na verdade está dando também. Segundo Godbout (1999), não se retribui uma dádiva como se restitui troco ou um empréstimo. Para ele, o termo retribuir designa o aspecto do gesto. Sendo assim, a reciprocidade designa certa equivalência, o que faz com que, nesse sistema de dádiva, a troca não seja mercantil.

Solidariedade vem do francês *solidarité*, passando pelo latim *solidus*, e significa responsabilidade recíproca. A palavra tem derivados como o verbo solidar (fazer sólida uma coisa, consolidar). No francês judicial do século XV, *solidaire* (solidário) referia-se a uma situação na qual cada um responderia por todos (CASTRO, 2012). No Dicionário Aurélio, a palavra solidariedade é definida como a qualidade do que é solidário, dependência mútua, reciprocidade de obrigações e interesses.

A solidariedade foi institucionalizada com a Declaração Francesa de 1793, a qual atribuiu ao Estado o dever de prestar auxílio àqueles que tivessem necessidade, principalmente, em razão dos danos ocasionados pela guerra que a antecederam. No campo jurídico, Léon Duguit (2006) considerou a solidariedade social como um fim ao qual o direito deve buscar. Para ele, os atos de vontade dos homens são determinados pela solidariedade, não podendo dela afastar-se. Para Jesus e Sparemberger (2009), os direitos de solidariedade se constituem em uma meta a ser alcançada por toda a humanidade, e não um objetivo de grupos isolados, com interesses específicos.

Kolers (2016) considera que a solidariedade é essencialmente e por muitas vezes, a única arma de todos os movimentos populares de política e justiça. Para ele, o conceito de "solidariedade" é, em primeiro lugar, muito difuso, sendo usado de muitas maneiras diferentes. O autor elenca e explica em seu estudo, os vários tipos de solidariedade, quais sejam: a solidariedade humana, a solidariedade nacional ou cívica, a solidariedade de classe, e por fim, a solidariedade racial e étnica. A solidariedade humana fundamenta o amor à toda a humanidade, de tal forma que se deve apoiar a paz e a eliminação da pobreza para além das fronteiras nacionais. A solidariedade nacional ou cívica nos inclina a apoiar nossos compatriotas com esquemas de bem-estar social. A solidariedade de classe deve unir classes sociais, particularmente a classe trabalhadora, para superar o dilema do prisioneiro em que o capitalismo os coloca. A solidariedade racial e étnica nos leva a tratar nossas coletividades com especial atenção e suporte. Cada uma dessas noções parece pressupor um grupo antecedente cujas fronteiras também delimitam a solidariedade em questão.

Como alternativa a este sistema, ou mesmo de sobrevivência dentro dele, surgiram ao longo do tempo, ações comuns entre pessoas baseadas na igualdade, reciprocidade, confiança, ajuda mútua, dentre outros valores, os quais foram se tornando consistentes, vindo posteriormente a receber o nome de Economia Solidária (SILVA et al, 2011). Para Laville e Gaiger (2009), a solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação.

1.4.3 A autogestão e o “empreendedorismo solidário”

O debate em torno do sentido da autogestão sempre esteve presente no horizonte das lutas operárias na Europa, desde o final do século XIII, quando se materializavam nas experiências diversas de associação, que se auto-organizavam e os produtores partilhavam da

gestão coletiva dos meios de produção (AZERÊDO, 2012). Assim, a autogestão não é uma ideia nova, mas segundo Gaiger (2006), ela toma força no Brasil na década de 1990, associada a respostas do processo de reestruturação produtiva e ao aumento do desemprego, que caracterizam essa década. Nesse contexto, seu conceito mantém a ambiguidade que o caracterizou desde sua origem. De um lado, Pires (1999) a define como uma prática gerencial capaz de salvar empresas da falência e evitar o desemprego em massa, enquanto Nascimento (2001), que a associa a um ideal utópico, de transformação e de mudança social, argumenta que a autogestão é um modo radicalmente novo de organização, não só da economia, mas também da educação e da política global.

Na economia solidária, assume-se a autogestão na segunda perspectiva, como uma prática de autonomia plena de um coletivo de trabalhadores, a partir e durante seu processo de produção (GAIGER, 2004). O trabalho autogerido passa então, pela autonomia na coletividade, onde os membros do empreendimento são responsáveis por decidir sobre questões políticas, estratégicas e produtivas. As ideias gerais da autogestão são: fim do assalariamento, organização do trabalho com base na gestão democrática, eliminação da hierarquia, e decisões tomadas por democracia direta (BARBIERI; RUFINO, 2007).

As formas autogestionárias visam a garantia de direitos coletivos sociais nas organizações econômicas solidárias, tais como: os fundos que são constituídos em cooperativas autênticas para garantir benefícios sociais aos seus associados e familiares; o apoio para elevação de escolaridade; saúde complementar; descanso remunerado; moradia; lazer etc. Para que essas práticas autogestionárias de benefícios coletivos possam ser multiplicadas, é necessário o reconhecimento e o apoio efetivo das políticas públicas para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, para que os mesmos possam viabilizar suas atividades econômicas e superar a condição de pobreza (Relatório 3ª Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária).

Numa cooperativa, as pessoas se unem em prol da realização de um objetivo comum. Os cooperados ingressam ofertando seus bens e serviços, para que, cooperando, obtenham benefícios através de uma atividade econômica. Entende-se por bens e serviços, a contribuição monetária e a força de trabalho dispensada na produção. Para Simão (2011), o valor da força de trabalho está relacionado com o que a pessoa é capaz de produzir.

O trabalho permite a todos os humanos o atendimento de necessidades, social e historicamente determinadas, dada a capacidade social de produção de riquezas (SIMÃO, 2011). O trabalho autogerido no cooperativismo, requer a divisão coletiva dos ganhos, ou seja, as sobras são distribuídas de forma igualitária entre todos que optaram pela associação, portanto

a grande diferença, apontada nesse estudo, entre uma empresa capitalista e um empreendimento solidário está na presença, ou não, do trabalho alienado.

Objetivando se esquivar das imposições do mercado e conseqüentemente do trabalho alienado, as pessoas optam pelo “empreendedorismo de oportunidade ou por necessidade”, classificações dadas por Gaiger e Corrêa (2011) para um modelo de comportamento econômico e marginal no mercado. A acepção de empreendedorismo que conhecemos é a de que os empreendedores têm como característica básica o espírito criativo e pesquisador e estão constantemente buscando caminhos alternativos e novas soluções (SEBRAE, 2013). São pessoas que possuem a habilidade de inovar, e de extrair possibilidades de situações desfavoráveis. Não é diferente do que acontece com os EES, que buscam alternativas para uma vida melhor diante das imposições do mercado.

Para Gaiger e Corrêa (2011), essa revisão no conceito de empreendedorismo se fez necessária uma vez que os empreendimentos econômicos situados no campo da ES, vivenciam uma realidade distinta à capitalista, justificando sua aplicação a entidades de pequeno porte. Cabe salientar que o termo empreendedorismo solidário ainda está em estudo, para que se desenvolva um conceito ideal-típico com duas faces: empreendedorismo e solidarismo, mas Gaiger e Corrêa (2011) acreditam que ele conforma uma nova totalidade social e econômica, instituída como uma sociedade de pessoas, antes que de capital.

O empreendedorismo solidário demanda o desenvolvimento de todo o grupo, despertando atitudes e habilidades que são elencadas por Almeida, Silva e Slomski (2012), como a valorização social do trabalho humano; valorização da cooperação e da solidariedade; democratização da gestão do trabalho; transparência na gestão; conhecimento sobre os segredos da produção; distribuição de renda; conhecimento de mercado, gestão cooperativa, pró-atividade, participação, conhecimento sobre a arte de liderar, de empreender e de administrar o projeto coletivo; trocar a cultura da subordinação pela ideia do aprender a empreender e cooperar; estímulo à criatividade do indivíduo no sentido da estratégia do grupo organizado em cooperação; aceitar riscos desde que sejam moderados e decididos coletivamente; formar “redes de apoio” e parcerias; capacitação e estímulo permanentes; responsabilidade social; renovar cotidianamente o projeto coletivo; e por fim, compreender a democracia e a participação como um valor socioeconômico.

A relevância em se fazer a aproximação dos termos empreendedorismo solidário e autogestão está no fato de que muitas cooperativas enfrentam dificuldades de inserção no mercado, como já fora exposto, por questões políticas, econômicas, e até jurídicas, porém a

forma de gestão, se bem administrada pode ser uma aliada na continuidade dos empreendimentos.

Gaiger e Corrêa (2011) propõem ainda, alguns indicadores de avaliação da autogestão como eleições livres e diretas, predominância de decisões coletivas, envolvimento dos sócios na gestão cotidiana, acesso dos sócios aos registros e informações gerenciais, predominância de trabalhadores associados (em relação a trabalhadores externos) e equidade entre homens e mulheres. Quanto a este último, de acordo com os dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) finalizado em 2013, estão associados nos EES mais de 1 milhão e 423 mil homens e mulheres, conforme é apresentado na Tabela 01.

Tabela 01: Quantidade de participantes dos EES no Brasil

REGIÃO	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL
CO	51.537	46,3%	59.847	53,7%	111.384
NE	252.286	47,3%	281.501	52,7%	533.787
NO	128.252	45,9%	151.100	54,1%	279.352
SE	58.868	49,3%	60.494	50,7%	119.362
SU	129.315	34,1%	250.431	65,9%	379.746
TOTAL	620.258	43,6%	803.373	56,4%	1.423.631

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil (2013)

A partir da análise desses dados, nota-se que não há diferença significativa entre homens e mulheres na economia solidária, sendo que, do total de empreendedores, 56,4% são homens, e o restante, 43,6%, mulheres. Há que se ressaltar também os tipos de empreendimentos encontrados no país. Conforme dados da Tabela 02, pode-se perceber que os mesmos se subdividem em grupos cuja atuação ocorre mais frequentemente nas áreas rural, urbana e rural e urbana².

Tabela 02: Área de atuação dos EES no Brasil

REGIÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	TOTAL EES
CO	Rural	1.082
	Urbano	670
	Rural e Urbano	270
	Total Centro-oeste	2.022
NE	Rural	5.804
	Urbano	1.554
	Rural e Urbano	682
	Total Nordeste	8.040

² O formulário fornecido aos empreendimentos no momento da pesquisa, fornecia a possibilidade de resposta múltipla, quando do questionamento da “área de atuação do empreendimento”, sendo assim, três alternativas foram elencadas: a) rural; b) urbano e c) rural e urbano.

NO	Rural	1.566
	Urbano	1.270
	Rural e Urbano	290
	Total Norte	3.126
SE	Rural	959
	Urbano	1.970
	Rural e Urbano	299
	Total Sudeste	3.228
SU	Rural	1.382
	Urbano	1.392
	Rural e Urbano	518
	Total Sul	3.292
TOTAL		19.708

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil (2013)

Quanto à ocorrência de EES, cerca de 54,8% estão localizados na área rural, enquanto 34,8% desenvolvem suas atividades na área urbana, outros 10,4% se dividem em urbano e rural.

Os avanços em torno da autogestão dependem basicamente das práticas, valores e princípios que orientam os modos de funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários. A autogestão se aprende no convívio cotidiano desses empreendimentos, através das soluções e dos instrumentos democráticos de participação ativa nas tomadas de decisão. A formação permanente e sistemática dos trabalhadores da economia solidária também se faz fundamental nesse processo.

1.5 Desenvolvimento social e a crise de “sustentabilidade” do modelo econômico vigente

Quando se fala em crise de sustentabilidade do modelo econômico vigente, o capitalismo, quer se trazer em tela, ou mesmo se defender, que o mesmo não mais se sustenta, exigindo atitudes mais humanas e sociais para com o ser humano, assim como também, com o meio ambiente. Para ser sustentável, um modelo econômico deve se preocupar com todas essas esferas, e não apenas focar seus esforços em geração de capital.

Nas últimas décadas, muitos problemas ambientais surgiram desencadeando questionamentos acerca do atual modelo de desenvolvimento. Segundo Jesus e Sparemberger (2009), o modelo vigente não é capaz de atingir o equilíbrio nas três dimensões: social, ambiental e econômica, ao mesmo tempo. Dessa forma, a construção de uma sociedade sustentável se torna um desafio que pressupõe a alteração de comportamento de grande parte dos atores que integram o modelo socioeconômico atual.

A palavra “sustentável” pode assumir diferentes significados. Essa diferença afeta a compreensão da sustentabilidade no debate em torno do desenvolvimento. Arroyo e Schuch (2006) defendem duas visões distintas da sustentabilidade: uma mais restrita, a qual representa a sustentabilidade como um instrumento capaz de se internalizar no modelo econômico vigente, visando apenas poupar os recursos naturais; e uma segunda visão, mais ampla, na qual a sustentabilidade seria um vetor que aponta para o esgotamento do estilo de desenvolvimento praticado até o momento, exigindo-se uma ética distinta da produção bem como a construção de novos paradigmas de relacionamento humano com a natureza.

Miller (2012), define sustentabilidade como a capacidade dos sistemas naturais da Terra e dos sistemas culturais humanos de sobreviver, prosperar e se adaptar às mudanças nas condições ambientais no longo prazo. É possível compreender que, além de um novo tratamento à natureza, deve-se também observar diferentes formas de interpretação do entendimento de bem-estar social, não sendo mais possível conceber um modelo de sociedade que se baseia no consumo descontrolado de bens naturais com o argumento de se promover uma melhor qualidade de vida às pessoas (JESUS E SPAREMBERGER, 2009). A sustentabilidade resulta hoje em um dos pontos mais complexos dentro do crescente campo da economia social. Dessa maneira, Santos e Silva (2011) acreditam que o desenvolvimento social se traduz em redução das desigualdades sociais, aumento da equidade na distribuição de renda, habitação, saúde, educação, seguridade social, dentre outros.

Cabe salientar que consta na Agenda 21, elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, a necessidade de se criar novos conceitos de riqueza e prosperidade capazes de permitir melhorias na vivência humana por meio de modificações no estilo de vida que sejam menos dependentes dos recursos finitos da terra. Com efeito, é importante destacar que a sustentabilidade ambiental precisa estar acompanhada de equilíbrio social. A sustentabilidade ambiental não é um pressuposto isolado, mas apenas um dos fundamentos de uma sociedade solidária, a qual respeita o imperativo ético da responsabilidade atual e futura com seus membros, e que vise uma condição de equilíbrio em que sejam balanceadas tanto as condições ambientais, quanto as econômicas e sociais. (JESUS E SPAREMBERGER, 2009)

Para Litman et al (2015), a partir de políticas e programas públicos ou mesmo da atuação de organizações não-governamentais voltadas a esse setor, a sustentabilidade se constitui como um requisito normativo que regula a circulação de recursos (não apenas econômicos, mas também políticos). Ainda segundo os autores, a sustentabilidade precisa ser considerada em um sentido amplo, pois constitui um problema fundamentalmente político que se faz necessário, e

num primeiro momento, deve-se observar os imperativos morais e prescritivos a partir dos quais se pensa, intervém e trabalha com essas experiências.

Na ES, a sustentabilidade dos empreendimentos e do meio ambiente, é tratada com muita seriedade, ao mesmo tempo em que determina que os EES sejam autogeridos e com vistas à solidariedade, se preocupa com amaneira como esses voltam seus esforços para que o desenvolvimento seja pensado de forma tal que não agrida o lugar onde vivem.

1.6 O desenvolvimento local e o capital social na noção de comunidade cívica

Nesse tópico, comenta-se a relação existente entre três temáticas com crescente importância na área de gestão social: a economia solidária, que é objeto deste estudo, o capital social e o desenvolvimento local. Embora o conceito de capital social não seja muito recente, ele ganhou maior visibilidade a partir do livro de Robert Putnam, publicado em 1993, *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Entre as diversas contribuições da obra de Putnam, o autor deixa explícito que seu principal objetivo com o texto, foi o de contribuir para a compreensão do desempenho das instituições democráticas. Valendo-se de uma interpretação de Alexis de Tocqueville, Putnam esclareceu que a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração.

Essas noções acerca da “virtude cívica”, definição dada por Nicolau Maquiavel para designar o caráter dos cidadãos, são importantes à compreensão do desempenho das instituições democráticas, objetivo primeiro do autor, do qual decorre o conceito de capital social. O capital social, segundo Putnam (2006), normalmente constitui um bem público, uma vez que não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Nesse sentido, Klaus Frey (2003) afirma que “o terceiro setor, a sociedade civil, as comunidades locais, as redes sociais ou o capital social se apresentam como novos rumos para a fundamentação de uma economia diferenciada, mais solidária, participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum, convergindo numa sociedade mais humana”.

Qual a relação existente entre capital social, economia solidária e desenvolvimento local? Caracciolo Basco (2005) acredita que o capital social é um recurso capaz de mobilizar outros recursos para facilitar e consolidar o desenvolvimento em um território. Sendo assim, se trata de um recurso estritamente necessário, contudo, não se apresenta como suficiente. Para que esse desenvolvimento seja palpável, segundo ele, o processo econômico territorial deveria priorizar outras formas solidárias de organização da produção. Mais especificamente, se trata

de aportar elementos e instrumentos para o fortalecimento, a criação ou recriação do capital social indispensável à sustentabilidade de velhos e novos empreendimentos familiares associativos, que transformam esse tipo de economia em um marco de uma gestão associada entre o Estado e as organizações sociais, tendo como meta o desenvolvimento local (CARACCIOLO BASCO, 2005).

1.6.1 Capital social

O conceito de capital social e sua aplicação, se apresentam como importantes linhas de análise no contexto atual das Ciências Sociais. Contudo, também vem sendo utilizado para explicar fenômenos de outros campos de estudo, como da cultura, da economia e da ciência política. Inexiste um consenso na comunidade acadêmica sobre sua conceitualização, possuindo interpretação de maneira diversa pelas distintas vertentes sociológicas (Bourdieu, Putnam, Coleman, entre outros).

Bourdieu (1979) parte de um marco conceitual mais geral, que consiste na distinção entre três formas de capital: o econômico, o cultural e o social. O econômico diz respeito ao patrimônio; o cultural é institucionalizado, e determinado principalmente pela posição de títulos escolares; já o capital social é definido por Bordieu (1979) como o conjunto de redes sociais que um ator pode mobilizar em proveito próprio e de sua comunidade.

Coleman e Putnam aparecem na sociologia americana com suas definições sobre a noção de capital social no final da década de 80. Coleman, define capital social em relação a sua contribuição na criação do capital humano, como:

[...] uma diversidade de entidades com dois elementos em comum: todas consistem em algum aspecto de estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – aqui se trata de pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura. [...] O valor do conceito de capital social repousa sobre o fato de que identifica certos aspectos da estrutura social por suas funções [...] os atores estabelecem relações intencionalmente e continuam nelas quando continuam fornecendo-lhes benefícios (COLEMAN, 1988, p. 98).

Sendo um dos fundadores do conceito de capital social, Coleman, ainda considera a possibilidade de o capital social facilitar a ação de diversos tipos de atores sociais,

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...] onde um

agricultor ajuda o outro a enfiar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos (COLEMAN, 1990, p. 304-313).

Porém, entre essas diversas abordagens, a concepção de capital social recebeu maior destaque a partir do debate sobre desenvolvimento, trazido pelo livro de Robert Putnam em 1993, *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. No texto o autor discorre sobre os fundamentos da democracia italiana, e identifica as relações sociais e de reciprocidade que são tidas por ele, como as principais premissas de uma democracia vital e de um engajamento cívico efetivo. Tais fatores garantem o caráter democrático da sociedade civil, assim como também determinam a forma de atuação dos governos locais e de suas instituições. Assim, ele afirma que a organização social se apresentou como de fundamental importância ao bom desempenho das instituições e da eficiência da sociedade e de sua economia, desde que sustentada por uma rede de associações civis e por formas de cooperação baseadas em regras compartilhadas e em confiança recíproca (PUTNAM, 2006).

Para tanto, antes de iniciar as explicações acerca do conceito elaborado por Putnam em 1993, se faz necessário um breve esboço sobre a ideia de “comunidade cívica”, tão cara ao autor. Para Putnam, a honestidade, a confiança e a observância da lei são aspectos enfatizados na maioria das definições filosóficas da virtude cívica. Em resumo, as características que definem a comunidade cívica, repousam nos “círculos virtuosos” que redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo (PUTNAM, 2006).

Dessa forma, Putnam define capital social como aqueles “traços da organização social como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas”. E também como “a cooperação em benefício mútuo”. Ele associa capital social e desenvolvimento, se referindo às condições institucionais de uma comunidade cívica para acesso a ele: considera que o capital social vai se acumulando historicamente e dele dependem as opções atuais de desenvolvimento de uma comunidade determinada (PUTNAM, 2006).

Karl Polanyi (2000), em sua obra “A grande transformação: as origens de nossa época”, de 1944, indica os princípios de economia substantiva – reciprocidade, redistribuição e domesticidade – no contexto das relações econômicas à época. Polanyi (2000), considerava possível a criação de outros tipos de economia que, por natureza, fossem diferentes do conceito liberal de *Homo Economicus*. Daí então, surge o conceito de *Homo Reciprocans*, para estas

“outras economias”, assentes numa organização social comunitária, na educação e cooperação, se caracterizando como a raiz do conceito de Economia Solidária.

Fazendo um paralelo entre as teorias de Putnam e Polanyi, identifica-se certa semelhança no que tange aos conceitos de reciprocidade, bem como nas noções de desenvolvimento e continuidade das instituições. Quanto à economia substantiva de Polanyi, os princípios que garantiam a sobrevivência econômica das sociedades pré-industriais eram os de reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Estes três princípios se viam apoiados em três padrões sociais específicos: de simetria, de centralidade e de autarquia (POLANYI, 2000).

Para Polanyi (2000), a reciprocidade corresponde ao ato de doar, é o ato da “dádiva” que requer uma “contra dádiva”. Assim, uma pessoa oferece algo a outra pessoa, e essa a retribui com outra coisa, fazendo com que essas atitudes tenham caráter interpessoal ou coletivo. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Por sua vez, aquelas sociedades onde o uso da força – poder de polícia – é mais enfatizado, costumam ser menos eficientes, mais sacrificantes e menos satisfatórias do que aquelas onde a confiança é mantida por outros meios (PUTNAM, 2006).

A reciprocidade se sustenta na simetria da organização, a qual requer a existência de um parceiro, ou seja, envolve a presença de dois ou mais grupos dispostos simetricamente, o que facilita o comportamento de reciprocidade. Polanyi (2000) já havia ressaltado tempos atrás, que o amplo princípio da reciprocidade ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar. Putnam (2006) ressalta que a confiança social pode emanar de regras de reciprocidade. Desse modo, essas regras são sustentadas tanto por meio de condicionamento e socialização, quanto por meio de sanções:

Talvez um exemplo esclareça melhor: como aqui costuma ventar muito em novembro, minhas folhas podem ir para no jardim dos outros. Contudo, não é plausível que meus vizinhos me paguem para eu varrê-las. Porém, a regra de manter limpos os gramados é rigorosa em minha comunidade e constrange a minha decisão de passar a tarde de sábado vendo televisão. Essa regra não chega a ser ensinada nas escolas locais, mas as pessoas a mencionam quando alguém se muda para cá e a reiteram não apenas nas frequentes conversas outonais, como também varrendo obsessivamente seus jardins. Os transgressores correm o risco de serem-se excluídos dos eventos comunitários, e raramente alguém deixa de varrer as folhas. Embora a norma não tenha força legal, e embora eu prefira ver televisão a recolher folhas, costume acatar a regra (PUTNAM, 2006, p. 181).

Essas normas fortalecem a confiança social. Existem dois tipos de reciprocidade, por vezes chamados de reciprocidade “balanceada” (ou “específica”) e reciprocidade “generalizada” (ou “difusa”) (PUTNAM, 2006). A reciprocidade balanceada diz respeito à

alteração simultânea de itens de igual valor, quando por exemplo, colegas de trabalho permutam seus dias de folga, assim, se apoiam mutuamente; a reciprocidade generalizada é aquela que estabelece uma relação permanente e contínua, mas que num dado momento pode apresentar um desequilíbrio ou falta de correspondência. A amizade, por exemplo, quase sempre implica reciprocidade generalizada.

Por fim, ressaltamos que a palavra “capital” tem sido estudada e muito utilizada pela chamada economia política clássica, e diversos autores lhe conferem diferentes interpretações, segundo o marco teórico adotado (neoclássico, marxista, e outras correntes atuais, etc.). Acredita-se que essas interpretações são de suma importância para a produção do conhecimento sobre o tema, principalmente por suas implicações com relação à produção, a criação de valor e também de sua acumulação.

1.6.2 Economia Solidária e desenvolvimento local

O desenvolvimento local é considerado por Caracciolo Basco (2005) como um processo de práticas institucionais participativas que, derivando das forças e oportunidades de território determinado (em função dos recursos naturais, econômicos, sociais, culturais e políticos), conduzem à melhora da qualidade de vida de sua população de maneira sustentável e com níveis crescentes de igualdade. Destarte, demandar estudos e análises sobre o capital social e a economia solidária em particular, significa encontrar novos sentidos para a economia como ciência social, com relação à sua contribuição para a busca de estratégias de forma que esse conjunto de unidades econômicas possa transitar desde uma resposta defensiva frente a emergência social, até a construção de uma alternativa de mudança do atual modelo socioeconômico que gera exclusão e pobreza (CARACCIOLO BASCO, 2005).

De acordo com Polanyi (2000), transformações ocorridas no mercado e na economia implicaram mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passou a substituir a motivação pela subsistência. Frente a essa certeza, a Economia Solidária tenta reafirmar esse conceito, e assim, busca a distribuição equitativa do excedente com apropriação coletiva em detrimento ao lucro.

Considerando-se a economia numa perspectiva mais humanizada, e colocando-se outra vez em discussão a questão ética dos “porquê”, “para quê” e “para quem” do crescimento e desenvolvimento econômicos, é que o autor Caracciolo Basco (2005) entende que contribuiremos para refundar a utopia dessa possível mudança. A utopia enraizada na economia solidária, está presente desde os primeiros movimentos contra o desemprego, e principalmente

contra o sistema capitalista, que fez vítimas incontáveis ao longo de nossa história. A economia solidária se apresenta como alternativa de construção, com o objetivo de superar as barreiras econômicas, sociais e políticas que são inerentes ao contexto de sociedade atual.

A construção de capital social, especificamente no âmbito econômico, significa uma visão diferente: sistêmica, de conjunto, que foca nas vinculações ou articulações entre organizações ou grupos, pelo efeito multiplicador que estes têm para modificar aquelas relações de poder que constituem os principais obstáculos para o desenvolvimento (CARACCILO BASCO, 2005).

Muitas sociedades norte-americanas de poupança e empréstimos começaram como associações de crédito rotativo, a chamada “poupança informal”. Tais associações, serão utilizadas com base para nossa análise. Normalmente, as associações de crédito rotativo estão ligadas a cooperativas e outras formas de mútua assistência e solidariedade. Segundo Putnam (2006), isso se deve em parte ao fato de todas essas formas de cooperação voluntária se valerem do mesmo virtual estoque de capital social.

Os bancos comunitários, as cooperativas de crédito solidário e os fundos rotativos solidários (FRS) compõem as finanças solidárias, cumprindo atividades designadas como microcrédito, fornecendo crédito a clientes muitas vezes não atendidos pelo setor bancário tradicional (BARRETO, 2016).

Numa associação de crédito rotativo solidário é necessário que exista um compromisso mútuo entre as partes envolvidas. O objetivo principal desse tipo de associação é a poupança, e o que promove a cooperação entre as partes é a confiança. Nesse sentido, Putnam (2006) relata que se você não confia em que uma pessoa (ou uma entidade) fará alguma coisa simplesmente porque ela disse que irá fazer, mas sim porque, conhecendo a disposição dela, as alternativas que dispõe e suas consequências, a capacidade dela e tudo o mais, você espera que ela preferirá agir assim. Outro questionamento apontado por Putnam está relacionado ao conflito de desertar ou não. Assim, ele indaga “porquê um participante não deserta após ter recebido o bolo? (em nosso caso, após ter sido contemplado com o valor monetário poupado). Pois é importante para qualquer participante ter uma reputação de honestidade e confiabilidade. A ameaça de exclusão do sistema socioeconômico é uma sanção pesada e eficaz. Para Putnam (2006), A cadeia de relações permite disseminar a confiança, assim, confio em você por que confio nela, e ela me garante que confia em você. Dessa maneira, o capital social serve como uma espécie de garantia.

As associações comunitárias se apresentam como uma forma essencial de capital social, e quanto mais desenvolvidos estiverem esses sistemas numa sociedade, maiores serão as

possibilidades de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Esses efeitos causados pelos sistemas de participação cívica se dão pelos seguintes motivos:

- Aumentam os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual. [...]
- Promovem sólidas regras de reciprocidade. [...]
- Facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos. [...]
- Corporificam o êxito alcançado em colaborações anteriores, criando assim um modelo culturalmente definido para futuras colaborações [...] (PUTNAM, 2006, p. 183).

Um dos motivos que sustentam o fato dessa concentração de esforços no desenvolvimento local, conforme Caracciolo Basco (2005), está na afirmação de que o local não está desvinculado do global, e assim como Arturo Escobar (2005), acredita que existem relações entre a globalização econômica tendo como base as experiências locais.

Caracciolo Basco (2005) define o capital social, como a dimensão associativa, conectiva, daquelas unidades e organizações que atuam na esfera da produção, da distribuição e no intercâmbio de bens e serviços. Verifica-se que as comunidades que dispõem de capital social apresentam melhores índices de desenvolvimento, sejam eles pessoais, humanos ou econômicos. Assim, os grupos de economia solidária, que são, em sua essência, dotados de características como cooperação, autogestão, solidariedade e reciprocidade, também contribuem para que suas comunidades, em nível local, se desenvolvam e abarquem um estoque de capital social considerável.

A sociedade espera por mudanças nesse cenário, e “criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar”, conforme admite Putnam (2006, p. 194).

Diante do panorama apresentado nesse tópico, verifica-se que as comunidades que dispõem de capital social apresentam melhores índices de desenvolvimento, sejam eles pessoais, humanos ou econômicos. Assim, os grupos de economia solidária, que são, em sua essência, dotados de características como cooperação, autogestão, solidariedade e reciprocidade, também contribuem para que suas comunidades, a nível local, se desenvolvam e abarquem um estoque de capital social considerável.

Frente ao cenário atual torna-se difícil pensar ou mesmo visualizar um contexto no qual a relação econômica seja unicamente baseada na troca, na solidariedade, e na cooperação. Porém, o número de empreendimentos solidários vem crescendo a cada dia, demonstrando como, aos poucos, estão se solidificando. Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais

importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais (PUTNAM, 2006). Dessa forma, se os sistemas horizontais de participação cívica ajudam aos participantes a solucionarem os dilemas da ação coletiva, considera-se então que quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral.

CAPÍTULO 2 – A COOPERATIVA GRANDE SERTÃO

Para a realização desse estudo, escolheu-se a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão, que foi criada a cerca de 25 anos, em 1995. Com sede localizada na cidade de Montes Claros (MG), a cooperativa tem como objetivo fazer do mundo um lugar melhor para se viver, combinando trabalho, dignidade e sustento para os agricultores familiares do cerrado e da caatinga norte-mineiros. A Cooperativa Grande Sertão trabalha com o beneficiamento e comercialização da produção agroecológica de comunidades rurais da mesorregião Norte de Minas Gerais, e atualmente conta com mais de 260 cooperados.

Nesse capítulo, demonstraremos o contexto histórico de criação da Cooperativa Grande Sertão, bem como onde estão concentrados seus núcleos de produção, a qualificação dos cooperados, patrimônio e estrutura, e como se dá a participação em eventos com a exposição dos produtos.

2.1 Contexto histórico

Em meados de 1995 tiveram início as atividades do empreendimento, até então de maneira informal. O grupo, formado por agricultores familiares, trabalhava com o processamento de frutas e perceberam a necessidade de criação de uma microempresa, para que pudessem registrar sua marca. Sendo assim, a Grande Sertão Produtos Alimentícios foi concebida no ano de 1997, com o auxílio cedido por organizações de apoio aos agricultores familiares, bem como à Economia Solidária, tanto o CAA-Centro de Agricultura Alternativa, como a ITCP-Unimontes, tiveram papel significativo nesse momento.

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, que fora fundado em 1987 por organizações sociais, agricultores familiares, lideranças locais e técnicos, preocupados com o modelo agrícola que avançava sobre a natureza e a cultura norte-mineira, possuía à época, como uma de suas missões, o objetivo de contribuir para uma proposta de desenvolvimento regional sustentável.

O trabalho desenvolvido junto ao CAA tinha como proposta a valorização das culturas tradicionais e dos ecossistemas naturais, através do beneficiamento e da comercialização de frutos do cerrado e de produtos da agricultura familiar. Já a Incubadora Técnica de Cooperativas Populares (ITCP-Unimontes), apoiava o processo de produção por meio de conhecimento técnico sobre diversas áreas, sendo um projeto de extensão universitária que promove até hoje, atividades de inserção social.

Para os trabalhadores, a criação da microempresa não foi vista como a melhor solução, pois perceberam que essa forma de “registro” não era a mais indicada, uma vez que realizavam atividades que muito se assemelhavam às atividades ora desenvolvidas em cooperativas, mais especificamente, cooperativas de produção.

Com esse pensamento, de que as atividades ali desenvolvidas eram oriundas de uma cooperativa de produção, no ano de 2003 decidiram proceder ao encerramento do trabalho na microempresa, então Grande Sertão Produtos Alimentícios Ltda., e registrar a Cooperativa dos Agricultores Agroextrativistas Grande Sertão Ltda. Na Figura 03 abaixo, é possível visualizar o grupo responsável por essa mudança, e que desde então vêm trabalhando para o crescimento e reconhecimento da cooperativa, pois muitos dos que ali estavam, permanecem até os dias hoje, vinculados, produzindo e cooperando.

Figura 03: Grupo de idealizadores da Cooperativa Grande Sertão (2003)



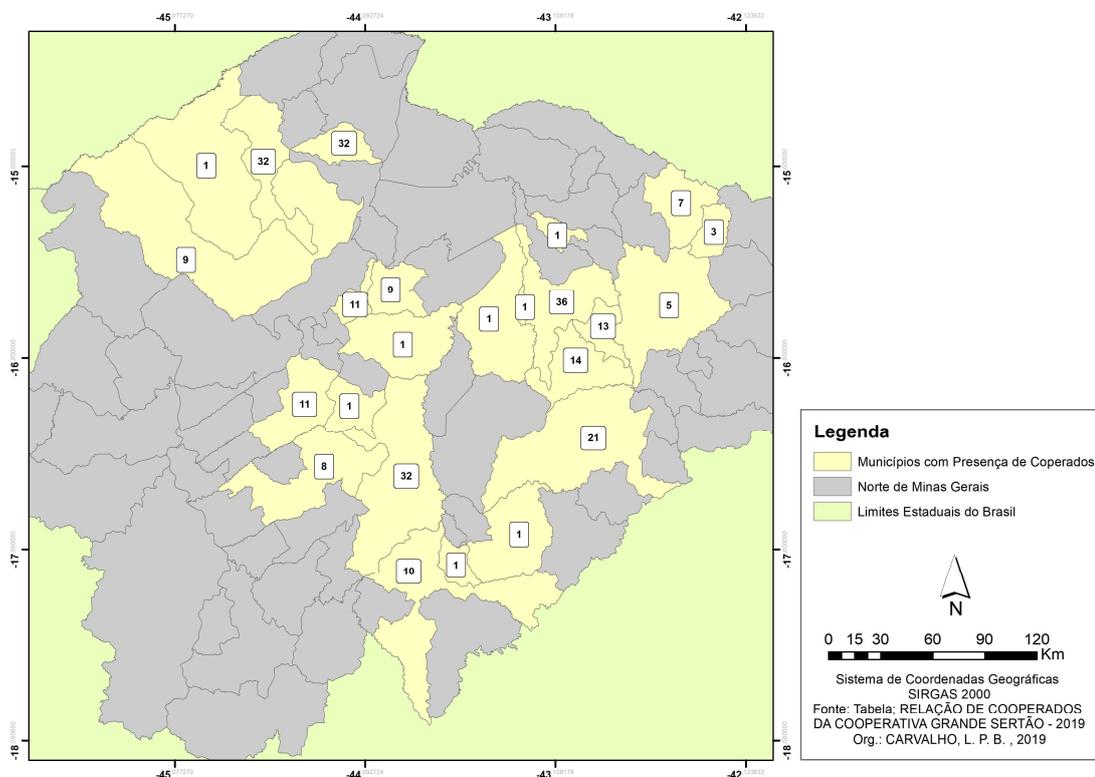
Fonte: Relatório Pré-Assembleia – Janeiro/2019

No início, ainda em meados de 2012, a Cooperativa possuía cerca de 100 cooperados, mas hoje, esse número cresceu e chega a 261. Esse aumento se deu em razão da expansão da produção, bem como a diversificação dos produtos, um exemplo é o fato de que, nessa época, o grupo iniciou o trabalho com os frutos do Buriti, sendo possível se extrair uma série de novos produtos dessa palmeira, como a farinha, e até mesmo o óleo, o qual é utilizado também na fabricação de cosméticos.

Conforme demonstra a Figura 04, estes associados estão localizados nas cidades de Bocaiúva (MG), Bonito de Minas (MG), Brasília de Minas (MG), Catuti (MG), Cônego

Marinho (MG), Coração de Jesus (MG), Grão Mogol (MG), Guaraciama (MG), Ibiracatu (MG), Itacambira (MG), Janaúba (MG), Januária (MG), Mirabela (MG), Montes Claros (MG), Montezuma (MG), Nova Porteirinha (MG), Porteirinha (MG), Riacho dos Machados (MG), Rio Pardo de Minas (MG), São João da Ponte (MG), São João das Missões (MG), Serranópolis de Minas (MG), Vargem Grande do Rio Pardo (MG) e Varzelândia (MG), compreendendo boa parte da mesorregião Norte do Estado de Minas Gerais.

Figura 04: Mapa de localização dos cooperados da Cooperativa Grande Sertão na mesorregião Norte de Minas.



Fonte: Elaboração própria.

Segundo Santos e Pales (2012), Minas Gerais é um Estado síntese do Brasil em termos de desenvolvimento regional, possuindo uma conotação importantíssima para se pensar o desenvolvimento da região. Segundo eles, o Estado apresenta uma grande polaridade de clima, relevo e vegetação, sendo também culturalmente diversificado, além de possuir grande contraste econômico e social. No Estado de Minas Gerais, a taxa de desocupação chegou a 11,2% no primeiro trimestre do ano de 2019, segundo dados do IBGE, para pessoas de 14 anos ou mais. O Estado ocupa ainda, o 5º lugar no ranking das unidades da federação com maiores percentuais de trabalhadores por conta própria, tendo cerca de 24,3% de pessoas de 14 anos ou mais com ocupação classificada como “por conta própria”, também no primeiro trimestre de

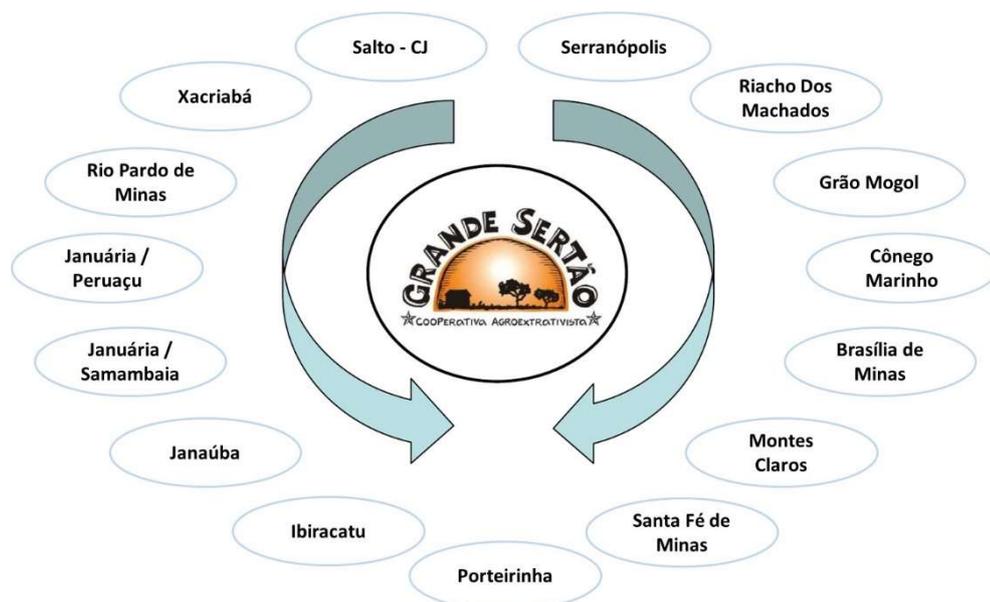
2019. A partir desses dados, pode-se perceber o grau de insucesso daqueles que desejam trabalhar e não conseguem encontrar uma oportunidade no mercado de trabalho, e como consequência, o alto percentual de trabalhadores que se dedicam às atividades informais, como forma de prover seu sustento e de sua família, no Estado em que se realiza essa pesquisa.

Somado a esse dado importantíssimo do cenário atual do mercado de trabalho, têm-se o fato de que as pessoas que buscam uma vida melhor, longe das amarras impostas pelo vínculo contratual, e se decidem por alternativas como essa, por meio da união em cooperativas, buscando na coletividade a realização pessoal e econômica.

2.2 Núcleos de produção

A Cooperativa Grande Sertão possui duas fábricas instaladas na região de Montes Claros, uma se destina à escala de fabricação das polpas de frutas e a outra, que fica instalada no bairro Distrito Industrial, onde também estão localizados o escritório e o centro de distribuição, se reserva ao processamento das raspas de buriti. Para que fosse possível aumentar a produção, foi necessário realizar esse investimento em maquinário e instalações, e consequentemente, aumentar o retorno para os cooperados.

Figura 05: Núcleos de produção da Cooperativa Grande Sertão

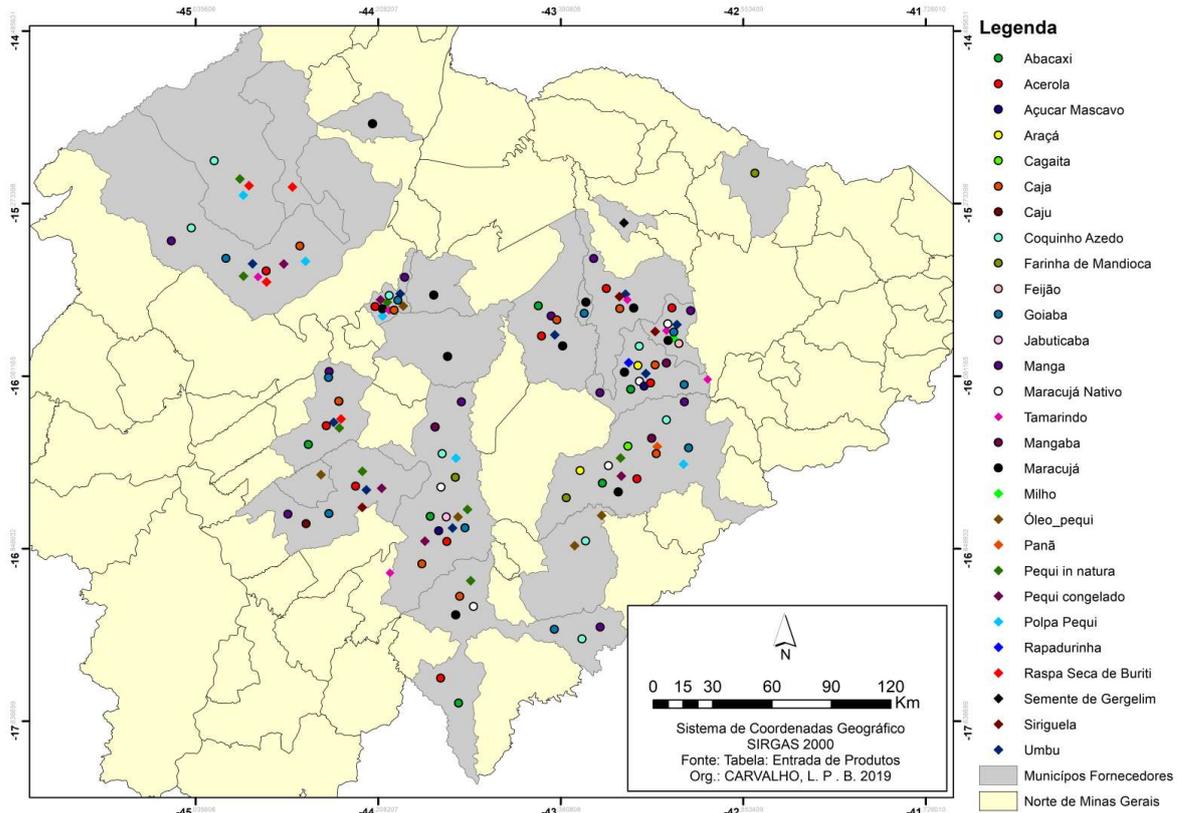


Fonte: Relatório Pré-Assembleia – Janeiro/2019

Os núcleos de produção da Cooperativa estão concentrados nas localidades conforme a Figura 05, obtida no Relatório da Pré-Assembleia realizada em Janeiro/2019.

Nessas unidades comunitárias, além da primeira seleção dos frutos, ocorrem a lavagem e posterior, embalagem do material para que estes estejam de forma mais adequada para serem encaminhados a unidade de processamento em Montes Claros (MG).

Figura 06: Mapa da localização geográfica da produção dos associados da Cooperativa Grande Sertão



Fonte: Elaboração própria.

Atualmente, a Cooperativa trabalha com a produção de 17 variedades de polpas de frutas advindas do cerrado, da caatinga e dos quintais agroecológicos, assim como também com a produção do óleo, polpa e congelados do pequi sem o uso de conservantes, além do óleo e farinha de buriti, “rapadurinha”, açúcar mascavo, farinha e mel. Na Figura 06 é possível perceber a abrangência de tal produção.

A partir da análise do mapa, depreende-se que a produção não se concentra em um único polo, mas sim que os produtos são advindos das mais diversificadas regiões. Vale ressaltar que a polpa de frutas produzida pela Cooperativa é natural, extraída dos frutos, sem uso de agroquímicos e sem adição de água ou qualquer tipo de conservador químico. Assim, a Cooperativa busca apresentar à população produtos com valor social, econômico, e ecológicos agregados, uma vez que os consumidores consomem produtos agroecológicos, saudáveis e cuja

venda favorece as famílias engajadas na preservação do cerrado e da caatinga bem como do modo de vida tradicional.

Cabe destacar também, que existem produtos nativos, como o maracujá, o pequi, o buriti, que por sua vez, demandam uma força de trabalho inferior aos demais, que requerem um processo mais demorado, o qual vai desde o preparo da terra, plantio, manejo e colheita.

A cooperativa conta ainda com o fator da sazonalidade de alguns frutos, o que em determinados períodos do ano causa certa ociosidade nas fábricas. Quando o período é de safra, os frutos são armazenados e estocados para que sejam processados posteriormente. No âmbito da Economia Solidária regional, a Cooperativa Grande Sertão é preponderante, tem papel fundamental na dinâmica econômica local, produzindo economia de solidariedade e sustento para as famílias envolvidas.

2.3 Qualificação dos cooperados

A Cooperativa Grande Sertão é formada por agricultores familiares, extrativistas, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, apoia desde sua constituição, todo o processo produtivo dos cooperados, oferecendo infraestrutura de transporte, beneficiamento e comercialização dos produtos aos associados, que coletam frutos nativos, plantam e colhem uma variedade de frutos, sementes, rapadura, açúcar mascavo, cerveja, mel e óleo de buriti.

Os seus membros são provenientes, sobretudo, das populações tradicionais do Norte de Minas, o que faz com que a Cooperativa possua o foco voltado à questões ligadas a conservação ambiental, bom uso e manejo sustentável do cerrado, assim como o aproveitamento do agroextrativismo. Esse foco no agroextrativismo – modo de exploração agrícola consciente, que tem o objetivo de preservar os recursos naturais - propicia aos cooperados o trabalho com produtos advindos da biodiversidade mineira, gerando renda e, ao mesmo tempo, conservando o meio ambiente. A produção familiar, advinda dos quintais dos agricultores, não é descartada, possui destino certo, uma vez que a Cooperativa tem o desejo de oferecer aos consumidores um produto que possa melhorar a qualidade de sua alimentação.

Quanto à participação dos associados, há a diversidade de integrantes. A Cooperativa Grande Sertão abriu espaço para a participação das mulheres, e trouxe os jovens para o cooperativismo, pois acredita que o espaço cedido para a juventude, fará com que os jovens encontrem novas oportunidades e permaneçam no campo.

Tabela 03: Participação de homens e mulheres na Cooperativa Grande Sertão

Polos*	Homens		Mulheres		Total
Polo 01	41	64,1%	23	35,9%	64
Polo 02	27	77,1%	8	22,9%	35
Polo 03	34	65,4%	18	34,6%	52
Polo 04	34	45,9%	40	54,1%	74
Polo 05	18	85,7%	3	14,3%	21
Polo 06	12	80,0%	3	20,0%	15
Total	166	63,6%	95	36,4%	261

Fonte: Elaboração própria.

(*) Os polos são compreendidos pelas seguintes cidades: Polo 01 (Bocaiuva, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Guaraciama, Itacambira, Mirabela e Montes Claros), Polo 02 (Grão Mogol e Riacho dos Machados), Polo 03 (Catuti, Janaúba, Nova Porteirinha, Porteirinha e Serranópolis), Polo 04 (Bonito de Minas, Cônego Marinho, Januária e São João das Missões), Polo 05 (Ibiracatu, São João da Ponte e Varzelândia) e Polo 06 (Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo).

Na Tabela 03 é possível perceber que a produção da cooperativa pode ser dividida em seis grandes polos, que são: Polo 01 – Planalto, Polo 02 – Gerais da Serra, Polo 03 – Serra Geral, Polo 04 – Baixada São Franciscana, Polo 05 e Polo 06 – Alto do Rio Pardo.

Quando se compara a participação de homens e mulheres da Cooperativa Grande Sertão com os índices obtidos no Brasil, constata-se que os percentuais apresentados não seguem o mesmo caminho, porém não apresentam diferença extremamente relativa. No Brasil, cerca de 44% dos integrantes dos EES são mulheres, em Minas Gerais esse número é ainda mais expressivo, sendo que, no Estado, 54% dos empreendedores solidários são mulheres, de acordo com dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2003, listados na Tabela 04, a seguir.

Tabela 04: Comparação entre o número de sócios homens e mulheres nos EES

Local	Homens	%	Mulheres	%	Total	Qtd. ESS
Brasil	803.373	56%	620.258	44%	1.423.631	19.708
Minas Gerais	15.984	46%	18.901	54%	34.885	1.188
Cooperativa	166	54%	95	36%	261	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil (2013).

Na Cooperativa Grande Sertão apenas 36% do total de cooperados são mulheres, apesar de todo o incentivo à participação de jovens e mulheres feito pela cooperativa. Acredita-se que isso se dá, na maioria dos casos pelo seguinte motivo: sendo as mulheres fonte de auxílio aos maridos nos processos de produção, plantio e colheita, o registro como associado é costumeiramente realizado em nome do homem, chefe da família.

Isso demonstra o quão importante e ainda necessário é, realizar esse tipo de análises e se trazer esse assunto relacionado à representatividade das mulheres no mercado, tendo em vista que para grande parte dos cooperados, a renda advinda dos grupos em que trabalham, é responsável pelo sustento integral de suas famílias. Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, do total de associados nos EES, cerca de 47% possuem uma única fonte de renda, que é resultado do trabalho associado, e quando se observa o reflexo disso para as mulheres, a renda obtida com a atividade econômica no EES é a única fonte de recursos para 17% delas.

2.4 Participação em eventos e reconhecimento dos produtos

Além de todas as informações que já foram expostas até aqui, é mister destacar ainda, que a Cooperativa Grande Sertão participa constantemente de feiras de cooperativismo, economia solidária, e possui em seu quadro de funcionários, nove colaboradores registrados com carteira assinada.

Um dos pontos que mais despertou o interesse dessa autora na execução dessa pesquisa, relacionada a forma como a cooperativa se comporta perante ao mercado capitalista, buscando conhecer seus processos históricos de constituição e desenvolvimento, foi claramente o fato de a mesma possuir um quadro laboral significativo. Na Tabela 05 a seguir são enumeradas as funções desenvolvidas por cada um deles.

Tabela 05: Quadro de funcionários da Cooperativa Grande Sertão

Quantidade	Função	Lotação
01	Trabalhador Rural	Matriz
01	Gerente Administrativo	Filial
01	Coordenador de Projetos	Filial
02	Auxiliar Administrativo	Filial
02	Auxiliar de Vendas	Filial
02	Vigia	Filial

Fonte: Elaboração própria.

Atualmente, além dos produtos já descritos nessa pesquisa, a cooperativa produz em parceria com a Cervejaria Brüder, a premiada cerveja de coquinho azedo (Figura 07), a qual leva o sabor do cerrado, tendo como intuito principal a inovação, assim como o desenvolvimento de novas formas de beneficiamento e a criação novos produtos.

Figura 07: Cerveja de Coquinho Azedo



Fonte: Instagram Cooperativa Grande Sertão

Por fim, a participação da Cooperativa Grande Sertão em feiras da economia solidária, e da agricultura familiar (Figura 08), contribuiu para a divulgação do trabalho dos agricultores, que passaram a ter oportunidades de expor seus produtos, o que favoreceu significativamente ao aumento na renda familiar.

Figura 08: Participação com exposição de produtos em Feiras e Eventos



Fonte: Relatório Pré-Assembleia – Janeiro/2019

2.5 Patrimônio e estrutura

A Cooperativa Grande Sertão, como já fora exposto, possui o foco no fortalecimento da produção agroecológica das comunidades tradicionais, para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos e sobretudo de seu quadro de cooperados. Entende-se por melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, enquanto clientes, a adoção de uma alimentação saudável por meio dos produtos que a cooperativa oferece, e quando relacionada aos sócios, refere-se, além desse ponto, à um sistema de cultura e valores relacionados ao seu bem-estar, que vão desde a satisfação pessoal até mesmo ao alcance de seus objetivos, e diminuição das desigualdades sociais. Possuindo duas unidades de processamento de polpas de frutas e multióleos, suas linhas de produção englobam áreas de alimentação, bebidas e também o ramo de cosméticos, por meio do fornecimento de óleo de buriti para uma grande indústria do país.

Através de incentivos destinados aos agricultores, busca fomentar a produção com o fornecimento de mudas, de equipamentos de irrigação, caixas plásticas para embalagem e transporte, acesso à freezers para armazenamento, entre outros.

Os principais beneficiários da cooperativa são os agricultores familiares, bem como os empreendimentos parceiros, como por exemplo a Rede Cerrado de Brasília-DF, as cooperativas da Unicafe. Essas parcerias são capazes de contribuir para o desenvolvimento de cada uma das iniciativas econômicas, e na expansão do cooperativismo por meio da agricultura familiar na ES.

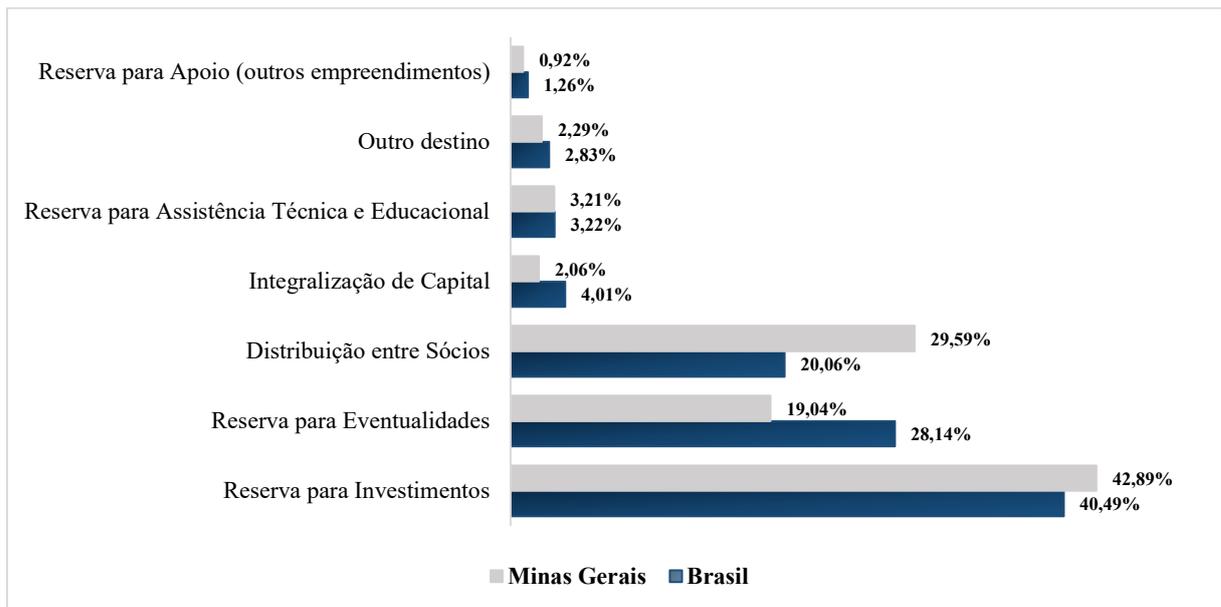
A Cooperativa Grande Sertão possui o selo da Agricultura Familiar e tem como principal local de comercialização as escolas da rede pública estaduais e municipais, porém seus produtos também estão presentes em bares, lanchonetes e supermercados, além do Empório dos Sertões, e da filial no bairro Distrito Industrial. Hoje, a cooperativa também conta com o serviço de tele entrega, com funcionários disponíveis para atender toda a cidade de Montes Claros (MG).

A destinação das sobras é uma decisão tomada em Assembleia, e de acordo com os atuais dirigentes do empreendimento, elas estão sendo reinvestidas na própria cooperativa, como forma de subsídio para novos investimentos, visando o desenvolvimento constante tanto da entidade, quanto dos cooperados.

O Gráfico 01 evidencia o que atualmente está sendo feito com as sobras dos ess no Brasil, ou seja, qual destino esses empreendedores costumam dar para as sobras do exercício. O gráfico faz uma análise utilizando-se de dados de todo o Brasil e do Estado de Minas Gerais, e conforme apresenta, em ambos os casos, tanto no país, quanto no Estado de Minas Gerais as

sobras são reservadas para novos investimentos. Mais de 40% dos entrevistados acreditam ser esse o melhor destino para as sobras. Ainda assim, alguns empreendimentos destinam as sobras para a distribuição entre os sócios (cerca de 29,59% em Minas Gerais e 20,06 no Brasil), e também para constituição de outros tipos de reservas, que virão a ser utilizadas para cobrir despesas eventuais (19,04% dos entrevistados em Minas, e 28,14%, no Brasil).

Gráfico 01: Destinação das sobras ou excedentes



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas Digital da Economia Solidária no Brasil (2013).

A Tabela 06 abaixo, traz a produção da cooperativa englobando os anos de 2017 e 2018. Cabe ressaltar que os dados referentes ao ano de 2019 não foram disponibilizados, considerando-se que a Assembleia Geral, onde as informações são oficialmente divulgadas, fora cancelada e ainda não existe previsão para remarcação de nova data. Percebe-se que com o crescimento do número de cooperados, das instalações, registra-se também o aumento na produtividade. Os dados da tabela são relativos à diferença entre a quantidade de frutas recebidas na fábrica e a quantidade de polpas de frutas processadas.

Tabela 06: Produção no período 2017-2018

Fruta	Kg de Fruta	Kg de Polpa	Perda	%
Abacaxi	16.510	5.448	11.062	67%
Acerola	16.249	9.749	6.500	40%
Araçá	579	348	231	40%
Cagaita	150	90	60	40%

Cajá	8.122	4.061	4.061	50%
Coquinho Azedo	5.084	3.050	2.034	40%
Goiaba	9.429	5.657	3.772	40%
Jabuticaba	52	26	26	50%
Manga	22.968	9.187	13.781	60%
Mangaba	152	76	76	50%
Maracujá	29.016	10.155	18.861	65%
Maracujá Nat.	7.294	2.188	5.106	70%
Panã	206	62	144	70%
Seriguela	780	468	312	40%
Tamarindo	3.178	3.178	0	0%
Umbu	17.133	10.280	6.853	40%
Total Geral	136.902	64.023	72.879	53%

Fonte: Relatório Pré-Assembleia – Janeiro/2019

Um dos gargalos encontrados no processo de produção das polpas, é a perda de grandes quantidades do que é recebido dos agricultores. Como é demonstrado na Tabela 06, cerca de 53% dos frutos são descartados. De 136.902 kg de frutos recebidos nos anos de 2017 e 2018, apenas 64.023 kg foram processados e transformados em polpas, principal produto de fabricação da cooperativa. Isso se dá, segundo os membros da administração, pelo fato de que à essa época o processo de triagem e recebimento dos frutos não era feito da maneira mais adequado, assim algumas frutas já chegavam à cooperativa estragadas, sem condições de serem utilizadas, além disso, ocorria também, no processo de seleção, de encontrarem galhos, pedras, que vinham junto aos frutos, e eram contabilizados no peso total das caixas.

Hoje, porém, a cooperativa já desenvolve um trabalho de conscientização junto aos cooperados, e segundo a direção, esses problemas já não mais ocorrem. Assim, o preço pago pelo kg de fruta para cooperados e não cooperados varia de 0,50 centavos a R\$ 3,65.

Das polpas de frutas comercializadas (no período 2017-2018), a grande maioria foi de acerola, maracujá, umbu e abacaxi (polpas de 1 kg), e também coquinho azedo e maracujá (polpas de 100 g). Os dados de comercialização podem ser facilmente comparados aos dados de produção, pois percebe-se que a cooperativa é assertiva ao produzir aquilo que tem mais saída com o público em geral, como é o caso das polpas de acerola, maracujá, umbu e coquinho azedo.

A Cooperativa Grande Sertão conta, atualmente, com um ativo circulante de pouco mais de 559 mil reais. Em sua demonstração de sobras e perdas de 2018, a receita chegou à quase 2 milhões, que são referentes aos recebimentos das vendas. O patrimônio da CGS aumentou

consideravelmente, passando de 1.150 mil em 2010, para 2.453 mil em 2018, em razão do investimento em imobilizados (maquinários e instalações), como já fora exposto.

A CGS apresentou liquidez em 2018, podendo saldar todas as suas dívidas com o seu ativo que foi registrado num montante de R\$ 3.012.921,66. Diante da receita auferida, a instituição possui margem líquida, demonstrando resultado positivo no exercício que se analisou, com sobras registradas de cerca de R\$ 113.216,96.

Pode-se dizer que a CGS foi firmada num mundo dito “globalizado”, tendo sua origem na necessidade de inserção das comunidades tradicionais do Norte de Minas em tal contexto, conta hoje com um patrimônio robusto, e está se consolidando no mercado regional através da oferta de produtos naturais, que passaram a ser mais valorizados pela sociedade atual.

CAPÍTULO 3 – AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA COOPERATIVA GRANDE SERTÃO

No cenário social dos últimos anos, o crescimento da ES fez com que muitos pesquisadores se dedicassem a estudar o tema. São múltiplos assuntos, mas cada um com sua relevância e potencial de contribuição para que esse crescimento se efetivasse. Enquanto alguns autores concordam que essa proposta é uma alternativa ao capitalismo e que tem estrutura para promover a emancipação do trabalhador, outros criticam as armadilhas ocultas em seu próprio discurso às quais representam sérios riscos de uma exploração cada vez maior do trabalhador (SANTOS, 2016).

Nesse momento é necessário esclarecer o potencial que a ES possui, se apresenta como uma nova expressão dos movimentos populares, que promove mudança social com sua visão socialista, mas percebe-se que ela é mais uma resposta dos trabalhadores por meio da execução de uma economia de solidariedade frente ao desemprego, do que uma alternativa capaz de superar o capitalismo e suas políticas neoliberais, numa visão mundial.

A questão se tornou objeto de forte discussão, e esse capítulo se posiciona com o objetivo de problematizar a inserção da ES na dinâmica capitalista por meio do estudo dos processos históricos de constituição da Cooperativa Grande Sertão Ltda., que foi criada principalmente para observar os valores e princípios do cooperativismo, se basear em diretrizes de autogestão, desenvolver uma política de solidariedade e realizar atividades no âmbito da ES (ESTATUTO SOCIAL CGS, 2003).

Sem a intenção de esgotar o debate sobre esse tema, que tem sua complexidade, esse capítulo procura também esclarecer de que maneira os empreendimentos solidários estão aptos a credenciarem-se como formas consistentes de vida econômica, sem obrigatoriamente se encaminharem para um solidarismo forjado em decorrência das instabilidades da economia de mercado.

Faremos a exposição da cooperativa na visão dos entrevistados, a partir das informações coletadas durante a pesquisa, e na sequência, será observada como ela desenvolve suas articulações comerciais, financeiras e produtivas, sendo possível estabelecer uma comparação entre a discussão até aqui proposta e a dinâmica vivenciada pelo empreendimento em meio ao mercado capitalista, e factível analisar as realidades e os desafios com os quais ela lida em toda sua história.

Assim, no presente capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos no sentido de responder às questões de pesquisa formuladas.

3.1 A criação do empreendimento e sua relação com a Economia Solidária

A Grande Sertão viveu três fases distintas desde a sua criação. Inicialmente houve o processo de experimentação, onde os agricultores começaram a apropriar-se das tecnologias de beneficiamento das frutas e a ofertar o produto para comercialização. Em seguida, vieram o aperfeiçoamento tecnológico, organizativo e comercial, e posteriormente, o processo de consolidação e sustentabilidade do empreendimento, que pode ser descrito como a fundação da Cooperativa propriamente dita (CARRARA, 2006).

Seguindo essa mesma trajetória, o roteiro de entrevistas foi dividido basicamente em três grandes blocos, que facilitaram a divisão das ideias e a pontuar de que forma as informações seriam utilizadas no trabalho, que foram “conhecimento sobre o empreendimento solidário e seus atores”, “percepções sobre a economia solidária e autogestão”, e também sobre a “dimensão econômica” da cooperativa.

Os entrevistados são identificados no texto pelo grupo a que pertencem, o G1 se refere ao grupo dos cooperados, o G2 contempla as falas dos funcionários, dos quais um se encontra como funcionário-cooperado e o G3, os membros da direção da cooperativa, que também são cooperados.

Quando questionados sobre a data de início das atividades, sobre a história de constituição da cooperativa e desde quando conhecem o empreendimento, algumas das respostas obtidas foram:

[...] a partir da parceria com a Unimontes, num projeto, na época, com a incubação de pequenas empresas, a gente criou uma pequena empresa. Então em 1998, foi criada uma pequena empresa, por quatro companheiros nossos da época. (E2G3)

Desde 1997, desde quando iniciou a microempresa, que eu fui um dos fundadores da Grande Sertão. Antes, quando foi criada a microempresa, com eu, Brulino, Seu Filó de Varzelândia, e Zé Léles de Porteirinha. Aí nós iniciamos como microempresa, aí quando (já preparando pra formar a cooperativa depois), passou seis anos, aí já ficou com mais pessoas, aí a gente discutiu e já passou pra cooperativa. (E1G1)

Essa informação foi unânime, sendo que a maioria dos entrevistados soube dizer em que época houve a criação da cooperativa, seu registro e a mudança da empresa, alguns com riquezas de detalhes, como foi o caso da fala do entrevistado a seguir:

Na verdade, desde 1998, é que um grupo de agricultores já vem trabalhando e processando frutas, começou de forma informal, depois foi criado uma microempresa, a Grande Sertão Produtos Alimentícios, e em 2003, é que de fato, foi criada a Cooperativa dos Agricultores Agroextrativistas Grande Sertão. [...] Teve a criação de uma cooperativa, e ficou por um determinado momento, a microempresa, Grande Sertão Produtos Alimentícios, e a Cooperativa Grande Sertão... Com o passar do tempo, as atividades da cooperativa continuaram, as atividades da Grande Sertão

Produtos Alimentícios, pararam, e muito tempo depois, realmente, deu baixa no CNPJ. Ficou por um determinado período, tendo a Grande Sertão Produtos Alimentícios, e a Cooperativa Grande Sertão. (E1G3)

Quanto ao apoio recebido de organizações como a ITCP-Unimontes e o CAA-NM salientado na fala do entrevistado acima, e já descrito no Capítulo 2, é visto pelos cooperados como de fundamental importância no processo de crescimento da cooperativa, e conforme a visão dos entrevistados a seguir, foi uma ajuda valiosa no processo de estruturação da cooperativa no início das atividades.

Por falta, talvez de orientação e conhecimento no início, é que foi criada a microempresa, é... E aí, com o passar do tempo, o pessoal viu, que eles estavam agindo numa microempresa mas estavam fazendo aquilo que, de fato, era uma cooperativa. Todo aquele trabalho de economia, de sócios, de entregar e tudo, aquilo era papel de uma cooperativa. [...] Eu acredito que o CAA é que teve sempre junto, no início, né... Inclusive questões jurídicas, no início questões contábeis também, tinha uma assessoria muito próxima do CAA, [...] hoje ela tem o seu contador particular, assessoria jurídica também... (E1G3)

Percebe-se então, que a história da Cooperativa Grande Sertão está ligada à história do CAA, o qual era, inicialmente, uma organização “de assessoria” à agricultura familiar do Norte de Minas, mas que hoje é visto como uma organização de agricultores familiares, em busca de sua autonomia enquanto grupo produtivo, social e político.

No ano de 1996 a 1997, a gente sempre recebeu acompanhamento técnico do CAA, e nós na condição de agricultor, foi desenvolvido com o CAA um programa chamado Programa de Produção Agroecológica (PPA), e aí, dentro desse programa de produção agroecológica, constrói-se a unidade, uma fábrica, uma pequena fábrica experimental, pra produzir polpas de frutas, de frutos do cerrado. Então a ideia naquele momento era isso: aproveitar o potencial que o cerrado tinha, em 1996/1997 e, aproveitar o potencial que o cerrado tinha e a gente transformar um produto de época num outro produto pra gente ter aquela produção durante todo o período, ne? E aí, teve um projeto do próprio “CAA” que construiu a fábrica e trouxe as máquinas, a despoldadora, a envasadeira, construíram uma pequena câmara fria, e foi isso, os nossos primeiros instrumentos de produção de polpa de fruta. (E2G3)

Quando o CAA apresentou uma proposta de projeto ao PPP³ (Programa de Pequenos Projetos), em 1995, para a implantação de uma unidade de produção de polpas de frutos do cerrado, foi dado o pontapé inicial para a implantação da fábrica para processamento de frutos, que receberia matéria prima de cerca de 60 famílias de pequenos produtores rurais da região, os quais teriam acesso à uma fonte alternativa de renda. A proposta aprovada demonstrava a preocupação da instituição não apenas com o subsídio na renda dos agricultores, mas também

³ Programa de Pequenos Projetos, Programa do GEF – *Global Environment Facility* / PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

com a difusão de formas sustentáveis de manejo dos ecossistemas do cerrado, incluindo o plantio de sistemas agroflorestais (CAA; 1995).

Então junto a essa turma de técnicos do CAA, mais a Unimontes, com a incubadora, é que criou a microempresa Grande Sertão Produtos Alimentícios, essa microempresa funcionou de 1998 até 2003, praticamente no final de 2003 ela foi encerrada. Ao mesmo tempo a gente também estava fazendo visitas nesse mesmo grupo de agricultores, fazendo visitas em outras experiências, de associação comercial, associação rural, cooperativas, e as experiências que a gente via de cooperativa era só no sul do país. E aí a gente também aprofundou no estudo sobre cooperativismo e associativismo, e chegamos ao consenso em junho de 2003 que a gente deveria criar a nossa cooperativa. E aí em junho ou julho de 2003, a gente criou a cooperativa, Grande Sertão! (E2G3)

Hoje, além da assistência do CAA-NM, a cooperativa recebe também incentivos financeiros de uma instituição por meio do Projeto HEKS⁴, uma agência de cooperação da Suíça, que financia atividades ligadas a produção, subsidiando o trabalho dos agricultores. Em constante captação de recursos externos, a cooperativa busca aumentar seu capital de giro para que possa manter suas fábricas em atividade durante todo o ciclo de produção, assim, projetos como este, auxiliam na manutenção do empreendimento.

Percebe-se que a Cooperativa recebeu diversos apoios, entre eles está a doação, pela prefeitura, de um lote no distrito industrial da cidade, em 2002, por meio do Conselho de Desenvolvimento Industrial de Montes Claros, via lei de incentivo à implantação de indústrias no município. No local foi construída a estrutura da central de armazenamento e distribuição de polpas, que abriga também o atual escritório da CGS.

No Quadro 02 abaixo, foram elencados os principais recursos recebidos por meio de doações, projetos e incentivos pela Cooperativa Grande Sertão, nos últimos anos.

Quadro 02: Principais recursos recebidos entre os anos 2009-2020

Instituição	Valor dos recursos recebidos	Descrição
HEKS	De 2009 a 2020 – R\$ 1.935.788,42	Projeto voltado ao fortalecimento das populações tradicionais quilombolas e geraizeiras do Norte de Minas.
BNDES	De 2010 a 2012 - R\$ 1.501.532,52	Apoio para construção da fábrica localizada no Distrito Industrial.
BR SOLOS	Em 2010 – R\$ 1.068.721,14	Projeto de estruturação de solos para o fortalecimento da agricultura familiar no Norte de Minas, com o objetivo de fomentar o plantio de oleaginosas para a produção de biodiesel.
ASTEC	Em 2011 – R\$ 245.281,34	Apoio cedido por meio de assessoria técnica, tendo como

⁴ Os valores são destinados ao fortalecimento das populações tradicionais Quilombolas e Geraizeiras do Norte de Minas, com o objetivo de consolidação de seus processos de afirmação e reinserção sociocultural, territorial e econômica na região. A entidade tem custeado também despesas da CGS como o engenheiro de alimentos e o acompanhamento técnico, bem como a produção ecológica de mudas e o intercâmbio de experiências e formação.

		Instituição financiadora a Petrobrás.
ATER/AMA	Em 2009 – R\$ 95.625,85	Assistência Técnica – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
IEB - CEPF	De 2018 a 2020 – R\$ 153.532,09	Instituto Internacional de Educação do Brasil – Financiado pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos. O projeto visa potencializar o uso sustentável dos frutos nativos do bioma cerrado.
PPP ECOS	Em 2012 – R\$ 34.736,51	Programa para Pequenos Projetos Ecosociais – Apoia projetos no bioma cerrado que visam conciliar a conservação da biodiversidade e a geração de renda para as comunidades rurais.
NATURA	De 2012 a 2015 – R\$ 930.915,04	Recursos recebidos por meio da venda do óleo de buriti.

Fonte: Relatórios Administrativos CGS, 2020.

Os recursos e apoios recebidos, por parte de organizações internacionais, instituições acadêmicas, CAA, e também do poder público federal e municipal, são expressivos e marcam toda a trajetória da CGS que, desde o princípio, esteve intimamente ligada aos trabalhadores rurais do Norte de Minas, em sua grande maioria, representantes das populações tradicionais locais.

Como fora ressaltado, destinou-se um bloco de perguntas apenas para investigar o conhecimento que os entrevistados detinham sobre o tema aqui estudado, e quando questionados sobre a Economia Solidária, muitos entrevistados demonstraram estar familiarizados e atentos ao tema, principalmente no que se compete à cooperativa.

Eu tenho uma noção, mas se você me pedir pra explicar eu não saberia. Mas eu creio que a própria cooperativa, por ser uma cooperativa, com vários cooperados que trabalham junto com a gente, que esse nome economia solidária é o que ocorre aqui hoje. [...] Eu creio que o nome assim, de Economia Solidária é mais ou menos o que a gente faz, que é estar apoiando esse grupo de pessoas, e é isso mesmo. Uma parte deles é bem participativa. A gente tem também alguns projetos que a gente consegue auxiliar eles, por meio de plantação, às vezes mudas que a gente fornece, então é toda uma ajuda assim, e no que a cooperativa pode ajudar, ao máximo a cooperativa ajuda. E a gente está sempre buscando também outros meios, projetos, pra estar auxiliando esse pessoal. E eu creio que a gente pratica a Economia Solidária. Se for no entendimento que eu tiver, eu creio que sim. (E1G2)

Outros entrevistados buscam fazer ligação aos eventos que participam para exposição dos produtos, como por exemplo, as feiras de Economia Solidária:

[...] a gente participava de algumas feiras, até fora aqui do Estado, no caso, feira em Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, já teve uma em São Paulo, Curitiba, que faz parte dessa economia solidária. (E1G1)

Alguns dos entrevistados conseguiram ainda, fazer uma análise bem crítica acerca do tema, da inserção da cooperativa nesse ambiente solidário, como se pode visualizar na fala do entrevistado E2G1:

[...] e a Economia Solidária não tá longe disso, porque ela gera, ela traz um pouco desse reflexo do bem-estar social, né, onde todos possam, resumindo assim, dar aquele conselho, do nível acadêmico, técnico, mais assim resumido, ela traz um benefício mútuo, né!? [...] As pessoas têm dificuldade de entender essas coisas, por exemplo, você vai ver aqui na Grande Sertão, qual o princípio do trabalho, que aí caminha pro lado solidário, né? A cooperativa pelo trabalho que ela desenvolve, pelo trabalho com os agricultores, a ajuda da cooperativa pra fazer, ela tem hora que tem receita, tem hora que tem despesas, prejuízo. Aí, quando tem pessoal que fica perguntando: “e aí, divide entre os cooperados?”. Primeira pergunta que um cooperado, ou uma pessoa de fora pergunta é: divisão de dinheiro! Então, ou seja, aí a visão já foge do cooperativismo, por mais que, que tá na lei, que eles têm que ganhar alguma coisa com o cooperativismo. [...] Mas aí, eu considero que a própria lei, eu fico assim pensando, não sei se é um equívoco, ela induz ao capitalismo individual. Se nós juntamos pra desenvolver, então se eu alcanço um patamar, eu tenho que criar um outro melhor. Se eu pegar dinheiro pra distribuir pras pessoas, nem sempre vai desenvolver. Ela não pega o recurso que sobra e distribui não, ela começou só com a polpinha lá em baixo, pequenininha, a fábrica bem menor com menos implemento, bem assim, simples, né? Hoje melhorou bastante a fábrica lá, e hoje já é um fábrica grande, isso graças aos projetos, graças às sobras que tá tendo, que conseguindo crescer. Ao mesmo tempo, pra não dizer que não faz com o agricultor, tem uma política interna, que é a diferença, de um cooperado pra um não cooperado. É nisso que tem a repartição dos bens. Eu como cooperado, eu vendo o quilo de maracujá a R\$ 2,50, pra você é R\$ 2,00, então qual é o benefício que eu tenho? Não é repartir o bem lá na frente, mas eu ganho bem mais que você que não é cooperado. Então esse é o valor que eu tenho enquanto cooperado na cooperativa. Tem gente que não entende, tem dificuldade de entender, né? Ao mesmo tempo se eu vou comprar um produto eu vendo mais caro, se eu for comprar eu compro mais barato, entendeu? A polpa, por exemplo. Então é isso o que leva, que é essa repartição, que é o trabalho. Não dentro dos conceitos técnicos, metodológicos que tem aí na economia solidária, que é tanto que nem consolidou direito, ainda e não tá consolidado. Não atende! Mas a gente tenta, na prática, aproximar dessa ideia de ter esse conceito, porque os conceitos são vários, né. Mas, na prática, a gente tenta aproximar dessa ideia da economia solidária, ou seja, eu vou ser solidário com você e você vai ser comigo! Eu não posso ser solidário, só dar a mão, tem que receber! A solidariedade ela prega isso ne, eu dou a mão e recebo a mão, agora se eu for querer só ajudar a pessoa, como é que cê vai viver? Então é isso que eu tô falando, a gente dá a mão e recebe a mão, nessa diferença de preço das coisas. Isso é uma atitude da parte solidária, do comércio justo. (E2G1).

Segundo ele, alguns cooperados, antes mesmo de se associar à cooperativa, já procuram saber sobre os retornos monetários que terão com a subscrição de capital, tendo uma visão um pouco deturpada pelo capitalismo. Mas ele observa que a cooperação se encontra em outro ponto, que é descrito muito bem, quando analisa o fato de que os cooperados recebem pelas caixas de frutas um valor mais alto que os demais fornecedores de matéria-prima para a instituição (os não-cooperados), assim como também descreve claramente o fato de que no comércio justo, a troca deve ser solidária, no sentido de que “uma mão lava a outra”, concluindo que os cooperados precisam dos incentivos advindos da associação, assim como a cooperativa

precisa da compreensão dos cooperados quando da distribuição das sobras. Conforme foi demonstrado no Capítulo 2, a CGS nos últimos anos não distribuiu suas sobras, de acordo com decisão tomada em assembleia, para que investimentos fossem feitos com vistas ao desenvolvimento de novos processos, crescimento e sustentabilidade do empreendimento.

Na Tabela 07 abaixo pode-se notar a diferença entre o que é pago aos cooperados e não-cooperados pelo quilo de frutas vendido à cooperativa, para esclarecer ainda mais a fala do entrevistado acima.

Tabela 07: Preço pago pelo Kg de fruta – Safra 2018/2019

Tipo de Fruta	Cooperados	Não Cooperados
	Valor Kg (R\$)	Valor Kg (R\$)
Abacaxi	1,80	1,30
Acerola	1,70	1,20
Araçá	1,50	1,00
Cagaita	1,50	1,10
Cajá	1,50	1,00
Coquinho Azedo	3,00	2,50
Coquinho Pré-proces.	3,65	3,15
Goiaba	1,80	1,30
Jabuticaba	1,40	0,90
Manga	0,60	0,50
Mangaba	1,50	1,00
Maracujá	2,00	1,50
Maracujá Nat.	2,00	1,50
Panã	1,50	1,20
Seriguela	1,00	0,80
Tamarindo	2,50	2,00
Umbu	1,20	0,80

Fonte: Controle de vendas da Cooperativa Grande Sertão

Sobre esses valores, o entrevistado E2G1 destaca outro fator que credencia a cooperativa como praticante de uma economia de solidariedade que é o fato de que independentemente da quantidade de caixas de frutas que o cooperado consiga produzir, a cooperativa está sempre disponível para ir até a propriedade do agricultor para buscar o que fora colhido, e que esse é um dos trabalhos sociais desenvolvido por eles.

A cooperativa fornece ainda, sementes e mudas de plantas aos cooperados, como forma de incentivo à produção. A maioria dos frutos não são nativos, e esse incentivo com fornecimento de mudas, contribui para que a produção não sofra quedas durante o ano.

Outro fator de suma importância em empreendimentos solidários está relacionado às percepções sobre o trabalho, principalmente na visão dos próprios trabalhadores. Os entrevistados analisaram as diferenças de se trabalhar numa empresa solidária, e numa empresa capitalista, expondo suas preferências pelo dia-a-dia de trabalho na cooperativa.

Eu penso assim, que numa empresa que não é da economia solidária, a gente fica meio engessado, assim... Eu acho que por aqui ter só três funcionários, a gente acaba fazendo um pouquinho de cada coisa, e numa empresa maior, que não seja cooperativa, cada um tem sua função ali... E a gente tem também uma relação muito boa com os cooperados, independente do cargo, de quem ocupa aqui, a gente conhece vários cooperados. São um pessoal muito receptivo. É um ambiente também muito bom pra trabalhar, muito tranquilo. Não sei se numa empresa que tipo, que não é economia solidária, capitalista, se seria tão tranquilo, porque aqui a gente fica muito à vontade, a gente pode dar opinião, entendeu? Eles deixam a gente aberto pra isso. Se a gente vê que uma coisa não está muito boa, que a gente quer a cooperativa sempre da melhor forma possível. Então é isso, se fosse numa empresa capitalista eu não me sentiria tão bem e aqui eu me sinto muito à vontade e meu dou bem com todo mundo. Eu não sei se numa empresa capitalista teria um ambiente tão bom. (E1G2)

Eu acho que a Grande Sertão, conhecendo as cooperativas aqui da região, é uma das que mais praticam a economia solidária, né. É uma cooperativa, a Grande Sertão, ela é fundamentada num tripé: então tem o produtivo, o social e o ambiental. O produtivo ele envolve a produção, o beneficiamento, envolve esse arranjo né, o envolvimento com o agricultor. O social é algo que só a Grande Sertão faz, que entra na questão do solidário, como por exemplo, garantir um preço justo ao agricultor que entrega a matéria-prima; a gente construir o preço, o preço pra ser justo, precisa ser construído juntos, de maneira transparente com quem fornece a matéria-prima, então isso é feito, a Grande Sertão, ela consegue praticar isso. Além dela praticar esse preço justo, ela tenta também conscientizar o consumidor quanto à qualidade do produto, ao conceito da economia, é... a economia familiar, né. Desde o agricultor que é envolvido, uma vez que o cliente consumindo um produto da Grande Sertão, ele vai tá contribuindo com a manutenção do homem no campo, com conservação ambiental, vai tá contribuindo com tudo isso, né. Então é nesse sentido que a gente enxerga ali a prática da Economia Solidária. O cooperativismo em si, hoje nós estamos com duzentos e sessenta, um pouco mais de duzentos e sessenta cooperados, né, ainda precisamos fortalecer muito esse arranjo do cooperativismo, que é inserir pessoas nesse arranjo, mas a Grande Sertão consegue praticar isso, consegue divulgar as ações do cooperativismo de modo geral, estar diferenciando isso pra quem é sócio, pra quem não é sócio, novos sócios que estão chegando, a gente tem essa, essa prática de estar capacitando as pessoas, entendeu? Capacitando novos agricultores pra virar cooperados, explicando pra eles o que de fato é cooperativismo. Pra pessoa interagir, né. Então a Grande Sertão assume esse papel de formação, capacitação e construção do conhecimento na base. Um trabalho de representação também, dessa classe de trabalhadores da Economia Solidária, então a Grande Sertão defende isso [...]. (E2G2)

Quando perguntados sobre experiências vividas em empresas capitalistas, os entrevistados expuseram seu ponto de vista, e souberam distinguir tudo aquilo que veem de positivo num trabalho cooperado.

Primeiro, na empresa privada, nós temos apenas uma pessoa que toma decisão, uma hierarquia muito bem definida. Quando a decisão é tomada, você cumpre aquela decisão e pronto, sem questionar, né? É diferente da cooperativa, onde que a gente consegue planejar todas as ações em equipe, todo mundo constrói juntos. [...] num planejamento estratégico da cooperativa, nós temos essa condição de que todo mundo participe desse processo, não apenas quem tá ali, no todo da pirâmide, mas a base também participa, entende? Todo mundo tá ali conversando e planejando as ações, pra cooperativa. E sempre de maneira transparente, a prestação de contas também é feita de maneira muito transparente... E outra coisa assim, a empresa privada, ela visa o lucro, aquele capitalismo selvagem. A Grande Sertão é diferente, ela não visa lucro, ela visa sobras, mas principalmente a sustentabilidade econômica, né. Mas com o envolvimento dos cooperados. Eu acho que há uma diferença muito grande aí nesse contexto. (E2G2)

Quando eu formei, então assim, a gente até naquela visão, né, eu já tinha uma visão de não seguir muito o caminho tradicional que o agrônomo faz, ser refém da mão de obra multinacional, digamos assim, que é o que acontece. A maioria dos colegas nossos eles formam, e faz isso, muitos vão pras lojas, trabalhar com vendas, [...] do agronegócio. Eu nunca gostei da agricultura química, sempre penso mais na agricultura sertaneja, agricultura agroecológica, uma agricultura que possa ser sustentável, onde as pessoas possam trabalhar, [...] então por isso aí eu não optei por esse mercado de trabalho, e aí eu trabalhei num primeiro momento com CECANE-Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar de Ouro Preto (UFOP) na implementação da Lei nº 11.947, onde terminei o mestrado, e aí eu já conhecia algumas pessoas da cooperativa, e aí surgiu a oportunidade de trabalhar dentro do programa da Petrobrás, com óleo, biocombustível, e como eu gostava da área e dali trabalhando com óleo, eu conseguia trabalhar todas as dimensões com os agricultores, né, aí entrava a parte, toda parte coletiva, parte do manejo, sustentabilidade do solo, de água e espécies nativas e cultivadas, foi o que mais me levou a entrar pra Cooperativa Grande Sertão. (E2G1)

Um dos colaboradores, o entrevistado E2G2, completa ainda que não tem vontade de trabalhar em outras empresas, pela história de vida que ele traz, “pela missão, algo assim, uma paixão que a gente fala, né, uma paixão diferenciada pelo trabalho que a gente faz no dia-a-dia”. Este colaborador expôs também que já foi convidado para trabalhar em outras grandes empresas da cidade, com salários mais atrativos, mas trabalhar com o que acredita ser uma “missão” é muito mais importante para ele.

Perguntados sobre a renda que obtêm junto ao trabalho na cooperativa, a faixa mensal e se esta é a principal fonte de recursos da família, os entrevistados defenderam a cooperativa ao concordar que os valores praticados pela instituição estão em acordo com os valores do mercado, e por vezes até maior. Acreditam que todos processos precisam de melhora, mas que, segundo o entrevistado E2G2, “sem dúvidas precisa melhorar esse processo, mas ainda assim, considerando o mercado de Montes Claros, a Cooperativa paga, remunera, bem! Remunera bem as pessoas”.

Sobre a prática de autogestão, esta deve ser comprovada na forma como as decisões são tomadas, desde a menor instância que são os funcionários/colaboradores, até às reuniões em Assembleias. Segundo a entrevistada E1G2, na cooperativa existem situações onde, na ausência

imediate de membros da diretoria, os funcionários necessitam tomar decisões em prol da fluidez do trabalho diário. Ela cita o exemplo de quando ocorre um problema com o carro que faz o transporte dos frutos das comunidades rurais até a fábrica.

[...] Um carro quebra, quando a gente vai buscar fruta, na estrada, aí surge a questão, por exemplo: o quê que vai fazer, como que vai resolver, o motorista liga, aí se os diretores estivessem aqui isso seria repassado diretamente pra eles já tomarem uma decisão. Só que quando não estão, nesse caso, Arlúcio não consegue falar com eles, ele mesmo toma a decisão, aciona o seguro, e vê o quê que fica mais barato. Se o Arlúcio não estivesse aqui também, porque as vezes pode acontecer [...], a gente mesmo poderia tá tomando uma decisão pra não deixar o motorista lá, entendeu? Então, é uma coisa urgente e não teria nenhum problema se a gente tivesse que resolver, a gente poderia. (E1G2)

Já o entrevistado E1G1, cooperado, vê que é necessário contar com uma administração capacitada para tomar decisões em nome de todo o grupo, quando não houver tempo hábil para realizações de Assembleias.

O primeiro presidente foi Zé Lélis, de Serranópolis, depois entrou Cido, agora entrou Wagner. Nós que elegemos ele, porque a cooperativa hoje está com uma demanda maior. Se colocar só gente com pouca experiência, não dá pra tocar não. Por exemplo, chega um entusiasmado aí e quer entrar de uma vez lá pensando que vai dar conta sozinho, e aí é onde que dança, vamos dizer assim, porque o cara acha que é fácil administrar, às vezes e uma coisa que demora, não é fácil assim não, não é fácil porque eu mexo também aqui, e é só com a fábrica de cachaça, tem é tempo que tô tentando registrar aqui e tá complicado. (E1G1)

Para se tornar membro da direção da cooperativa, os interessados devem manifestar esse desejo, uma vez que todos têm o direito de votar e serem votados. Nas entrevistas, os membros da atual direção foram questionados quanto às exigências que são feitas aos cooperados para estarem aptos a se tornarem membros dos Conselhos Administrativos e demais, e segundo eles, não existem impedimentos do campo de vista técnico, porém o Estatuto da CGS prevê que:

Art. 41

III – solicitar dos candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria cível e criminal e de protestos dos cartórios das Comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;

V – verificar, por ocasião da inscrição, se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades prevista no artigo 44 e no parágrafo 1º do artigo 58 deste estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;

Art. 44 – São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade e condenados por prática de crimes de violência doméstica. (ESTATUTO SOCIAL CGS, 2003)

Quando questionado sobre como se dá o processo de eleição, o entrevistado E1G3, membro da direção do empreendimento, nos informou que as exigências que existem são do

campo de vista legal, ou seja, o interessado não pode ser condenado em nenhum processo civil, penal ou administrativo, com os antecedentes criminais em regularidade, apresentando declaração de bens ao ingressar, e que não se exige nenhum tipo de formação adicional, como por exemplo, acadêmica, pois têm ciência de que trabalham com agricultores familiares, em sua grande maioria, e que o conhecimento é adquirido na prática das atividades ali propostas. Assim, não podem se eleger cooperados que possuam impedimentos cíveis e criminais, mas requisitos como formação acadêmica não são exigidos dos candidatos aos cargos de direção, uma vez que o principal conhecimento exigido é o vínculo com a produção agroecológica e com a agricultura familiar.

Por fim, evidencia-se as considerações finais feitas pelos próprios cooperados, quando impelidos a isso ao término das entrevistas, com um momento aberto para que dissessem aquilo que sentem em relação ao empreendimento, o que a associação à cooperativa mudou em suas vidas, e como veem a cooperação praticada na mesma. A começar pela cooperada E3G1, que atribui ao trabalho desenvolvido na cooperativa, conquistas pessoais muito valiosas, como por exemplo, a aquisição de uma moto e de um instrumento musical, e também o financiamento dos estudos de suas filhas.

Ó, é... O meu ponto de vista a cooperativa, [...] trouxe pra mim, é... daqueles produtos que eu entreguei, que eu vendi, o dinheiro, eu, assim, comprei muitas coisas, que eu tinha vontade, sabe? Assim, é... Eu tinha o sonho de comprar um instrumento, né? [...] Um “Mor”, tipo um piano, né? [...] Me ajudou, eu a comprar moto, né? Pra mim foi, ixi, é muita coisa. E assim eu não tenho nem palavra... No lado pessoal, tem me ajudado, né? À mim, minhas meninas, ter formado, é... Tenho uma menina mesmo que fez faculdade aqui, né? Agora tá fazendo mestrado. [...] Aí pra mim, isso é muito importante, né? Que assim, cê vê assim, o dia a dia da cooperativa, cê participar de uma cooperativa. E assim, eu olho o meu lado assim, de eu morar lá na roça, não precisa vir aqui pra cidade, né? E, e ter me ajudado também, ajudar a comprar alguma coisa, uma casa, ajudar meu marido, né? Pra comprar assim, pra evitar do aluguel, tem ajudado bastante. E assim, me ajuda até hoje [...]. (E3G1)

O entrevistado E1G1 demonstrou um carinho muito grande pelo empreendimento o qual ajudou a fundar, e que até hoje mantém suas atividades em desenvolvimento, e vem crescendo a cada dia. Para ele,

[...] não tem nenhuma organização que eu já participei, de associação de comunidade, sindicato e tudo, [os sindicato agora tem uns tão copiando assim, fazendo um trabalho semelhante e melhorando], mas não tem nenhuma entidade que eu conheço dentro do Norte de Minas que trabalha igual a Grande Sertão e o CAA, não tem ninguém, cê pode ver, tudo certinho. [...] tem várias cooperativas aí, da época da Grande Sertão, que já fechou, por causa da administração, não dá conta não, tem que ter um grupo, e na verdade a Grande Sertão tem apoio do CAA. [...] outra questão de ter criado a cooperativa também, foi essa questão do pessoal diminuir de tá usando muito veneno, vê se o pessoal produz mais orgânico, até agroecológico se for possível, né. (E1G1)

Para ele, a CGS é uma grande aliada nos trabalhos de agricultura familiar. Ele relatou um fato ocorrido há anos atrás, quando precisou dos serviços de um engenheiro de alimentos para conseguir efetuar suas vendas da cachaça produzida em sua propriedade (que não é vendida para a cooperativa), sem condições de contratar os serviços de um profissional, recorreu à Grande Sertão, que prontamente disponibilizou seu engenheiro para auxiliá-lo nesse processo.

[...] pra mim sair da Grande Sertão, só se for expulso, não saio assim fácil não, porquê desde o início eu contribuí, até hoje eu acho que não tem como reclamar, na hora que preciso de qualquer coisa eu sou atendido, até pelos funcionários né, porquê os funcionários que tem na Grande Sertão, dentro do escritório e tudo, se eu precisar de qualquer coisa e ligar, não é só como trabalho, mas como amigo e tudo, eles resolvem. (E1G1)

Outro cooperado, E2G1, diz que “a satisfação interna é a melhor observação a se fazer, que ver os agricultores crescendo, melhorando de vida, é o que mais traz satisfação” a ele.

A gente consegue produzir, a gente consegue ter o produto, ter a matéria-prima, ter uma qualidade excepcional... A polpa, você pode fazer o teste se você quiser, te desafio a procurar qualquer outra polpa na cidade, não tem melhor, em termos de rendimento, em termos de qualidade fotoquímica, né. A nossa é mais, não vou dizer que ela é 100%, [...], mas não tem química, não tem conservante. (E2G1)

E conclui que o problema da Cooperativa está na divulgação, que ainda não alçou um grande patamar, pois não descobriram até o momento, um meio de fazer a Instituição ser reconhecida por toda a população da cidade e da região.

No início, a Cooperativa Grande Sertão buscou acesso aos mercados varejistas, conquistando clientela significativa no setor, em seguida se inseriu no mercado institucional (escolas, creches, hospitais, asilos) por meio de negociação direta com as prefeituras. Hoje, é uma instituição bem avaliada pelos seus cooperados, trabalhadores e dirigentes, possui apoio de instituições parceiras desde sua constituição, desenvolve economia de solidariedade por meio da cooperação e autogestão nos processos decisórios, e na visão dos próprios cooperados e trabalhadores, é um bom lugar para se trabalhar e se relacionar com outras pessoas cujos princípios se aproximam. No entanto, possui ainda desafios no que tange a produção, beneficiamento e comercialização dos produtos, como qualquer outro empreendimento do mercado.

3.2 A Economia Solidária e a concorrência capitalista

As iniciativas de ES surgem dentro do sistema capitalista, onde há o predomínio de inúmeras outras iniciativas privadas tendo como objetivo principal, o lucro. Nesse ambiente,

sobressai aquele que se destaca na concorrência, ou seja, aquele que consegue êxito em disputas por mercado, preços, clientes, mão-de-obra qualificada, matéria-prima “barata”, entre vários outros fatores que levam as empresas capitalistas a competirem no mercado.

A concorrência se constitui num fator muito importante dentro do sistema capitalista e é por meio dela que a maioria dos índices são determinados como por exemplo, preços e salários.

A preocupação de como os empreendimentos solidários se comportam diante dessas questões é referente a capacidade de sustentabilidade dos mesmos, pois é necessário analisar se estes conseguem se sustentar nesse ambiente, ao longo da concorrência com outras empresas capitalistas, e se fazendo parte do processo de concorrência, conseguem manter seus objetivos e princípios básicos.

Na opinião de Singer (2002), ao mesmo tempo em que surge como resposta às crises do capital, a ES se opõe à separação entre trabalho e posse dos meios de produção, a qual consiste na base do capitalismo. Assim, a base do sistema capitalista é o ponto mais oposto nas definições acerca da ES. Nela, os empreendimentos pertencem aos trabalhadores e a eles é dada a função de tomada de decisões e de organização do negócio.

Desse modo, a proposta da ES a diferencia do modelo vigente, independentemente de ter nascido dentro do capitalismo, o que gera tensões entre as duas dinâmicas que coexistem simultaneamente. A ES apesar de se apresentar como uma alternativa ao capitalismo, surge mais como estratégia de enfrentamento a crise do trabalho do que como crítica capaz de ultrapassá-lo (SANTOS, 2016).

Para a maioria dos defensores da ES, os EES existem para propiciar, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservar e revitalizar relações sociais não capitalistas (GAIGER, 2004). Enquanto a grande maioria dos críticos, apontam a forma como, estando imersos no sistema capitalista, os EES não apenas não conseguem se manter independentes deste como ainda acabam servindo aos interesses do capital.

A CGS se enquadra no ponto de vista dos autores críticos, quando em seu processo comercial, fornece matéria-prima para fabricação de diversos produtos da linha de cosméticos de uma grande empresa do ramo da beleza instalada no país, a Natura S.A. Uma empresa capitalista, registrada na forma de sociedade por ações, ou seja, uma companhia aberta com ações negociadas na B3 (Bolsa de Valores), que faz parte de um grupo multimarca, presente em cerca de 73 países, contando com um quadro de colaboradores de mais de 6,6 mil pessoas,

e que teve um lucro líquido consolidado de R\$ 548,38 milhões no ano de 2018 (Relatório Anual Natura, 2018).

Segundo Iaskio (2004), existe uma grande preocupação resultante da observação de que cooperativas, diante da necessidade de acumular capital e inovar, tiveram ou que centralizar sua administração ou transformar-se em empresas capitalistas. Além disso, existe também um problema comumente enfrentado por empreendimentos de economia solidária, que é a crônica falta de capital, o que faz com que se submetam à tais armadilhas, como foi o caso da CGS.

Ainda nesse sentido, Antunes (2011) considera que apesar de em sua origem as cooperativas terem nascido como instrumento de luta operária, hoje os capitais vêm criando falsas cooperativas, como forma de tonar ainda mais precários os direitos do trabalho. Lima (2002), através de seus estudos, observou diferentes casos onde cooperativas foram criadas ou contratadas para prestar serviço terceirizado a empresas capitalistas, que acabavam utilizando as cooperativas como forma de reduzir custos, se desresponsabilizando dos direitos sociais legais a que os trabalhadores teriam direito se fossem contratados formalmente pela empresa.

Pode-se afirmar que não foi isso o que aconteceu com a CGS, pois a mesma foi criada com outros objetivos, que são seguidos até os dias atuais, porém, no desenrolar do processo, houve a necessidade de se recorrer a outras formas de obtenção de capital de giro para o empreendimento, uma vez que, segundo os entrevistados, junto aos bancos, essa é uma tarefa muito difícil de se alcançar. Conforme o entrevistado:

A Natura, antes dela trabalhar com óleo de buriti com a gente, ela já adquiria óleo de outras comunidades, de outras partes do país, principalmente da Amazônia. A gente entrou em contato com a Natura, a Natura inclusive ela contribuiu pra gente desenvolver uma tecnologia própria de extração de óleo, e hoje o óleo, ele também faz parte, tem um valor bastante significativo para Cooperativa, e para as comunidades aqui presentes. A Natura, ela pega o nosso óleo e ela produz uma série de produtos que vai, é, desde creme de pele, aqueles cremes de frasco, bronzeadores e outros produtos lá. Eles entram principalmente naquela linha da Natura Ekos, que tem, um olhar especial pros produtos ecológicos. (E1G3)

Olha, nós já tivemos algumas dívidas, hoje a gente não tem mais nenhuma dívida, e dificuldade para acesso a crédito, nós temos dificuldades, uma das grandes dificuldades nossa, é a questão por exemplo, de capital de giro. Nós estamos no período agora do ano, que a maioria dos nossos agricultores tem produtos pra vender. E a gente não tem um dinheiro para pagar esse produto à vista. Como o grande comprador nosso, são as escolas, a gente fica, nesse período, a gente fica no caixa quase em vermelho, porque é um período que os agricultores têm muito para vender, e a gente tem que comprar, porque se a gente não comprar essa, nesse momento, não vai ter estoque durante o ano. [...] O crédito, em bancos, a gente tem dificuldade. Não porque a gente, é, já deu algum calote em banco, alguma coisa desse tipo. É porque, na prática não existe política pública nos Bancos que financiam esse tipo de coisa, as políticas que financiam custeio, financiam custeio pecuário, financiam custeio para eucalipto, financiam custeio para você montar uma usina, uma estufa e tudo mais, mas no Banco não financia o custeio pra você comprar acerola, comprar tamarindo,

comprar pequi. Eles vão rir na sua cara, se você entrar no banco para poder falar isso.
(E1G3)

Quanto à Natura, não se pode chegar a nenhum tipo de conclusão, sobre o porquê da mesma se utilizar dos serviços e produtos de cooperativas solidárias, sem se ter acesso às informações da própria instituição, mas o que se acredita é que essa parceria foi favorável ao crescimento da CGS, e que, de acordo com o exposto na fala do entrevistado, tanto no que tange à inovação dos processos de produção, quanto ao que se refere à geração de caixa, um problema crônico, já constatado nesse estudo, que é a falta de capital de giro.

Para Santos (2016), mesmo apresentando-se como uma alternativa à crise do desemprego e como uma proposta de transformação da vida dentro e fora do trabalho, a ES tem sofrido críticas, até mesmo por parte de alguns de seus defensores, que alertam sobre o risco desta proposta ser utilizada por empresas capitalistas como artifício para uma maior exploração dos trabalhadores. Assim como ela, acredita-se que os EES precisam ter muito cuidado com esses relacionamentos, sejam eles comerciais, produtivos ou financeiros, pois assim como na visão dos autores aqui citados, percebe-se que funcionando num sistema em que predominam outros empreendimentos com princípios totalmente opostos aos da ES – que não se atentam para a gestão coletiva das decisões, nem mesmo para a apropriação dos meios de produção pelos próprios trabalhadores – existe um sério risco de contaminação de valores e objetivos dos mesmos.

Wellen (2012, p. 145) é muito objetivo ao concluir que “a união entre o mercado capitalista e a gestão coletiva dos meios privados de produção poderia ser traduzida na hipotética proposta de unir capitalismo e socialismo”. Em sua postura crítica, ele não acredita na possibilidade da existência de uma dualidade que permitisse as experiências solidárias coexistirem com o sistema capitalista vivenciando uma lógica diferente da lógica do capital.

Esbarra-se aqui num grande questionamento, o qual busca-se responder nesse estudo, se a CGS sendo criada e estando inserida no mercado capitalista, preserva ou não seus princípios constitutivos de solidariedade e autogestão? Segundo Gaiger (2003), nas condições atuais, os empreendimentos cooperativos autogestionários experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista. Para ele, de um lado estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e também às regras de intercâmbio determinadas pelos agentes econômicos, e de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão coagidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção introduzidos continuamente por ele. Esses dois pontos configuram uma inserção formal inversa, de uma base sobre uma forma, de

maneira que essas coerções, naturalmente, cerceam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios (GAIGER, 2003).

Assim, ressalta-se mais uma vez que este é um assunto muito complexo que envolve inúmeras explicações, conforme foi resumidamente demonstrado no texto acima, e que a partir da análise da CGS será possível se posicionar a respeito do tema em questão, entretanto, não tem-se a pretensão de se esgotar a matéria, nem a de desenvolver um julgamento que possa ser utilizado para todos os empreendimentos solidários, dos mais variados ramos de atividades, apenas tem-se o objetivo de identificar como a CGS se posicionou no cenário capitalista.

3.3 Percepções sobre as articulações comerciais, financeiras e produtivas

Quais as exigências apresentadas aos empreendimentos solidários para que mantenham seus traços distintivos? Segundo Gaiger (2003), três pontos devem ser observados. O primeiro é que é necessário assumir a base técnica herdada do capitalismo, retirando dela benefícios para a sua própria forma social de produção, ou ainda, paulatinamente o alcance de forças produtivas específicas apropriadas à sua consolidação. O segundo ponto é referente ao relacionamento com os empreendimentos capitalistas, dando provas de que possui superioridade em relação ao trabalho associado perante às condições assalariadas, na dialética entre relações de produção e forças produtivas. E o terceiro ponto, visto como o mais importante destes, é resistir às pressões do ambiente econômico, desenvolvendo mecanismos de proteção da lógica cooperativa às relações de intercâmbio e troca.

Se isso se consolidar, as experiências econômicas poderão ser vistas como formas genuínas sob a ótica do trabalho, fundadas em relações em que a prática da solidariedade e da reciprocidade não serão tidas como meros dispositivos compensatórios (GAIGER, 2003).

Ao se falar de articulações comerciais, trata-se do processo de comercialização, como compra ou aquisição, venda, destinação da comercialização e espaços comerciais. Busca-se identificar com quem a cooperativa se relaciona comercialmente, e de que forma se estabelecem essas articulações, assim como quais são, ou quais foram as implicações destas para o empreendimento, para os trabalhadores e para a proposta da ES em geral, tida como princípio básico do mesmo.

Segundo dados do Atlas da ES no Brasil, das principais formas de organização e comercialização, lojas e espaços físicos representam 55,89% para os EES, e as feiras 54,03%. Mesmo assim, existem dificuldades de comercialização dos produtos, e ainda segundo o Atlas, a falta de capital de giro (14%), a concorrência (9%), a falta de registro legal para emitir a nota

fiscal (5%) e a falta de registro sanitário ou alvará (3%) estão entre as principais dificuldades enfrentadas na comercialização, representando juntos, cerca de 32% das respostas dos empreendimentos entrevistados no Brasil.

Na CGS, a comercialização se dá em grande parte para escolas da rede pública (70% das vendas), como já fora exposto, e em menor quantidade com vendas ao público em geral, em feiras de Economia Solidária, e na própria fábrica. Retomando a história de constituição da cooperativa, quando do registro na Junta Comercial como Grande Sertão Produtos Alimentícios Ltda., e explicando o porquê dessa formalização, salienta-se que os associados à época perceberam nesse, um campo seguro e promissor de vendas (escolas públicas), porém esbarraram nos primeiros entraves ao desenvolvimento dos EES: a falta de registro formal para participação em processos licitatórios.

Sabe-se que todo serviço, e conseqüentemente, todo dinheiro oriundo de fundos públicos, municipais, estaduais ou federais, requerem licitação para sua destinação. Enquanto a Cooperativa não possuísse um CNPJ, não poderia participar de tais processos.

Outras pressões foram registradas nesse início das atividades do empreendimento, como pode-se citar, o comércio do seu principal produto em supermercados da região (as polpas de frutas). Os supermercados, empresas capitalistas, estão submetidos a uma série de regras para seu funcionamento, uma delas é a fiscalização pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Anvisa, entre inúmeras exigências, só permite que os produtos revendidos nos estabelecimentos comerciais estejam em condições para tal, se possuírem informações nutricionais, bem como responsável técnico com registro no conselho de classe.

A CGS não possuía condições de arcar com nenhuma dessas duas exigências quando dos primeiros anos de sua fundação. Mas os cooperados perceberam a necessidade de se resolver essas questões pontuais, pois elas representavam entraves ao desenvolvimento do empreendimento. Propuseram então, o registro como empresa Ltda. e posteriormente, após muitas discussões, como cooperativa. Assim como, recrutaram um engenheiro de alimentos para que o mesmo se tornasse o responsável técnico por toda a produção do que hoje, englobam duas fábricas.

Embora tenha cedido às pressões exercidas pelos agentes públicos, que exigem registros da empresa para participação em processos licitatórios, e pelos agentes privados, que impõem uma série de condições para revenda de produtos alimentícios, não há que se falar em abalos organizacionais em seus princípios solidários.

Além dessas primeiras dificuldades, a CGS compartilha com os demais empreendimentos solidários do país, alguns desafios a continuidade e sobrevivência dos

mesmos no mercado capitalista, que também foram apontados no levantamento do Atlas da ES no Brasil (2013). De acordo com a Tabela 08, as principais dificuldades encontradas estão relacionadas à geração de renda adequada aos sócios, ou seja, a remuneração que seja capaz de suprir às necessidades dos associados, bem como, a viabilização econômica do empreendimento. Quanto à estes dois desafios, pode-se apreender que a CGS vivencia esse problema, uma vez que, se tomados como base os dados da Demonstração de Sobras e Perdas do ano de 2018, caso fossem distribuídas as sobras entre os cooperados, somariam um total de R\$ 433,78 para cada um deles, resultado esse, anual. Para que a cooperativa tenha condições de viabilizar economicamente seu negócio, a direção, juntamente com os cooperados, decidem em Assembleia, pela não distribuição das sobras, para que as mesmas sejam reinvestidas de forma que a cooperativa possua condições de se manter em funcionamento.

Tabela 08: Principais desafios enfrentados pelos EES

TIPO	BRASIL	MINAS GERAIS
Gerar renda adequada aos sócios	18,0%	17,9%
Viabilizar economicamente o empreendimento	16,3%	16,8%
Manter a união do grupo coletivo	13,7%	13,5%
Efetivar a participação e a autogestão	10,7%	11,3%
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidaria	10,5%	14,1%
Garantir proteção social, previdência assistência e saúde para os sócios	9,6%	8,4%
Alcançar maior conscientização ambiental dos sócios	9,1%	7,6%
Alcançar a conscientização e a politização dos sócios	8,3%	7,1%
Outros	3,9%	3,4%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas Digital da Economia Solidária no Brasil (2013)

Quando se trata das articulações financeiras, têm-se a intenção de demonstrar o apoio de entidades ou instituições parceiras ao empreendimento. Como exposto no tópico anterior, a CGS conta com o assessoramento jurídico e comercial fornecido pelo CAA-NM, e recebe ainda, uma serie de recursos monetários oriundos de projetos nacionais e internacionais. Esses auxílios tornam-se essenciais ao funcionamento da cooperativa, pois sem eles, os trabalhadores teriam seus ganhos reduzidos ainda mais, para que a cooperativa tivesse condições de pagar suas despesas.

Apesar de toda essa ajuda, percebe-se que nem sempre a situação da cooperativa esteve favorável, e segundo os entrevistados o empreendimento passou por momentos difíceis relacionados à falta de recursos,

[...] em anos anteriores que a gente não conseguiu vender muito, porque depende muito do Governo liberar verbas pras escolas, por exemplo, então isso vai influenciar muito aqui. Então quando a gente não conseguiu vender muito bem nessas escolas, à vezes por interferência do Governo mesmo, teve época que ficou um pouco difícil, não vou mentir não. Mas só que o Projeto Rex, ele apoia muito né, mas é mais assim, pro lado do cooperado, pra beneficiar o cooperado, então teve época que até pra pagar os funcionários, apertou um pouco, mas não foi nada assim, exagerado. [...] Salário atrasou somente uma vez, foi por causa da Assembleia né, não me lembro o ano, acho que foi 2018, e demorou um pouco pra ficar pronta a Ata, e os Bancos não liberavam por causa da mudança na Direção nesse ano, então foi em decorrência disso que atrasou [escolha da Direção]. (E1G2)

Na visão do cooperado, o entrevistado E2G1, nos momentos difíceis pelos quais a cooperativa passou, a confiança estabelecida entre os cooperados foi de fundamental importância. Segundo ele,

É um patrimônio que a gente tem, a confiança no produtor nosso, teve gente que esperou um tempo pra receber, pegou a fruta, ficou aí cinco, seis meses sem receber, sete meses, entendeu? Isso aí é um patrimônio que a gente tem, a confiança do agricultor. Então foi graças à confiança deles que a gente conseguiu gerar outros recursos pra pagar o agricultor. (E2G1)

Se fizermos uma comparação desse momento de falta de recursos com outra empresa capitalista qualquer, do mesmo ramo de atividade, por exemplo, se poderia prever que boa parte de seus fornecedores não aceitariam realizar as vendas. Sem recebimento, seria pouco provável que eles repassariam a mercadoria, ou mesmo, se repassassem, não esperariam tanto tempo para receber pelo produto vendido.

Ao longo da exposição realizada foi possível também perceber como são importantes as articulações produtivas para o empreendimento. Por estar inserido na dinâmica capitalista, que tem objetivos distintos dos que a ES busca, a cooperativa encontrou dificuldades em estabelecer relações que garantissem sua produtividade, o que ameaçou a sobrevivência do empreendimento. Porém, as decisões foram tomadas em grupo, e à medida que os problemas se apresentavam, estes foram sendo resolvidos.

Na Tabela 09 a seguir, têm-se um problema recorrente aos empreendimentos solidários, que está relacionado à origem da matéria-prima e dos insumos para fabricação de seus produtos. Grande parte destes, adquirem seus insumos em empresas capitalistas (privadas), cerca de 46,20% dos EES. Isso significa que, a Cooperativa Grande Sertão, ainda se posiciona à frente destes, processando em sua fábrica a matéria-prima que recebe diretamente dos seus sócios, agricultores familiares. Há que se ressaltar também que, o tema aqui estudado, está intrinsecamente ligado ao que diz essa tabela, pois, questiona-se como os empreendimentos solidários se mantêm num mercado rodeado por empresas capitalistas, mas percebe-se que essas

empresas são responsáveis pelo fornecimento de insumos, e conseqüentemente, de boa parte da produção solidária desses empreendimentos.

Tabela 09: Origem da matéria-prima ou do insumo

Origem	Quantidade	Percentual
Empresa privada	7.686	46,20%
Próprios associados(as)	4.714	28,34%
Produtores(as) não-sócios(as)	1.772	10,65%
Empreendimentos de Economia Solidária	1.034	6,22%
Órgãos públicos	976	5,87%
Instituições filantrópicas ou instituições não mercantis	454	2,73%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas Digital da Economia Solidária no Brasil (2013)

Desse modo, é imprescindível observar que existe, nesse caso, uma relação de dependência dos empreendimentos solidários para com as empresas privadas – empreendimentos capitalistas – conforme demonstrado na Tabela 09. Essa dependência por matéria-prima e insumos pode ser vista como um dos fatores que interferem na continuidade dos empreendimentos e na preservação dos princípios solidários. Na medida em que existe essa convivência, a relação estabelecida passa a ser cotidiana, e as experiências com a concorrência capitalista passam a ser repassados de empresa para empresa, seja ela capitalista, ou solidária.

A CGS se viu sob pressões estruturais por parte de órgãos públicos e privados quando de sua constituição e durante seu processo de solidificação no mercado. Tais pressões, mudaram a maneira informal do trabalho então desenvolvido na instituição, que passou a figurar com CNPJ próprio, e melhorou seus processos produtivos, seguindo recomendações técnicas, e assim incrementou seu quadro funcional. Dessa forma, aponta-se que a cooperativa cedeu às “imposições de mercado” e rompeu com uma daquelas que são consideradas como as principais características dos empreendimentos integrantes do movimento da ES, que fora a contratação de força de trabalho, por meio de mão-de-obra qualificada para tal.

Cabe agora realizar uma análise no que tange aos processos autogestionários desenvolvidos na cooperativa. Até o momento o que se percebeu foi que a instituição se preocupa com questões ligadas à cooperação, solidariedade e principalmente, autogestão, e que mantém um relacionamento de parceria com os cooperados. Para tanto, Gaiger e Corrêa (2011) concordam que a autogestão vincula-se à participação coletiva, à democracia e à autonomia na gestão e condução do empreendimento, e que pode ser avaliada através de indicadores como eleições livres e diretas; predominância de decisões coletivas, envolvimento dos sócios na gestão cotidiana, acesso dos sócios aos registros e informações gerenciais, predominância de

trabalhadores associados (em relação a trabalhadores externos) e equidade entre homens e mulheres.

Ao fazer a avaliação da CGS com os indicadores acima, conclui-se a partir do que já fora exposto no decorrer deste estudo, que o empreendimento se atenta para a realização de eleições livres e diretas, com a observação das regras contidas no Estatuto Social e a nomeação de membros para os Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva sempre que for prevista a ocorrência de eleições; a predominância de decisões coletivas tomadas em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, tendo o envolvimento dos sócios nos processos decisórios, e fornecendo aos mesmos o acesso total às informações gerenciais do exercício, com a apresentação de demonstrativos contábeis e Relatórios Anuais da Administração; e no que se refere aos trabalhadores/cooperados existe certo equilíbrio entre homens e mulheres, sendo que há a predominância de trabalhadores associados.

Em síntese, chega-se ao final deste tópico com a conclusão de que as articulações comerciais, financeiras e produtivas da Cooperativa Grande Sertão, revelam que essa experiência vivencia o conceito de autonomia trazido pela literatura da ES. E ainda, que da maneira como se configuram as articulações desenvolvidas, preservam-se os princípios e características do movimento solidário. Entretanto, algumas ações revelam que o empreendimento tem servido aos interesses do capital, quando por exemplo, fornece matéria-prima à uma grande indústria de cosméticos do país.

Hoje as relações que se estabelecem entre os cooperados são diferentes das relações em empresas capitalistas, mas ainda é preciso muito cuidado, para que ambos conquistem mais espaço em suas disputas contra o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da cooperativa Grande Sertão retrata o fortalecimento de um empreendimento semelhante às cooperativas de produção. É notório que a cooperativa traz consigo o fortalecimento do trabalho em um contraste econômico do tradicional, onde, em um mercado com difícil acesso de crescimento quando da abertura de uma nova empresa, a cooperação possibilita a entrada de pequenos produtos em um mercado marcado de competitividade e sem auxílio para os pequenos negócios.

A cooperativa registrou em seu início (2012) cerca de 100 cooperados, e hoje, esse número cresceu e chega a 261, tendo com isso o aumento na produção, bem como na diversificação dos produtos. Sendo majoritariamente formada por agricultores familiares, extrativistas, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, e com foco voltado à questões ligadas à conservação ambiental, bom uso e manejo sustentável do cerrado, assim como o aproveitamento do agroextrativismo - modo de exploração agrícola consciente, que tem o objetivo de preservar os recursos naturais, atualmente a cooperativa conta com duas fábricas instaladas na região de Montes Claros, uma se destina à escala de fabricação das polpas de frutas e a outra, que fica instalada no bairro Distrito Industrial, onde também estão localizados o escritório e o centro de distribuição, se reserva ao processamento das raspas de buriti.

O fortalecimento e expansão da cooperativa em âmbito de comercialização, a propagação e divulgação de seus produtos se dá por meio da participação em feiras da economia solidária, e da agricultura familiar, caracterizando assim o desenvolvimento local.

Diferentemente do mercado tradicional, a cooperativa conta com apoio de entidades de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários contribuindo no processo de formação e organização e fortalecimento do empreendimento. Esses apoios são vistos como um elo entre a comunidade acadêmica e as camadas menos favorecidas. Além disso, pode-se perceber na cooperativa, foco desse estudo, a sua organicidade em relação a autogestão no convívio cotidiano do empreendimento, que se dá através das soluções e dos instrumentos democráticos de participação ativa nas tomadas de decisão.

Pode-se perceber também que, o apoio que a Grande Sertão recebe do CAA sempre foi de suma importância para o efetivo crescimento da entidade. Desde a transição da informalidade até que se tornasse uma cooperativa, esse apoio foi essencial, tanto ao empreendimento, quanto aos agricultores familiares envolvidos. É importante destacar ainda, que, além do CAA, a ITCP-Unimontes, teve papel significativo nesse processo.

A cooperativa conta ainda com auxílios financeiros necessários ao bom funcionamento do empreendimento, uma vez que essa ajuda contribui com as despesas gerais, e também como se percebeu nesse estudo, na expansão e no fortalecimento de projetos, bem como cooperação entre os produtores. Assim, com a autogestão e participação de todos os envolvidos associada à contribuição de outras entidades, os auxílios se fortalecem.

Cabe frisar que a CGS recebeu e recebe importantes recursos financeiros, e que as demais empresas capitalistas instaladas no mercado não possuem tal auxílio, o que pode ser caracterizado como uma vantagem - com relação ao empreendimento solidário, visto que por falta de dinheiro inúmeras empresas fecham as portas por não conseguirem se sustentar na concorrência atual. Porém, nota-se que tais recursos recebidos pelo empreendimento, em sua grande maioria, são destinados à preservação ambiental, dos solos, das culturas, e tradições populares. São recursos que possibilitam a manutenção das atividades e são tidos como subsídios necessários para manter os pequenos agricultores no mercado. Os incentivos são necessários, tendo sempre em vista o objetivo de preservar os recursos naturais e a não produção de forma desgovernada, mantendo a solidariedade, respeitando a terra e o que ele oferece.

Portanto, de modo diferente que o usualmente praticado em outros comércios e meios de produção, pode-se perceber que a economia solidária promove ações e políticas construtivas de preservação ao meio ambiente. Isso pode ser constatado na adoção das políticas de preservação com o respeito à sazonalidade, por exemplo. Esse aspecto é importante e relatado nas entrevistas, onde alguns produtores passaram por dificuldades para receber o pagamento e os recursos externos puderam contribuir para a manutenção e estabilização no mercado, conseguindo gerar outros recursos pra pagar o agricultor.

Entende-se que a ES é tema atual e em crescimento no Brasil. Sua solidificação se expressa pelo aumento no número de empreendimentos registrados, que nos últimos anos, de acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil, subiu de 7.839 em 2007, para 19.708 em 2013. Essa pesquisa buscou analisar os processos de constituição e desenvolvimento da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda., no momento em que ocorre a inserção da mesma no contexto capitalista. O objetivo geral foi atingido a partir dos objetivos específicos traçados.

O primeiro objetivo específico buscou compreender como se configura o processo de trabalho e organização das atividades e responsabilidades no empreendimento, assim como verificar de que forma os trabalhadores o organizam, analisando questões referentes à cooperação, autogestão e solidariedade, sendo alcançado na medida em que, por meio das entrevistas, se identificou que na cooperativa todos os envolvidos participam dos processos

decisórios, cada um à sua maneira, seja no dia-a-dia das atividades, seja na participação durante a realização de Assembleia Geral, para tratar de temas cotidianos e atípicos.

O segundo objetivo específico se constituiu em analisar os processos comerciais, financeiros e produtivos da cooperativa, que fora tratado em tópico inerente ao assunto, quando destrinchados os procedimentos adotados por ela em cada uma dessas dimensões. Percebeu-se que o empreendimento possui dificuldades de comercialização, e que este foi um dos principais fatores que o levou a buscar novas fontes de recursos, como por exemplo, os oriundos de empresas capitalistas, como no caso de fornecimento de matéria-prima para a Natura S.A. Quanto aos processos financeiros, na CGS poucas articulações são desenvolvidas com o poder público, no que compete à recursos provenientes de políticas públicas para os empreendimentos de economia solidária, concomitantemente a isso, a mesma percebe também certa dificuldade e burocracia para acesso à programas de financiamento junto à bancos comerciais, o que dificulta demasiadamente sua atividade, pois sem capital de giro, o empreendimento vê sua continuidade comprometida.

Nos últimos anos, a CGS incrementou seu maquinário, investindo em expansão das fábricas, para conseqüente aumento na produção, assim, no que diz respeito aos processos produtivos, o empreendimento, cedendo às imposições do mercado por parte de órgãos públicos (para obter alvarás de funcionamento) e privados (para conseguir fornecer suas polpas aos supermercados da região), necessitou adequar seus processos estruturais seguindo recomendações técnicas para que pudesse operar, e incrementando seu quadro funcional. Mas cabe ressaltar que, ao contrário da posição da maioria do EES do país, que têm como fornecedores de insumos e matéria-prima, empresas capitalistas, a CGS processa unicamente a matéria-prima advinda de produtores familiares, cooperados ou não-cooperados (estes, em número menos significativo).

O terceiro objetivo específico visava compreender, a partir dos resultados obtidos com a pesquisa, se a Economia Solidária representa uma estratégia de sobrevivência marginal ou um contraponto ao capitalismo hegemônico, e conseqüentemente, apreender se no cenário atual existe a possibilidade de coexistência entre capitalismo e economia solidária. Esse objetivo foi alcançado pois por meio do caso estudado foi possível identificar que empreendimentos de economia solidária tem espaço no mercado capitalista, sofrem pressões e abalos em sua estrutura a todo momento. Lidam com a concorrência, que na maioria das vezes, é desleal, por parte de empresas capitalistas, porém quando possuem uma estrutura calcada na solidariedade e na cooperação, conseguem preservar suas raízes, e princípios constitutivos.

Foram descritos os conflitos que permeiam a relação entre capitalismo e ES, e vê-se que esse movimento é uma resposta dos trabalhadores por meio da execução de uma economia de solidariedade frente ao desemprego, mas que não se sustenta como alternativa capaz de superar o capitalismo, porém coexistem no mercado, cada sistema à sua maneira.

A hipótese inicial desse estudo indicava que na luta por espaço de comercialização a Cooperativa Grande Sertão, em meio às diversas pressões do mercado, sofreu abalos em sua organização, cedendo às imposições de agentes públicos e privados, que acabaram influenciando as decisões e direcionamentos do empreendimento solidário. Acredita-se que essa hipótese está correta, mas ressalta-se que essas pressões não fizeram com que o empreendimento deixasse seus princípios cooperativistas de lado, para se render ao sistema se transformando em empresa capitalista.

Constata-se então, que a ES se traduz em resistência por parte dos trabalhadores, mesmo não podendo ser uma forma de resistência direta ao modelo capitalista. Ainda assim, se apresenta como uma forma de resistência aos efeitos que esse sistema causa.

Espera-se que este estudo suscite novos questionamentos, e que novas pesquisas sejam realizadas nesse sentido. Que essas pesquisas se traduzam em expansão de conhecimento e consequente proteção dos empreendimentos econômicos solidários sobre os efeitos que o sistema capitalista é capaz de promover sobre esse grupo, ainda minoritário, mas em franco crescimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS-CUT, SEBRAE, 2004.

ALMEIDA, Edir Antonia; SILVA, Flávio José; SLOMSKI, Valmor. **Contabilidade e inclusão social: análise das demandas contábeis suscitadas pelos empreendimentos da economia solidária**. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%e7%e3o/arquivos%20III%20Encontro/Pri-12.htm>. Acesso em: 10 mar. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro. **O papel da universidade na economia solidária: desafios e possibilidades**. Revista CSOnline. v. 4. ago. 2008.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro. **Bancos Comunitários e a Economia Solidária - Estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros (MG)**. 2009. 292 p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

AURÉLIO, O mini dicionário da língua portuguesa. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão. Rio de Janeiro, 2002.

AZERÊDO, Raoni Fernandes. **Contabilidade e economia solidária – uma contribuição à autogestão dos empreendimentos econômico solidários**. 2012.

BANCO PALMAS. **Manifesto 20 anos: Banco Palmas Conectado (2018)**. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/Manifesto-Banco-Palmas-20-Anos.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BARBIERI, Luciana; RUFINO, Sandra. **A gestão da autogestão nas cooperativas**. In: ITCPUSP et al. **A gestão da autogestão na economia solidária**. Porto Alegre: Calabria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARRETO, Simaia Santos. **Os fundos rotativos solidários no Brasil: uma perspectiva a partir do mapeamento dos fundos de 2011-2012**. IPEA: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, 60, p. 101-108, abr. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: Actes de la Recherche *in* Sciences Sociales, nº 30, 1979.

BRASIL. Lei Federal nº 5.764 de 1971. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2007. Brasília: Senaes/MTE, 2007. www.sies.mte.gov.br. Acesso em: 31 mar. 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2013. Brasília: Senaes/MTE, 2013. www.sies.mte.gov.br. Acesso em: 12 ago. 2015.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais do empreendimento**. 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD Contínua trimestral: desocupação cresce em 14 das 27 UFs no 1º trimestre de 2019**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/244486-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-14-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2019>. Acesso em: 03 set. 2019.

CAA. Unidade de Processamento de Frutos do Cerrado – **Proposta de Projeto apresentada ao Programa de Pequenos Projeto – PPP**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 4p., 1995.

CARACCILO BASCO, Mercedes. **Economía solidaria y capital social: contribuciones al desarrollo local**. 1ª Ed. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CARDOSO, José Maria Alves. **A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

CARRARA, Álvaro Alves. **Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão**. Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social. n. 222, p. 79-88, 2006.

CASTRO, Laís. **Etimologia: solidariedade**. 2012. Disponível em: <https://patrialais.blogspot.com/2012/12/etimologia-solidariedade.html>. Acesso em: 01 ago. 2019.

COLEMAN, James. **Capital Social na criação do capital humano**. In: American Journal of Sociology, nº 94, 1988.

COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CONAES. Relatório da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, 2013.

CONFEBRAS. **Novo grupo embarca para imersão na experiência cooperativa na Espanha.** 2019. Disponível em: <http://confefbras.coop.br/novo-grupo-embarca-para-imersao-na-experiencia-cooperativa-da-espanha/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

DUGUIT, León. **Fundamentos do direito.** São Paulo: Ícone, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** Buenos Aires: Clacso, 2005.

ESTATUTO SOCIAL. Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, Ltda, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 201-206.

FREY, Klaus. **Capital social, comunidade e democracia.** Ensaio bibliográfico. Santa Catarina: Revista Política & Sociedade, n. 2, p. 175-187, abr. 2003.

FURTADO, Celso. **Capitalismo global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Unisinos: Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul-dez, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio; CORRÊA, Andressa da Silva. **O diferencial do empreendedorismo solidário.** Ciências Sociais Unisinos, n. 47 (1), p. 34-43, jan-abr, 2011.

GOBOUT, Jacques T. **O espírito da dádiva.** Traduzido por: Patrice Charles F. X. Wuillaume. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Rosemary; CASTILLA, Tatiana; BERTUCCI, Jonas. **La economia solidaria en América Latina y el Caribe.** Cáritas: Equipo de Economía Humana del DEJUSOL/CELAM, Equipo del Eje Desarrollo Humano Integral Solidario del SELACC, 2012.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda.** In: SINGER, Paul; LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Ed. Atlas, 4ª Ed. revisada e ampliada, 2001.

IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. **A economia solidária e concorrência capitalista.** 2004. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/>

artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/A%20ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20E%20A%20CONCORR%C3%8ANCIA%20CAPITALISTA.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

JESUS, Tiago Schneider de; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. **Economia solidária e ecossociodesenvolvimento: a construção de uma nova percepção de sustentabilidade.** Revista Outra Economia. v. 3. 2009.

KOLERS, Avery. **A moral theory of solidarity.** Oxford University Press, 2016.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária.** In: CATTANI, A. D. et al. (coord.) Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina. p. 162-168, 2009.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajatórias intelectuais e o campo da economia solidaria no Brasil.** 2004. 393p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280694>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção.** São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LITMAN, Leila; SORROCHE, Santiago; ÁLVAREZ, Maria Inés Fernádes. **La sustentabilidad en cuestión: reflexiones desde la experiencia cotidiana de dos organizaciones de la “economía social”.** In: LAZARINI, Valeria Mutuberrya; PLOTINSKY, Daniel (comp). La economía solcial y solidaria en la historia de America Latina y el Caribe. Tomo II. Buenos Aires: IDELCOOP – Instituto de la Cooperación – Fundación de Educación, Investigación y Asistencia Técnica, 2015.

MENDONÇA, Haroldo. **Comércio justo e economia solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção.** Revista: Mercado de Trabalho (IPEA), ed. 49, p. 59-65, nov. 2011.

MILLER, G. Tyler. **Ecologia e sustentabilidade.** Tradução: Ez2Translate. Revisão técnica: Márcio Silva Araújo, David Lapola e Eduinetty P. M. de Souza. São Paulo: Cengage Learning 2012.

NASCIMENTO, Cláudio (2001). **Autogestão e economia solidária.** Disponível em: www.ecosol.org.br.

PIRES, Maria Luiza (1999). **Cooperativismo: entre os ideais utópicos e as exigências da competitividade do mercado, um estudo de caso de uma cooperativa frutícola no Vale de São Francisco.** Perspectiva Econômica. São Leopoldo, v. 46, nº 34, p. 79-104 (Série Cooperativismo). v. 6, n. 2, p. 207-220, 2006.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 151 p.

SACHS, Ignacy.; STROH, Paula Yone (Org). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96p.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, Valdir; ETXAGIBEL, Joseba Azkarraga; GABILONDO, Larraitz Altuna. **Revisitando a experiência de cooperativismo de Mondragón a partir da perspectiva de ecossocioeconomia**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 25, p. 153-165, jan./jun. 2012. Editora: UFPR, 2012.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; PALES, Raíssa Cota. **Desenvolvimento regional e desigualdades sociais entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais**. Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindoia (SP). 2011. GT05 - Desenvolvimento em perspectiva: teorias, experiências e projetos políticos.

SANTOS, Gilmar Ribeiro; SILVA, Ricardo dos Santos. **Desenvolvimento regional no norte de Minas Gerais**. Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2011. GT 05 - Desenvolvimento em perspectiva: teorias, experiências e projetos políticos.

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. **Contra a maré? Economia solidária e cooperativas de catadores em meio ao capital**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba (PE), 2016.

SAUCEDO, Daniele; JUNIOR, Norton Frehse Nicolazzi. **O trabalho na história, um longo processo de transformação**. In: GEDIEL, José Antonio Peres (org). Os caminhos do cooperativismo. Editora da UFRP: Curitiba, 2001.

SEBRAE. **Características do Empreendedor**. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/momento/quero-melhorar-minha-empresa/comece-por-voce/empreendedorismo/336caracteristicas-do-empendedor/BIA_336. Acesso em: 03 jul. 2013.

SILVA, Fabiano A. G.; SILVA CALAZANS, Dinara L. M.; GONZÁLEZ, Juan M. R.; JOSÉ DE SOUZA, Washington. **Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado Cruz (Currais Novos/RN)**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa. v. 10. n. 2. p. 93-106. 2011.

SILVA, Sidélia Luiza de Paula. **Histórico da Economia Solidária no Brasil**. In: Congresso de Pesquisadores em Economia Solidária. GT 05 – Sociedade civil e políticas públicas. (2015) Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-3/silva_sidlia.pdf. Acesso em: 10 set. 2019

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo, Contexto, 2003.

UNESCO. **Os princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).** Disponível em: http://www.peaunesco-sp.com.br/ano_inter/ano_cooperativa/os_principios_da_alianca_cooperativa_internacional.pdf. Acesso em: 02 ago. 2019.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Para a crítica da economia solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de Entrevista com “Direção” do empreendimento

Nome do entrevistado(a): _____

Cargo: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Tempo em que participa do empreendimento: _____

Trajétória dentro do empreendimento solidário (fazer uma breve descrição): _____

Bloco I: Conhecendo o empreendimento solidário e seus atores

Organização e história do empreendimento

01 – Qual a data de início das atividades do empreendimento?

02 – Qual o ramo de atividade deste empreendimento?

03 – Descreva as atividades do empreendimento, listando os principais produtos e serviços.

04 – Sobre qual forma jurídica o empreendimento solidário está atualmente organizado?

Desde quando? E o que motivou essa regularização?

05 – Como teve início o processo que levou ao surgimento do empreendimento solidário?

06 – O que motivou a criação deste empreendimento?

07 – Quais as instâncias de coordenação/direção do empreendimento?

08 – Realizam assembleias/reuniões gerais periodicamente? Se sim, com qual frequência?

09 – Quais decisões são tomadas nas assembleias/reuniões?

10 – Utilizam outros canais de informação além das assembleias? Se sim, quais?

Trabalhadores e sócios

11 – Todos os(as) trabalhadores(as) são sócios(as)?

12 – Perfil dos trabalhadores(as): Faixa etária

		18-25	26-39	40-64	Acima de 65
Trabalhador(a) associado(a)	Homens				
	Mulheres				
Trabalhador(a) não sócio(a)	Homens				
	Mulheres				

13 – Qual o número atual de trabalhadores(as)?

Sócios(as)/Cooperados(as)	Homens	
	Mulheres	
Contratados(as)/Não sócios(as)	Homens	
	Mulheres	

14 – Quantos trabalhadores(as) saíram do empreendimento?

15 – Quais os principais motivos para os trabalhadores(as) deixarem o empreendimento?

16 – Todos(as) os(as) trabalhadores(as) trabalham a mesma quantidade de horas?

16.1 – Se sim, quantas?

16.2 – Se não, por quê?

Bloco II: Dimensão Econômica

Propriedade e bens

17 – Qual a atual situação do empreendimento em relação à propriedade do espaço físico?

18 – Qual a situação do empreendimento em relação à propriedade do maquinário?

- 19 – Qual a porcentagem de produção em relação à capacidade total instalada?
 20 – Qual o estado atual geral das instalações e do maquinário?
 21 – Quem foram os responsáveis por conceber os processos produtivos/ inovações técnicas?
 22 – Como foram integralizadas as quotas partes?

Remuneração dos trabalhadores

- 23 – Todos os trabalhadores(as) recebem o mesmo salário/retirada?
 24 – Qual a faixa de remuneração do empreendimento? (Maior e menor salário/retirada)

Comercialização e relação com o mercado

- 25 – Como se dá o ciclo da comercialização dos produtos?
 26 – A comercialização dos produtos do empreendimento destinam-se a qual tipo de cliente?
 27 – Produzem ou trabalham para terceiros (ex.: matéria-prima para indústrias)? Se sim, o quê? Por quê? Qual a porcentagem que esta produção representa em relação ao total?
 28 – Possuem algum tipo de dificuldade com relação à aquisição das matérias-primas para fabricação de seus produtos? Se sim, quais?
 29 – Possuem algum tipo de dificuldade de comercialização? Se sim, quais?
 30 – Estabeleceram algum tipo de vínculo econômico e/ou político com outro(s) empreendimento(s) solidário(s), empresa recuperada ou organizações que atuam com a Economia Solidária? Que tipo de vínculo? Acredita que estes vínculos beneficiam o empreendimento solidário do qual faz parte?
 31 – Quais os três principais concorrentes do empreendimento atualmente?
 31.1 – Se os concorrentes forem empreendimentos econômicos solidários, como é vista essa concorrência?
 31.2 – Se os concorrentes forem empreendimentos capitalistas, quais atitudes são tomadas para vencer tal concorrência?
 32 – O empreendimento possui dívidas? Se sim, quais os principais credores?
 33 – Possuem dificuldade de acesso a crédito? Caso sim, quais os principais motivos?

Roteiro de Entrevista com os(as) trabalhadores(as)

Nome do entrevistado(a):

É sócio-trabalhador(a) ou é trabalhador(a) contratado(a)?

Cargo: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Escolaridade:

Tempo em que participa do empreendimento:

Trajetória pessoal e institucional

- 01 – Há quanto tempo conhece este empreendimento solidário? Desde quando começou a participar da cooperativa? Quais motivos lhe levaram a participar da cooperativa?
 02 – Você sabe o que é Economia Solidária? O que ela significa para você?
 03 – Quais motivos lhe fizeram se interessar por esta forma alternativa de economia?
 *04 – Como este empreendimento solidário teve início?
 *05 – Quais atividades se desenvolvem nesse empreendimento? Como as atividades são divididas? Quem decide a maneira como os trabalhos devem ser executados e quem vai realizar?
 *06 – Como são divididas as responsabilidades dentro do empreendimento? Você participa das decisões do empreendimento?

Percepções sobre Economia Solidária e Autogestão

- 07 – Em sua opinião este empreendimento pratica a Economia Solidária? Considera que o grupo trabalha sob a forma de autogestão?
- 08 – Que termo você utiliza para os trabalhadores do empreendimento?
- 09 – Que termo utiliza para denominar o empreendimento solidário?
- 10 – Em uma frase, o que significa para você trabalhar em um empreendimento solidário?
- 11 – Como você avalia hoje a relação entre os trabalhadores desta cooperativa em comparação à relação que existe em empresas capitalistas?

Percepções sobre trabalho, responsabilidades, participação no empreendimento e remuneração

- 12 – Quais atividades você desenvolve neste empreendimento solidário? Considera as atividades que desenvolve importantes para o funcionamento do empreendimento?
- 13 – Desenvolve alguma atividade relacionada à gestão do empreendimento? Se sim, qual?
- 14 – A ocupação neste empreendimento é sua principal fonte de renda? É trabalho com carteira assinada?
- 15 – Você prefere a participação neste empreendimento solidário ou um emprego formal em uma empresa capitalista?
- **16 – Quanto recebe em média por mês?
- 17 – Considera o sistema de remuneração da cooperativa justo e igualitário?
- 18 – Conta com benefícios de plano de saúde, vale-transporte, seguro contra acidentes de trabalho?
- 19 – Como acredita estar a situação financeira do empreendimento?
- 20 – Quais as principais dificuldades econômicas/financeiras que você considera que o empreendimento enfrenta atualmente?
- 21 – Para você, quais motivos estão relacionados às dificuldades econômicas/financeiras citadas?
- 22 – Você considera que as dificuldades econômicas do empreendimento solidário afetam seu trabalho? Se sim, de que maneira?
- 23 – Você percebe diferenças entre o trabalho dentro da Economia Solidária e o trabalho em empresas capitalistas?

Roteiro de Entrevista com os(as) sócios(as) (Produtor Rural)

Nome do entrevistado(a):

É sócio-trabalhador(a) ou é trabalhador(a) contratado(a)?

Cargo: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Tempo em que participa do empreendimento:

Trajetória pessoal e institucional

- 01 – Há quanto tempo conhece este empreendimento solidário? Desde quando começou a participar da cooperativa? Quais motivos lhe levaram a participar da cooperativa?
- 02 – Você sabe o que é Economia Solidária? O que ela significa para você?
- 03 – Quais motivos lhe fizeram se interessar por esta forma alternativa de economia?
- 04 – O que melhorou em sua vida após a associação à cooperativa?

Percepções sobre Economia Solidária e Autogestão

- 05 – Em sua opinião este empreendimento pratica a Economia Solidária? Considera que o grupo trabalha sob a forma de autogestão?
- 06 – Quais produtos fornece para a cooperativa? Sabe o destino deles?
- 07 – Quanto recebe em média por toda a produção?
- 08 – Acha justo o valor pago pela cooperativa?

- 09 – O valor recebido supre as necessidades mensais de sua família?
10 – Como vê a relação existente entre o(a) senhor(a) e a cooperativa?

Percepções sobre trabalho, responsabilidades, participação no empreendimento e remuneração

- 11 – Considera que exista um bom relacionamento com a direção da cooperativa? Eles se mostram acessíveis?
12 – Participa de assembleias/reuniões gerais periodicamente? Se sim, com qual frequência?
13 – Está ciente das decisões são que tomadas em assembleias/reuniões?
14 – Desenvolve alguma atividade relacionada à gestão do empreendimento? Se sim, qual?
15 – A ocupação neste empreendimento é sua principal fonte de renda?
16 – Você prefere a participação neste empreendimento solidário ou um emprego formal em uma empresa capitalista?
**17 – Quanto recebe em média por mês?
18 – Considera o sistema de remuneração da cooperativa justo e igualitário?
19 – Contribui para a aposentadoria? Se preocupa com isso?
20 – Como acredita estar a situação financeira do empreendimento?
21 – Quais as principais dificuldades econômicas/financeiras que você considera que o empreendimento enfrenta atualmente?
22 – Você considera que as dificuldades econômicas do empreendimento solidário afetam seu trabalho? Se sim, de que maneira?

CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

*Utilizados nas análises do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Sobras e Perdas

	2010	2018
INDÍCES DE LIQUIDEZ		
LIQUIDEZ IMEDITADA	0,47	0,06
LIQUIDEZ CORRENTE	0,93	2,29
INDÍCES DE ENDIVIDAMENTO		
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL	0,51	0,14
INDÍCES OPERACIONAIS		
GIRO DO ESTOQUE	0,24	1,79
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO	1,14	23,67
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	767,25	57,62
INDÍCES DE RENTABILIDADE		
MARGEM LÍQUIDA	0,39	0,06
RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55,41	4,37
RETORNO SOBRE ATIVO	1,15	0,16